



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUCAS HENRIQUE DE SOUZA

**REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
O CASO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DE
COSTUREIRAS UNIDAS VENCEREMOS COMO
INTEGRANTE DA JUSTA TRAMA**

LUCAS HENRIQUE DE SOUZA

REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
O CASO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DE
COSTUREIRAS UNIDAS VENCEREMOS COMO
INTEGRANTE DA JUSTA TRAMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos.

Londrina
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S724r Souza, Lucas Henrique de.

Rede de economia solidária : o caso da cooperativa de trabalho de costureiras unidas venceremos como integrante da justa trama / Lucas Henrique de Souza. - Londrina, 2018.
123 f.: il.

Orientador: Luís Miguel Luzio dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Economia solidária - Teses. 2. Cooperativas - Teses. 3. Desenvolvimento sustentável - Aspectos econômicos. - Teses. I. Santos, Luís Miguel Luzio dos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. \b Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658:334

LUCAS HENRIQUE DE SOUZA

REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
O CASO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DE COSTUREIRAS
UNIDAS VENCEREMOS COMO INTEGRANTE DA JUSTA TRAMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Gestão e Sustentabilidade da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. João Luiz Passador
Universidade de São Paulo - USP

Londrina, 23 de abril de 2018.

Dedico este trabalho a Deus
e aos meus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por iluminar, abençoar e proteger meu caminho, e por me conceder o dom, a motivação e a persistência para prosseguir com o mestrado.

Agradeço aos grandes professores da vida: a família, seja a que eu nasci ou a que formei, que apesar de todas as dificuldades impostas pelo dia-a-dia, me proporcionaram as condições necessárias para compreender que a mudança só ocorre quando a buscamos, que ainda que ocorram diversos movimentos contrários, a inércia não é e nunca será o caminho correto.

Aos Professores da Universidade Estadual de Londrina, principalmente ao Professor Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos, parceria esta de orientador-orientado que surgiu ainda na última série da graduação no ano de 2009, que sempre disposto a colaborar com dedicação e paciência, me auxiliou a superar os obstáculos na elaboração desta dissertação.

Aos membros da Banca, por contribuírem diretamente em minha formação. Professor Dr. Ivan de Souza Dutra, que veio a ser meu primeiro contato com o mestrado, quando cursei sua disciplina ainda como aluno especial, disciplina esta que foi primordial para a realização desta dissertação. Professor Dr. João Luiz Passador, que aceitou prontamente meu convite e vem, desde a qualificação, contribuindo ativamente para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de classe que vieram a se tornar grandes amigos que conheci no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, dos quais decidimos ao mesmo tempo enfrentar tamanha responsabilidade que é a formação do pesquisador.

Aos demais amigos, estes já de longa data, que tentaram compreender minha ausência nos últimos dois anos, durante a realização deste curso.

Aos colegas e dirigentes da Penitenciária Estadual de Londrina II, local a qual dediquei os últimos nove anos de trabalho na área administrativa, que me disponibilizaram total apoio para a realização deste curso, principalmente para que ocorresse a minha concessão de horário diferenciado de trabalho junto ao Departamento Penitenciário e Secretaria de Estado de Segurança Pública.

À gestora e demais cooperadas da Univens, que abriram as portas de seu espaço de trabalho e me proporcionaram de maneira muito carinhosa, o material necessário para compreender sua realidade, que apesar de muitas dificuldades, demonstraram que vale a pena lutar por um mundo mais justo para aqueles(as) que foram relegados de alguma forma pela sociedade capitalista.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e para minha formação, deixo a minha gratidão!

“A Utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a Utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

SOUZA, Lucas Henrique de. **Rede de economia solidária: o caso da Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos como integrante da Justa Trama.** 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Na economia capitalista, ocorrem diversos problemas que se interligam de forma sistêmica e complexa, pois a acumulação ilimitada de capital não aceita regulamentações e tudo se faz em nome de crescimento econômico irrestrito, ignorando quais os impactos daí decorrentes. Assim, no século XX, o retorno da ideia de mercado autorregulado que já havia demonstrado sua falibilidade na grande crise de 1929, ressuscitou dentro do doutrinário econômico, agora mais radical em suas propostas e impulsionado pela globalização. Como resultado, assistiu-se a expansão das forças produtivas, mas as desigualdades sociais e econômicas atingiram patamares superlativos. As empresas passaram por um processo de fusões e incorporações que reduziu ou inviabilizou a sustentabilidade de pequenas e médias empresas, deixando à margem um contingente incalculável de excluídos em todo o mundo. Adiciona-se a esse problema a crescente exploração dos recursos naturais do planeta, para atender aos crescentes níveis de demanda e consumo, ignorando os impactos desastrosos, não só na atualidade, mas como herança futura. Assim, surgiram modelos organizacionais alternativos que buscam, em suma, apontar para outro modelo econômico e de sociabilidade. É o caso dos empreendimentos de Economia Solidária. Este estudo teve como objetivo compreender o processo de organização e desenvolvimento da Univens, integrante da rede de economia solidária Justa Trama diante da complexidade de relações internas e externas permeadas por um sistema socioeconômico adverso. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, sendo utilizado o método de estudo de caso com característica descritiva, que buscou analisar em profundidade a realidade social de um fenômeno contemporâneo. Foram utilizados como instrumentos a pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação direta. A análise ocorreu através da categorização de acordo com os objetivos da pesquisa, sendo os dados condensados e selecionados, para se verificar as conclusões emergentes. Como resultados da pesquisa, pode-se afirmar que a gestão da Univens possui algumas características do modelo de autogestão, onde cada cooperada possui sua parcela de responsabilidade perante as decisões, além da existência de conselhos específicos que atuam na tomada de decisões pontuais. O processo produtivo é dividido em três etapas: corte, costura e serigrafia, desta forma incorporando práticas de organizações tradicionais, havendo certa alusão aos tipos ideais de organizações preconizadas por Max Weber. Ao fazer parte da rede de economia solidária Justa Trama, passou a agregar mais valor ao trabalho desenvolvido na cooperativa, confeccionando peças de vestuário que utilizam matéria-prima sustentável, ou seja, algodão agroecológico produzido sem a utilização de agrotóxicos; plantado, colhido, tecido e confeccionado por empreendimentos de economia solidária; buscando através desta rede a consolidação da economia solidária, capacitação do maior número de pessoas e possibilitar o acesso a um produto saudável e com preço acessível também às pessoas que o produzem.

Palavras-chave: Capitalismo. Economia Solidária. Sustentabilidade. Redes. Justa Trama.

SOUZA, Lucas Henrique de. **Solidarity Economy Network: the case of the United Seamstresses Work Cooperative Unidas Venceremos as a member of Justa Trama.** 2018. 123 p. Dissertation (Master's Degree in Administration) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

In a capitalist economy, several problems that are connected in a systemic and complex way occur, due to an unlimited capital accumulation which does not accept regulations and everything is done on behalf of unrestricted economic growth, disregarding the impacts provided by it. Thereby, in XX century, the return of a self-regulated market idea that had already demonstrated its fallibility in the great crisis of 1929, relunched within the economic doctrine, now more radical in its proposals and guided by globalization. As a result, the productive forces were expanded, but social and economic inequalities reached superlative levels. Companies underwent a process of mergers and acquisitions that reduced or made the sustainability of small and medium-sized enterprises unviable, leaving behind an incalculable contingent of excluded people around the world. Include to the main problem, the increasing exploration of the planet's natural resources in order to attend the demand and consumption, ignoring the impacts caused by it, not only today but also as a future heritage. Thus, alternative organizational models emerged to look for, in short, to point to another economic and sociability model. This is the case of Solidarity Economy enterprises. The aim of this subject is to understand the process of organization and development of Univens, a member of the Justa Trama solidarity economy network, faced with the complexity of internal and external relations permeated by an adverse socioeconomic system. The research approach was qualitative, using the case study method with a descriptive characteristic, which sought to analyse the social reality of a contemporary phenomenon in a depth way. Documentary research, semi-structured interviews and direct observation were used as instruments. The analysis took place through the categorization according to the research goals, and the data were condensed and selected to verify the emerging conclusions. As a result, of the research, it can be stated that Univens management has some characteristics of the self-management model, where each member has its share of responsibility in the decisions, besides the existence of specific councils that make punctual decisions. The production process is divided into three stages: cutting, sewing and serigraphy, thereby incorporating practices of traditional organizations with some allusion to the ideal types of organizations advocated by Max Weber. As part of the Justa Trama solidarity economy network, it started to add more value to the work developed in the cooperative, manufacturing garments that use sustainable raw material. In other words, agro-ecological cotton produced with no agrochemicals usage; planted, harvested, woven and produced by solidarity economy enterprises; reach through this network the consolidation of the solidarity economy, training a largest number of people and enabling access to a healthy product with an affordable price to the people who also produce it.

Keywords: Capitalism. Solidarity Economy. Sustainability. Network. Justa Trama.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Processos de coleta e análise dos dados	61
Figura 2	– Exemplo de iluminação pública no bairro Sarandi (Porto Alegre-RS)	65
Figura 3	– Esgoto a céu aberto no bairro Sarandi (Porto Alegre-RS)	66
Figura 4	– Área sem pavimentação no bairro Sarandi (Porto Alegre-RS)	66
Figura 5	– Prédio onde funcionava a Incubadora Popular do bairro Sarandi (Porto Alegre-RS)	69
Figura 6	– Corte da matéria-prima	73
Figura 7	– Etapa de costura da produção da Univens	74
Figura 8	– Realização da serigrafia	75
Figura 9	– Secador serigráfico	75
Figura 10	– Bicicletas das cooperadas da Univens	82
Figura 11	– Folder da Justa Trama em parceria com o Instituto Lojas Renner.	91
Figura 12	– Folder distribuído na comunidade onde a Univens está instalada	92
Figura 13	– Folder que acompanha os produtos da Justa Trama	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios do cooperativismo.....	34
Quadro 2 – Organização convencional versus organização autogerida	37
Quadro 3 – Formas e origens de construção de identidades.....	42
Quadro 4 – Propriedades básicas da rede de economia solidária	46
Quadro 5 – Estrutura das entrevistas.....	60
Quadro 6 – Estratégia de pesquisa	62
Quadro 7 – Empreendimentos solidários componentes da Justa Trama	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Motivos que levaram à criação dos EES no Brasil.....	48
Tabela 2 – Participantes dos EES por gênero	49
Tabela 3 – Formas de organização dos EES no Brasil.....	50
Tabela 4 – Participação social dos EES no Brasil	51
Tabela 5 – Principais formas de comercialização dos empreendimentos solidários no Brasil	52
Tabela 6 – Principais dificuldades na comercialização dos EES no Brasil	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AÇAÍ	Cooperativa de Trabalho de Artesãos do Estado de Rondônia
ADEC	Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AEFAF	Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira
AFAL	Agência de Fomento de Alagoas
ANPAD	Agência Nacional de Pesquisa em Administração
AVESOL	Associação do Voluntariado e da Solidariedade
BDTD	Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CGIL	Confederazione Generale Italiana del Lavoro
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COOPERTÊXTIL	Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
ES	Economia Solidária
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FESALC	Federació de Societats Laborals de Catalunya
FI	Fundo de Investimentos
FR	Fundo de Reserva
FS	Fundo de Solidariedade
FSF	Fundo de Solidariedade e Formação
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IC	Integralização de Capital
INOVARTE	Cooperativa de Artesanato
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCPS	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
MST	Movimento Sem Terra

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSP	Organizações Solidárias de Produção
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PROCEMPA	Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre
PT	Partido dos Trabalhadores
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SD	Sobras para Distribuição
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SMIC	Secretaria Municipal da Indústria e Comércio
SMTE	Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego
SPELL	Scientific Periodicals Electronic Library
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNIVENS	Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVO GERAL.....	18
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	19
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1	O CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES	22
2.2	INSUSTENTABILIDADE SISTÊMICA.....	27
2.3	MODOS ALTERNATIVOS AO CAPITALISMO	31
2.3.1	Cooperativismo	32
2.3.2	Economia Solidária.....	35
2.3.2.1	A economia solidária no contexto brasileiro	39
2.4	CONCEPÇÃO DE REDES E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	41
2.5	REFERENCIAL EMPÍRICO.....	46
2.5.1	Os Mapeamentos dos Empreendimentos de Economia Solidária.....	48
3.	PERCURSO METODOLÓGICO	56
3.1	CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	56
3.2	COLETA DE DADOS	57
3.2.1	Unidade de Análise	57
3.2.2	Instrumentos De Coleta De Dados	59
3.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	60
3.4	SÍNTESE DA ESTRATÉGIA DE PESQUISA	62
4.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	63
4.1	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO.....	63
4.2	CRIAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	67
4.3	MODELO DE GESTÃO E PROCESSO PRODUTIVO.....	70
4.4	DIFICULDADES ENFRENTADAS E RELAÇÕES INTERNAS	78
4.4.1	Principais Dificuldades	78
4.4.2	Relações Internas.....	81

4.5	A REDE JUSTA TRAMA.....	85
4.5.1	Histórico da Justa Trama.....	86
4.5.2	Processo Produtivo e de Comercialização da Justa Trama	88
4.5.3	Justa Trama – Rede de Economia Solidária ou Cadeia Produtiva?	95
4.6	VISÃO DE MUNDO	101
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	112
	APÊNDICES	119
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Aplicada aos Gestores dos Empreendimentos.....	120
	APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Aplicada aos Associados dos Empreendimentos	121
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	122

1. INTRODUÇÃO

O capitalismo, como modelo socioeconômico hegemônico, transformou as organizações em um campo de disputas constantes, seja por produtos, empregos, vagas para estudos etc. Nas últimas décadas do século XX, governos mais conservadores impulsionaram com sucesso os pensamentos e políticas neoliberais, tendo a ideia tatcherista de que “não há alternativa” ao capitalismo neoliberal ganhado adeptos em todo o mundo, o que trouxe de volta as ideias que pressupõem o mercado autorregulado, que havia sido dominante no século XIX. Porém, diferente do que ocorreu naquela época, o ressurgimento deste modelo econômico veio ampliado pela globalização (SOUSA-SANTOS e RODRÍGUEZ, 2005). Para Luzio-dos-Santos (2014), ocorre um processo de seleção empresarial, onde um grupo pequeno de empresas passa a dominar os principais mercados, eliminando a concorrência, criando mercados cada vez mais concentrados dominados por oligopólios com força desproporcional que ameaçam a própria democracia do estado nação.

A realidade brasileira não se mostrou diferente, principalmente após a redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 trouxe o retorno da garantia de livre associação no país, onde diversos grupos começaram a ter destaque no cenário político nacional e regional. Segundo o IPEA (2016), na década de 1990, uma crise do modelo fordista culminou em grandes mudanças na configuração do mercado de trabalho no país, ocorrendo o fechamento de fábricas, queda da participação industrial no produto nacional, precarização do trabalho, aumento do desemprego, sindicalismo enfraquecido, abrindo espaço para que a sociedade civil organizada e gestores pudessem repensar estratégias para um aumento dos postos de trabalho, onde diferentes lutas convergiram em uma pauta de apoio às associações de trabalho nas comunidades.

Tais relações culminaram em um ambiente cada vez mais complexo, que para Edgar Morin (2005), é o tecido de acontecimentos, determinações, acasos, ações, interações e retroações que constituem o mundo. Ainda para o autor, a complexidade compreende indeterminações, incertezas e aleatoriedade dos fenômenos. O sujeito emerge concomitantemente com o mundo, a partir da auto-organização, onde a autonomia, a individualidade, a complexidade, a incerteza e a

ambiguidade tornam-se características do próprio objeto. O pensamento complexo descrito por Boeira e Vieira (2010, p. 40), a partir da compreensão da obra de Morin, aponta a complexidade como “um ir e vir constantes entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável”.

Como alternativa às organizações capitalistas, diante das adversidades enfrentadas pelas mesmas principalmente no final do século XX, Singer (2002) ressalta que os empreendimentos solidários se mostram como opção, onde a igualdade entre os membros predomina, substituindo a competição, transformada em cooperação. Tal proposta consiste na associação entre iguais, com fins de produção, de comércio, de consumo ou de poupança. Ao contrário do capitalismo, o modo de produção da economia solidária tem como princípios básicos o direito à liberdade individual e a propriedade coletiva, sendo que a aplicação desses princípios une todos os produtores numa classe trabalhadora única, que são possuidores do capital por igual em uma sociedade econômica. Outro ponto de destaque dos empreendimentos da economia solidária consiste no desenvolvimento e manutenção de valores de sustentabilidade, tanto ambiental, que procura realçar e respeitar a capacidade dos ecossistemas naturais de se autodepurar; social, que preza pela distribuição justa de renda e igualdade no acesso aos serviços e recursos sociais; e econômico, visando um desenvolvimento equilibrado, viabilidade financeira e capacidade de modernização contínua (SACHS, 2002).

A partir destas mudanças nas relações organizacionais no final do século XX, no ano de 1996 iniciou-se o trabalho da Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos, sob a sigla Univens, que surgiu para superar as dificuldades vivenciadas pelas mulheres do bairro Sarandi, na cidade de Porto Alegre-RS, que após o fechamento das organizações em que trabalhavam, o mercado de trabalho não absorvia mais sua mão de obra, principalmente por conta de suas idades. Após quase uma década de funcionamento, a Univens passou a fazer parte da Justa Trama, que surgiu no ano de 2004 como uma opção saudável de produção de peças de vestuário. No início, foi contratada para produzir sessenta mil bolsas para o Fórum Social Mundial, que foi sediado em 2005 na cidade de Porto Alegre. Após o evento, os envolvidos perceberam a viabilidade da rede, para que todo o processo produtivo fosse realizado por empreendimentos de economia solidária, desde o plantio do algodão orgânico até a comercialização ao consumidor

final. O arranjo produtivo da Justa Trama consiste em uma rede, onde os empreendimentos solidários, que já se encontravam consolidados em suas respectivas regiões geográficas, passaram a trabalhar conjuntamente em prol da sustentabilidade com a produção de vestuário. Atualmente, fazem parte da rede seis empreendimentos, com aproximadamente setecentos trabalhadores, divididos em cinco estados do Brasil (WEBSITE DA JUSTA TRAMA, 2016). A comercialização ocorre principalmente através de feiras de economia solidária em todo o território nacional, além de possuir parcerias com empreendimentos de economia solidária de outros países. Recentemente, firmou parceria com o Instituto Lojas Renner, que possui um departamento que divulga e revende produtos de origens alternativas, sustentáveis, solidárias entre outros.

Frente a esta realidade, esta dissertação busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Como se organiza e se desenvolve a Univens, integrante da rede de economia solidária Justa Trama diante da complexidade de relações e de um contexto adverso?**

1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o processo de organização e desenvolvimento da Univens, integrante da rede de economia solidária Justa Trama diante da complexidade de relações internas e externas permeadas por um sistema socioeconômico adverso.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Levantar as características gerais da Univens, empreendimento de confecção que compõe a rede Justa Trama;
- 2) Entender o processo de gestão do empreendimento, considerando os atores internos envolvidos;
- 3) Verificar como ocorrem as relações da Univens com os diferentes atores da rede;
- 4) Identificar a visão de mundo deste empreendimento.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

O número de estudos sobre a temática da Economia Solidária cresceu na década de 2000, tendo em vista o aumento quantitativo destes empreendimentos, impulsionados pelas políticas públicas, principalmente a partir do ano de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Após a análise das informações do Atlas da Economia Solidária publicado pela SENAES em 2007, a criação de empreendimentos de economia solidária variou entre 1000 e 2000 organizações por ano (SENAES/MTE, 2007).

A partir do levantamento realizado por Oliveira e Zanin (2011), o número de pesquisas em nível de dissertações e teses teve um aumento considerável a partir do ano de 2003, não havendo redução desde então. Foi realizada uma busca em quatro bases de dados (SPELL, IBICT, PERIÓDICOS CAPES e WEB OF SCIENCE) com a expressão “Economia Solidária” entre os dias 18 e 30 de março de 2017, englobando os títulos, assuntos e palavras-chave dos documentos. A base de dados Spell – *Scientific Periodicals Eletronic Library* concentra a produção científica das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo, publicados a partir de 2008, apresentando 119 resultados (SPELL, 2017). Já a base de dados do Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, integra todas as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades brasileiras, sendo encontrados 646 resultados (IBICT, 2017). No Periódicos Capes, um portal que serve para consulta a dissertações, teses, artigos e outros tipos de conteúdos, foram encontrados 596 resultados (PERIÓDICOS CAPES, 2017). Na base de dados Web of Science, que se trata de uma base de referências dos periódicos mais citados nas áreas de Ciências, Ciências Sociais, Artes e Humanidades, foram encontrados 87 artigos (WEB OF SCIENCE, 2017).

Com a hegemonia do capitalismo, a competição é vista como benéfica, uma vez que permite aos consumidores escolher aquilo que mais o satisfaz com um preço menor. Neste tipo de economia, as empresas que vendem mais acumulam vantagens, e as que vendem menos acumulam desvantagens. O capitalismo produz desigualdade crescente. Em uma sociedade que predominasse a igualdade entre seus membros, seria preciso que a economia, ao invés de

competitiva, fosse solidária (SINGER, 2002). Em resposta a tal modelo predominantemente excludente, nas empresas solidárias, a autogestão, ou seja, a participação dos trabalhadores do empreendimento na gestão das unidades produtivas é uma característica chave. Esta participação reflete muitas realidades, pois a mesma precisa estar presente nas questões técnicas, organizacionais e econômicas. Esse processo pode ser expresso em âmbito social, regional, local ou específico (FARIA, 2009).

Como justificativa científica e empírica, este trabalho irá contribuir para um campo de estudos que ainda não se encontra consolidado, que é o caso da Economia Solidária no Brasil. Faz-se necessário um maior debate acerca de modelos alternativos de gestão, uma vez que os modos de produção tradicionais de organização não respondem adequadamente às demandas de alguns estratos da sociedade.

Encontra justificativa teórica, contribuindo para o Projeto de Pesquisa “Os modelos de organizações em socioeconomia solidária em atuação no Brasil: potenciais e desafios”, onde cada colaborador do mesmo busca pesquisar diferentes experiências de economia solidária e suas variações, a fim de levantar e entender seus modelos, diante de um ambiente inóspito à sua lógica colaborativa e democrática. Dentre os estudos já realizados neste Projeto de Pesquisa, destacam-se: “Centros Públicos de Economia Solidária no estado do Paraná: uma análise temporal de 2007 a 2015” (MACHADO, 2016), “Negócios Sociais em Contexto Brasileiro: contradições e potencialidades como alternativa socioeconômica” (MELLO, 2016) e “Negócios Sociais em Contexto Brasileiro: estudo de casos múltiplos” (PIRES, 2017).

Outra contribuição será para a área de concentração “Gestão e Sustentabilidade” do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina (PPGA-UEL), uma vez que a Univens e a rede Justa Trama trabalham com o tripé da sustentabilidade (social, ambiental e econômico), pois sua produção é realizada através de cooperativas, em comunidades onde seus moradores buscavam alternativas para maximizar seus ganhos e melhorar seus meios de subsistência; o algodão que serve como matéria-prima dos produtos da rede utilizam sementes totalmente orgânicas e suas técnicas de plantio e colheita visam respeitar o meio ambiente.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além deste primeiro capítulo introdutório, onde são apresentados a contextualização sobre o tema do estudo, o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos e justificativas, a presente pesquisa ainda possui mais três capítulos. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica que norteia a pesquisa e encontra-se subdividido em quatro partes: o capitalismo e as contradições deste modelo econômico, a insustentabilidade sistêmica que permeia as organizações diante das crises da sustentabilidade, os modelos alternativos ao capitalismo, e o referencial empírico.

O terceiro capítulo descreve o percurso metodológico realizado para viabilização do presente estudo, sendo a metodologia aplicada a qualitativa, pois se busca maior compreensão do tema e complexidade do problema, utilizando o apoio de referenciais teóricos. O método de pesquisa foi o estudo de caso, que se trata de uma investigação em profundidade de determinada realidade contemporânea. Esta pesquisa possui caráter descritivo, pois apresenta um relato detalhado de um fenômeno social e suas possíveis relações com outros fenômenos. A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental, entrevista semiestruturada e observação direta, sendo que para a análise dos dados foi utilizada a triangulação destes instrumentos, categorização dos dados de acordo com os objetivos da pesquisa e a aplicação do método de análise de Miles, Huberman e Saldaña (2014), que consiste na condensação e apresentação dos dados e desenho e verificação das conclusões.

Já o quarto capítulo apresenta a análise dos dados coletados, informando a situação socioeconômico da região onde a Univens está instalada, seu contexto histórico, seu modelo de gestão e processo produtivo, quais foram e ainda são as dificuldades enfrentadas pelo empreendimento e as relações internas das cooperadas. Posteriormente, é apresentada a Justa Trama, rede de economia solidária da qual a Univens faz parte e, por fim, procura-se identificar a visão de mundo de mundo do empreendimento, através dos construtos sobre a realidade vivenciada pelos atores. A última seção apresenta as considerações finais sobre a pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo busca evidenciar o referencial teórico que norteia a presente pesquisa, a fim de esclarecer sobre o assunto estudado. O mesmo está subdividido em: o capitalismo e as contradições deste modelo econômico; a insustentabilidade sistêmica que perpassa as organizações diante das crises da sustentabilidade; os modelos alternativos ao capitalismo; e, por fim, o referencial empírico.

2.1 O CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES

O capitalismo se tornou hegemônico há tanto tempo, que passou a ser visto como algo natural. A competição permite aos consumidores o direito de escolha ao produto ou serviço que melhor satisfaz suas necessidades pelo menor preço. Singer (2002) ressalta que este tipo de economia privilegia apenas as organizações consideradas “vencedoras”, sendo que as “perdedoras” são excluídas. O autor ainda afirma que isto “explica por que o capitalismo produz desigualdade crescente” (SINGER, 2002, p. 8).

Segundo Bauman (2001), o mundo foi dominado por organizações capitalistas por pelo menos duzentos anos, que davam credibilidade ao modelo fordista, que se tratava de uma construção sobre a qual emergia toda uma visão de mundo, de acumulação, de industrialização e de consumo. No século XX, tais características foram tão exacerbadas, que parecia não haver alternativas ao capitalismo.

Em um sentido macro, a acumulação de capital sem limites produz as crises devido à necessidade de acumulação de poder político (HARVEY, 2005). Segundo Dowbor (2013), grandes organizações multinacionais tomam decisões financeiras, tecnológicas e de consumo que afetam a humanidade, sem que sejam influenciadas por outras. Há uma predominância em verificar apenas o ponto de vista do ritmo do crescimento, ignorando o “o que”, “para quem” e “com quais impactos ambientais” este crescimento irá afetar. Em contrapartida, organizações de menor porte, que comumente possuem uma racionalidade colaborativa, enfrentam dificuldades ao se deparar com os modelos dominantes.

Para Weber (2006), o capitalismo existe onde as necessidades humanas são satisfeitas através de atividades industriais e comerciais. Uma organização capitalista racional possui o cômputo de capitais, ou seja, que controla sua rentabilidade com o auxílio de cálculos, contabilidade e elaboração de balanços. As precondições para a existência do capitalismo moderno são: apropriação dos meios materiais de produção, liberdade de mercado, técnica racional, direito racional, trabalho livre e comercialização da economia. O contexto em que o capitalismo se expandiu teve como catalisador a natureza geográfica da Europa, tendo em vista a abundância de comunicações fluviais, culminando em sua hegemonia no século XX.

Na Idade Média, ocorreram mudanças nas bases estruturais da economia e da sociedade que se desdobraram no modelo capitalista como é conhecido, através do fortalecimento do comércio nas cidades (burgos), em decorrência da perda de força dos regimes feudais. Desde então, diversas teorias contribuíram para a supremacia deste tipo de economia, destacando-se o liberalismo, o keynesianismo e o neoliberalismo.

Conforme Höfling (2001), a teoria liberal ressaltada por Adam Smith coloca o Estado como principal articulador da garantia dos direitos individuais, sem interferir na esfera da vida pública e na esfera econômica da sociedade. Dentre estes direitos, estão o direito à vida e à liberdade, à propriedade privada, e aos bens para conservá-las. Os conceitos defendidos por Smith colocam a “mão invisível” do mercado como algo natural, estando a concorrência perfeita e a economia reguladas: a oferta define a demanda.

A partir da crise de 1929, a situação se inverte. John M. Keynes, apresenta o Estado como motor e regulador da economia, pois a concorrência é imperfeita. Ocorre um aumento dos gastos públicos, pois o Estado torna-se o principal provocador da demanda. Para Ferrari Filho (2006), as propostas de Keynes, em suma, buscaram a solução do desemprego e a equidade da renda, através da intervenção do Estado com políticas públicas de naturezas normativas.

Tem início o desenvolvimento do modelo de Estado-Providência, em que o Estado torna-se indutor do desenvolvimento, promove o pleno emprego e se responsabiliza por garantir proteções sociais básicas a todos os cidadãos, buscando unir desenvolvimento social e econômico num processo de retroalimentação com centralidade na construção de um modelo de convivência mais harmônico e equilibrado (LUZIO-DOS-SANTOS, 2014, p. 3).

Tal situação ocorreu principalmente após a Segunda Guerra Mundial, perdurando até meados da década de 1970, quando passou a ocorrer uma diminuição progressiva da atuação dos governos nacionais. Os Estados de Bem-Estar Sociais foram fragilizados diante das crescentes demandas sociais e econômicas das populações, sem uma equivalente contrapartida orçamentária, o que resultou em déficits públicos e um acelerado processo inflacionário. No mesmo período, a crise do socialismo real fez com que o mesmo deixasse de ser visto como uma ameaça ao capitalismo. Então, a maioria das economias mundiais passaram a substituir o Estado-Providência, para um modelo com medidas de caráter liberalizantes, deixando para a iniciativa privada e as leis de mercado, a responsabilidade de regular a economia e a sociedade (LUZIO-DOS-SANTOS, 2014).

A partir da queda do Muro de Berlim em 1989, e o fim da União Soviética em 1991, a expansão dos modelos neoliberais ocorreu sem barreiras, aumentando a polarização entre ricos e pobres. Desta forma, um grupo cada vez menor de organizações passa a controlar os principais mercados, surgindo conglomerados empresariais de dimensões globais, muitas vezes com capital superior a vários países. Para Dowbor (2013), o poder das grandes corporações torna-se, além de global, capilar, possuindo forte presença nos campos político, econômico e midiático. Entretanto, ao se realizar tal análise, são esquecidos os fatos de que metade da população mundial ainda vive da agricultura familiar, que um terço ainda cozinha com lenha, que um quarto não possui acesso à eletricidade, que milhões de pessoas ainda vivem da pesca artesanal costeira etc.

Ou seja, a globalização não é um processo uniforme, pelo contrário, gera um abismo profundo entre uma minoria de países [...] que avançam cada vez mais rápido ao ritmo de novas tecnologias, e uma massa imensa da população mundial que se vê privada das suas formas tradicionais de sobrevivência, mas não tem acesso aos meios necessários para participar do novo (DOWBOR, 2013, p. 185).

Numa medida nunca alcançada na realidade de outrora, o capital rompeu a dependência em relação ao trabalho, com uma nova liberdade de movimentos que era impensável no passado (BAUMAN, 2001). Nos países onde ocorreu maior expansão econômica, houve uma piora dos problemas sociais, como por exemplo nos Estados Unidos, onde o número de pessoas que vive na pobreza aumentou consideravelmente nas últimas duas décadas, ficando evidente que as

tentativas para solucionar tais problemas são poucas ou praticamente nenhuma (REED, 1998).

Yunus (2008) afirma que a razão para tais problemas é de fácil compreensão: os mercados irrestritos não se destinam a resolver problemas sociais, exacerbando a pobreza, as doenças, a poluição, a corrupção, o crime e a desigualdade. Sem a supervisão e as diretrizes adequadas, a globalização pode ser altamente destrutiva.

Para Sousa-Santos e Rodríguez (2005), as linhas de pensamento crítico fazem referência a três características negativas das economias capitalistas. A primeira delas diz que o capitalismo produz desigualdades de recursos e poder de uma maneira sistemática. Os autores trazem a tona a tradição marxista, de que a causa dos problemas está na luta de classes, com a separação entre trabalho e capital, a apropriação privada de bens públicos e relações sociais marcadas pela subordinação do capital e do trabalho. As condições que tornaram possível a acumulação ilimitada, são as mesmas que geram tais desigualdades.

A segunda característica negativa diz que “as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar de na solidariedade” (SOUSA-SANTOS e RODRÍGUEZ, 2005, p. 28). Os autores explanam que a redução da sociabilidade ao intercâmbio e ao benefício pessoal encontra-se no centro do conceito de alienação de Marx, inspirando críticas e propostas que buscam ampliar a ideia de que o intercâmbio é baseado na reciprocidade e não em ganhos monetários.

Uma terceira característica consiste na exploração crescente em nível global dos recursos naturais, colocando em risco as condições da vida na Terra. O nível e tipo de produção e consumo exigidos pelo capitalismo são insustentáveis, tendendo a esgotar os recursos naturais que permitem a sua própria reprodução. Diversas correntes de pensamento buscaram ao longo dos anos apresentar alternativas à destruição da natureza, desde estratégias antidesenvolvimentistas, à imposição de limites ao desenvolvimento.

Contudo, ao criticar e procurar superar, em maior ou menor escala, as características do capitalismo já assinaladas, todos estes tipos de experiências têm em comum o fato de, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar

mais incômoda a sua reprodução e hegemonia (SOUSA-SANTOS e RODRÍGUEZ, 2005, p. 29).

Outro autor que salienta as consequências negativas do capitalismo para com a preservação ambiental é James O'Connor (2002), que apresentou suas críticas em forma de contradições. A primeira contradição consiste em uma crise de demanda, que reside na relação entre o poder político do capital e a capacidade da economia capitalista funcionar sem problemas, com maiores lucros e menores benefícios. Há um conflito entre os discursos ambientalistas e os capitalistas. Para os “reformistas verdes”, o problema consiste em refazer o capital em termos adequados à sustentabilidade da natureza. Porém, refazer a natureza envolve aspectos políticos e ideológicos.

A segunda contradição apresentada por O'Connor (2002) se trata de uma crise de custos, que surge de duas maneiras: quando capitalistas recuperam os ganhos através de estratégias que degradam as condições materiais e sociais; e quando custos adicionais ameaçam a rentabilidade das empresas, interagindo de maneiras contraditórias e complexas. O autor ainda cita a obra de Marx, ao dizer que existem três condições de produção: força de trabalho humana, o ambiente, e a infraestrutura urbana. O capitalismo, para ser sustentável, exigiria os três no momento e lugar corretos, com as condições estruturais corretas.

A partir deste cenário complexo e adverso, surgem, a partir da sociedade civil organizada, movimentos contra-hegemônicos com diferentes propósitos, que buscam soluções para os problemas com diferentes estratégias.

Estes organismos manifestam-se sob distintas denominações, como Organizações da Sociedade Civil, Terceiro Setor, empreendimentos de Economia Solidária, cooperativas de autogestão, entre outros. São movimentos multifacetados com várias colorações ideológicas e *modus operandi* que se impõem pela ousadia e pela busca de mecanismos de ação mais democráticos, participativos e solidários (LUZIO-DOS-SANTOS, 2014, p. 4-5).

Tais organizações defendem três visões que entram em conflito. A primeira diz que as atribuições básicas do Estado devem ser transferidas para a sociedade civil organizada. A segunda quer que o Estado seja o detentor e mantenedor do monopólio da ação pública, não sendo aceita uma esfera pública não estatal. E a terceira diz que as ações do Estado são insubstituíveis e essenciais, mas aceita que a sociedade civil deve se mobilizar para obter avanços em sociabilidade, alcançando novos padrões democráticos (LUZIO-DOS-SANTOS,

2014). O autor ainda afirma que, apesar da pluralidade de visões de mundo e missões das organizações, é evidente o inconformismo da população, que demonstra querer participar mais ativamente na busca de soluções para as necessidades da sociedade.

Tendo em vista que o capitalismo, apesar de ainda ser o principal modelo socioeconômico vigente no mundo, tem apresentado várias contradições e falhas perante as necessidades da sociedade, outros modos de produção que colocam em voga a solidariedade e ajuda mútua passaram a emergir durante o século XX, ganhando expressividade a partir da década de 1980, e serão abordados nas próximas seções.

2.2 INSUSTENTABILIDADE SISTÊMICA

Desde o final do século XIX, o pensamento econômico neoclássico considera o mercado como o melhor organizador da produção. A intervenção estatal poderia ser necessária em momentos de crise, como sustenta o keynesianismo. Desde aquela época, a teoria marxista vem insistindo sobre os efeitos negativos do sistema capitalista na classe trabalhadora, porém, não havia imaginado que outro elemento seria somado: a crise ambiental. A preocupação em frear a depredação dos recursos naturais e a poluição industrial tem obrigado a economia neoclássica a desenvolver modelos e instrumentos de política econômica para atribuir um preço aos problemas ambientais, assim como estabelecer mecanismos de contabilidade que permitam incorporar às contas nacionais, valores que não “nascem” naturalmente na teoria (FOLADORI, 2001).

Para Pierri (2001), o ambientalismo contemporâneo tem suas raízes em diferentes tradições de pensamento surgidas no século XIX, na crítica naturalista da destruição infringida à natureza pela revolução industrial, e na crítica social levantada contra os efeitos sociais negativos da industrialização e da colonização. Já no ambiente político, a crise ambiental teve lugar no final da década de 1960 e início da década de 1970, impulsionada pela produção de uma série de informes científicos, e principalmente com a Conferência da ONU em Estocolmo, em 1972. A ênfase desta conferência era sobre as consequências da industrialização e utilização exacerbada dos recursos naturais por países desenvolvidos. As

conclusões eram que, se continuar as tendências atuais, os limites dos recursos naturais do planeta seriam alcançados em cem anos (HOPWOOD, MELLOR e O'BRIEN, 2005).

A Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada em 1983 pela ONU, gerou o relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório de Brundtland, apresentado em 1987. Este parte da ideia central de que desenvolvimento e meio ambiente não podem ser separados, se distanciando do ecocentrismo, e adotando uma ótica antropocentrista. Colocou a pobreza como uma das questões centrais dos problemas ambientais globais, e a necessidade de crescimento econômico para diminuição desta pobreza com o fim de conter e reverter tais problemas. Brundtland considera que os limites para o crescimento não são apenas físicos, mas também sociais e técnicos (PIERRI, 2001).

A Conferência Rio-92 foi preparada para instrumentalizar o desenvolvimento sustentável mediante compromissos jurídicos entre os governos. Porém, foi bastante criticada, pois os países desenvolvidos defenderam sua liberdade de agredir o ambiente e manifestaram não estar dispostos a pagar pelos danos que já produziram, tanto a nível global quanto nos países pobres. Ainda pretendiam limitar o uso dos recursos de cada país, declarando-os patrimônio universal, como meio de adquirir direitos sobre eles (PIERRI, 2001). A Comissão reafirmou a existência de desigualdades e opressões, porém, não propôs soluções além de uma agenda de livre comércio, sendo esta uma das principais fraquezas do programa que saiu da Cúpula da Terra. A Comissão não abordou a questão do controle social sobre o capital, seja através do governo ou por meio de outras instituições da sociedade civil (CASTRO, 2004).

O’Riordan (1989) categorizou as visões ambientais, a partir de uma perspectiva ecocêntrica/tecnocêntrica, combinando com os pontos de vista econômicos. Hopwood, Mellor e O’Brien (2005) ampliaram esta análise, colocando o desenvolvimento sustentável em três patamares: *Status Quo*, Reforma e Transformação.

Os defensores do *Status Quo* reconhecem que é necessária uma mudança, porém entendem que nem o ambiente ou a sociedade estejam enfrentando problemas insuperáveis. Ajustes podem ser feitos sem alterações fundamentais para a sociedade ou as relações de poder. Para eles, o crescimento

econômico é visto como uma solução. Defendem os cortes sociais, diminuição da progressividade dos impostos, privatizações e redução das regulações (neoliberalismo). Defendem ainda o aumento da informação e a melhoria das técnicas de gestão como meios para alcançar o desenvolvimento sustentável (HOPWOOD, MELLOR e O'BRIEN, 2005).

Os defensores da Reforma compreendem que a sociedade apresenta diversos problemas críticos, mas não consideram que há um colapso nos sistemas sociais e que uma mudança fundamental seja necessária, permanecendo confiantes de que a situação pode e vai mudar. Aceitam que devem haver modificações na política e no estilo de vida, porém, entendem que estas podem ser alcançadas ao longo do tempo, sem alteração das estruturas sociais e econômicas. Defendem que a tecnologia é uma das chaves para esta mudança: redução de materiais, busca por fontes de energia renováveis (eficiência energética). Entendem que deve haver certa regulação do mercado para alcançar a sustentabilidade (HOPWOOD, MELLOR e O'BRIEN, 2005).

Teóricos transformacionistas argumentam que uma mudança na sociedade e nas relações humanas com o ambiente são necessárias para evitar uma crise iminente ou um possível colapso futuro. Para eles, a reforma não é suficiente. Uma visão da Transformação tem um forte compromisso com igualdade social, acesso ao sustento saúde, recursos e a economia e a política são os meios para atingir este fim. Desta forma deve haver regulação econômica, porém defende que as pessoas também devem ter certo poder de tomada de decisão (HOPWOOD, MELLOR e O'BRIEN, 2005).

Dovers (1997) ao estudar diversos problemas enfrentados pelos países sobre o desenvolvimento sustentável, diz que as abordagens até então apresentadas para esta questão são marginais e fortemente questionáveis. O autor apresenta uma tipologia para detalhar e identificar os atributos dos problemas enfrentados sobre sustentabilidade, principalmente no ambiente político, sendo três níveis: microproblema; mesoproblema; e macroproblema. Todavia, esta escala depende do ponto de onde está sendo analisado. Um problema pode ser "macro" para um país, e "micro" globalmente.

Já Gladwin, Kennelly e Krause (1995), analisaram dialeticamente três visões de mundo ou paradigmas: a cosmovisão tecnocêntrica convencional

versus sua oposição gerada, a cosmovisão ecocêntrica alternativa (antítese), versus um novo surgimento potencial ou uma união maior no sentido de uma visão de mundo sustentável e sustentada (síntese).

No paradigma tecnocêntrico, a humanidade é separada e superior à natureza. Os seres humanos têm o direito de dominar a criação natural para o próprio benefício. Assumindo crescimento econômico contínuo e inovação tecnológica, a geração de hoje precisa apenas passar para um estoque de capital agregado não menos do que o desfrutado atualmente. Os defensores da cosmovisão ecocêntrica se inspiraram nas filosofias orientais baseadas na conformidade com a ordem crítica da natureza. O ecocentrismo tende a ser evidente nos sistemas de crença de ativistas dos direitos dos animais, ecofeministas espirituais, ecologistas de restauração, agricultores orgânicos, bioregionalistas, economistas do estado estacionário, seguidores da hipótese e ativistas ambientais mais radicais. Os ecocentristas oferecem uma visão de mundo mais holística, integrativa e menos antropocêntrica. O ecocentrismo supera o reducionismo grosseiro do tecnocentrismo, mas propaga encobertamente um reducionismo sutil, instrumentalizando tudo em sua teoria holística da ideologia da vida. Não aborda adequadamente questões de desemprego, desigualdade de renda e outras patologias sociais que dominam o mundo industrial e não garante meios de subsistência sustentáveis. Já a noção de um paradigma centrado no desenvolvimento sustentável pode ser entendida como uma consequência dialética dessa luta colossal entre o tecnocentrismo e o ecocentrismo. O Sustaincentrismo oferece uma visão de desenvolvimento centrada na melhoria da condição humana e baseada na conservação da variedade e a integridade da natureza não-humana (GLADWIN, KENNELLY e KRAUSE, 2005).

Como afirma Seghezze (2009), a sustentabilidade é geralmente vista como um guia para elaboração de políticas econômicas e sociais em equilíbrio com as condições ecológicas. Mais de duas décadas após a CMMAD da ONU definir “desenvolvimento sustentável” e colocar a sustentabilidade na agenda global, estes termos e suas adequações para casos específicos continuam sendo contestadas. A sustentabilidade muitas vezes é apresentada como o “*triple bottom line*” da economia, meio ambiente e sociedade, formado por pessoas, planeta e lucro. A definição apresentada pela CMMAD é totalmente antropocêntrica, pois vê a

satisfação das necessidades humanas como inerentemente em conflito com as restrições ambientais e, como resultado, o triângulo habitual da sustentabilidade representa a sociedade e o meio ambiente como pilares distintos.

O conceito de sustentabilidade começou a ser discutido ainda no século XIX e passou por diversas reformulações ao longo dos anos, chegando ao ápice da discussão a partir da década de 1960, quando os problemas ambientais começaram a chegar a níveis alarmantes. A partir disto, conferências da ONU (destacando-se as de 1972, 1987 e 1992) passaram a colocar a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável na agenda mundial. Porém tal definição ainda não é um consenso, como demonstra Hopwood, Mellor e O'Brien (2005). Castro (2004) buscou examinar os pressupostos, a lógica e os temas dominantes, principalmente na economia. Ambos os autores afirmam que nenhuma das abordagens apresentadas se configuram adequadas, sendo necessários maiores debates, onde a combinação de várias abordagens e perspectivas possa, talvez, contribuir para um construto hegemônico e viável. Desta forma, percebe-se que não somente os estudos organizacionais, como outras áreas, ainda pouco contribuem para um avanço prático neste tema, em sua maioria mantendo-se no campo da revisão teórica.

2.3 MODELOS ALTERNATIVOS AO CAPITALISMO

Diante dos problemas de insustentabilidade produzidos pelas organizações capitalistas, fez-se necessário repensar os modelos organizacionais, o que fez surgir alternativas que se propõem a serem mais democráticas e sustentáveis. Foram realizadas diversas tentativas para sobrepor o modelo capitalista, tendo este movimento se iniciado após a Revolução Industrial, e ganhando maior predominância no século XX. As imigrações causadas pelas Grandes Guerras fizeram com que houvesse uma “pulverização” destes modelos, que antes tinham escopo mais regional, para outros locais.

As propostas que defendem a superação do paradigma capitalista de desenvolvimento são consideradas fontes dinâmicas e promissoras de alternativas de produção, tendo a participação de diversos tipos de organizações e movimentos em todo o mundo, envolvidos nas mais diversas lutas (SOUSA-

SANTOS e RODRÍGUEZ, 2005). Trata-se da recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou e descreditou (SOUSA-SANTOS, 2007). Dentre os principais modelos alternativos, destacam-se: o cooperativismo, os empreendimentos de economia solidária, as empresas sociais e a gestão participativa. As organizações afromeiriças – de grupos, arranjos ou redes sociais – dependendo da forma como se organizam, também podem ser consideradas modelos alternativos que procuram responder às contradições do capitalismo.

2.3.1 Cooperativismo

O cooperativismo surgiu como alternativa ao modelo de produção capitalista e caracteriza-se por associações autônomas de pessoas, que constituem uma empresa de propriedade comum, com o fim de satisfazer interesses econômicos (SCHMIDT e PERIUS, 2003). Namorado (2009) define o cooperativismo como o conjunto de cooperativas em uma perspectiva dinâmica, situadas historicamente, encaradas como um movimento social marcado por um horizonte específico. A Aliança Cooperativa Internacional assume que na cooperativa há uma simbiose entre associação e empresa (capitalista), porém contraria a lógica de acúmulo de capital.

O surgimento do movimento cooperativo remonta desde o início do século XIX, quando a pobreza exacerbada dos artesãos da Inglaterra, causadas pela proliferação das máquinas e organizações fabris de produção, culminou na expulsão em massa dos camponeses para as cidades, que se tornariam o proletariado. Conforme Singer (2002), a exploração do trabalho nestas fábricas não possuía limites legais, o que ameaçava a reprodução biológica dos trabalhadores. Alguns industriais iniciaram um movimento para propor leis de proteção aos trabalhadores, destacando-se Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil em New Lanark. Ainda na primeira década do século XIX, Owen decidiu limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças, para as quais criou escolas.

O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento. Owen tornou-se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo fama de filantropo. Visitantes do mundo inteiro vinham a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o

dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício (SINGER, 2002, p. 25).

Ainda para Singer (2002), dentre as experiências cooperativas, a primeira que seguiu as ideias owenistas foi criada por George Mudie, que formou um grupo de gráficos e jornalistas em Londres na década de 1820, para que juntos criassem uma comunidade, para viverem dos ganhos de suas atividades profissionais, publicando o jornal *The Economist*. Outras experiências parecidas surgiram nos anos seguintes, com a publicação do jornal *The Political Economist and Universal Philanthropist* e o surgimento da *London Co-operative Society*.

Destaca-se a importância de Pierre Proudhon, um autor da corrente dos socialistas utópicos, pioneiro da linha anarcossocialista, que idealizou uma sociedade onde o poder político seria substituído por livres combinações entre trabalhadores. Sua proposta viabilizava a mudança social através da proliferação de cooperativas. “O homem é por natureza capaz de viver em sociedade livre, sendo que qualquer lei imposta de cima para baixo é inimiga dessa mesma sociedade e por isso deve ser banida” (LUZIO-DOS-SANTOS, 2014, p. 64). Proudhon defendia o mutualismo econômico, afirmado através da autogestão do trabalho, sem hierarquias, onde cada indivíduo é responsável pela sua parte. As indústrias estariam interligadas, uma vez que cada produto faz parte de uma cadeia de ingredientes necessária para o funcionamento de outras indústrias.

Foi também na Inglaterra que surgiram as primeiras cooperativas que seriam os modelos para a tradição cooperativa contemporânea. As cooperativas de Rochdale foram fundadas a partir de 1844, e tinham como objetivo a oposição à miséria, através da procura coletiva de bens de consumo baratos para vender aos trabalhadores, ainda influenciados pelo pensamento de Robert Owen. Na França, foram fundadas as primeiras cooperativas de trabalhadores, quando operários decidiram fundar e administrar coletivamente suas próprias fábricas, influenciados por Charles Fourier e Pierre Proudhon (SOUSA-SANTOS e RODRÍGUEZ, 2005).

“O pensamento associativista e a prática cooperativa desenvolveram-se como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado” (SOUSA-SANTOS e RODRÍGUEZ, 2005, p. 33). Ainda para os autores, o associativismo é postulado como: uma defesa de uma economia baseada em princípios de mutualidade e cooperação, e por uma crítica ao Estado centralizado e a preferência por uma organização política pluralista, que vislumbram

um papel central à sociedade civil. Já em uma esfera econômica, se baseia em valores de democracia participativa, solidariedade, equidade, igualdade e autonomia.

Tais valores formam um conjunto de sete princípios, que até a atualidade guiam o funcionamento das cooperativas do mundo todo. O Quadro 1 elucida tais princípios.

Quadro 1 – Princípios do cooperativismo

<p>1º Princípio: Adesão Voluntária e Livre – As cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico, e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.</p>
<p>2º Princípio: Gestão Democrática – As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. E os representantes oficiais são eleitos por todo o grupo.</p>
<p>3º Princípio: Participação Econômica dos Membros – Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é, normalmente, propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente.</p>
<p>4º Princípio: Educação, Formação e Informação – Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferece informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.</p>
<p>5º Princípio: Autonomia e Independência – As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.</p>
<p>6º Princípio: Interesse pela Comunidade – Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros.</p>
<p>7º Princípio: Intercooperação – Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.</p>

Fonte: OCB, 2017.

A partir da década de 1970, com a diminuição da sensação de Bem-Estar Social vigente desde o término da Segunda Guerra Mundial, o cooperativismo passou a receber maior expressividade, mesmo que discretamente. Uma das causas da pouca expressividade é apontada por Sousa-Santos e Rodríguez (2005), que ressaltam que estas organizações tendem a ser instáveis, pois sua estrutura democrática torna mais lenta a tomada de decisão. Entretanto, tendo em vista o

fracasso de economias centralizadas e ascensão do neoliberalismo, ocorreu um aumento de experiências deste modelo a partir da década de 1990.

Dentre os motivos que levaram a esta retomada, ainda para Sousa-Santos e Rodríguez (2005), as cooperativas geram benefícios não econômicos para os membros e a comunidade, pois estendem o princípio da cidadania à gestão das empresas, ampliando a democracia participativa, e uma vez que os trabalhadores são proprietários, a difusão das mesmas possui um efeito igualitário sobre a distribuição de propriedade, o que estimula o crescimento econômico e diminui a desigualdade.

Entretanto, esta retomada distanciou-se dos princípios originais, pois um dos desafios mais complexos é preservar tais ideais, mesmo quando os empreendimentos crescem e se burocratizam. Segundo Luzio-dos-Santos (2014), novas prioridades surgem quando um sistema se expande, modificando sua estrutura e suas características, comprometendo sua identidade em face de resultados puramente econômicos.

2.3.2 Economia Solidária

A Economia Solidária se configura como uma retomada aos princípios cooperativistas perdidos pela burocratização de empreendimentos alternativos ao modo de produção capitalista. A história da Economia Solidária se confunde com o histórico do Cooperativismo, ligando estes movimentos às críticas operárias e socialistas ao capitalismo.

Assim como o Cooperativismo, a Economia Solidária passou a ter maior destaque a partir da década de 1970, quando uma transformação nas relações de trabalho, produção e reprodução de capital passou a ocorrer, alterando o modelo de organização das atividades produtivas. Nas indústrias, a substituição de trabalhadores por instrumentos com grande concentração de capital se intensificou, o que culminou no chamado “desemprego tecnológico” ao longo das décadas de 1980 e 1990, se exigindo cada vez maior qualificação profissional (FARIA, 2009).

A base da Economia Solidária parte do modelo de organizações cooperativas que se trata de um conjunto de empreendimentos formados pela associação voluntária de pessoas, que visam o apoio mútuo de suas atividades.

Este modelo foi criado e regulamentado a partir de 1844, baseado em normas que serviram para o funcionamento da primeira experiência cooperativa, ocorrida em Rochdale, Inglaterra. Estas normas (já informadas no Quadro 1) foram definidas como princípios do cooperativismo, e orientam as relações entre a cooperativa, os cooperados, a comunidade e o mercado (LUZIO-DOS-SANTOS, 2014).

Ainda para o autor, a Economia Solidária é um processo de criação contínua de trabalhadores em busca por alternativas econômicas ao capitalismo, sendo fundamentada da seguinte forma:

1 – Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os usam para produzir; 2 – Gestão democrática da empresa ou por participação direta ou representação, dependendo do número de cooperados; 3 – Repartição da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão acertada democraticamente em assembleia; 4 – Destinação do excedente anual (sobras) entre todos, segundo critérios estabelecidos democraticamente; 5 – A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada. Somas adicionais emprestadas à cooperativa são remuneradas com a menor taxa de juros do mercado (LUZIO-DOS-SANTOS, 2014, p. 69).

Apesar de multiformes, as experiências de Economia Solidária convergem para um ponto em comum: a prevalência da solidariedade sobre os interesses individuais e o ganho material, que se apresenta mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários, também se pautando em cooperação, autogestão, equidade e sustentabilidade (LAVILLE e GAIGER, 2009).

Diferentemente de organizações capitalistas, nos empreendimentos solidários, os sócios não recebem salário, e sim fazem retiradas, que variam de acordo com a receita, sendo que tais valores são definidos coletivamente, em assembleias, e se as retiradas serão iguais ou diferenciadas. A repartição do excedente anual obedece a critérios e mecanismos diferentes, dependendo do tipo de empreendimento. Singer (2002) destaca como exemplo as cooperativas, onde uma parte das sobras é colocada em um fundo de educação, outra parte é colocada em fundos de investimentos, e o restante é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria.

A autogestão se dá de diversas formas neste tipo de organização. Singer (2002) destaca que quando o empreendimento é pequeno, todas as decisões são tomadas por meio de assembleias, que podem ocorrer em curtos espaços de tempo. Quando são maiores, os sócios elegem delegados que se reúnem para deliberar em nome de todos. A autogestão pede maiores esforços dos trabalhadores, uma vez que além de cumprir suas tarefas habituais, ainda precisam

se preocupar com os problemas gerais da empresa. Uma vez que todos ficam cientes dos demais problemas, não há a necessidade de que os trabalhadores sejam incentivados pela competição. O principal mérito da autogestão não é a eficiência econômica (que é necessária por si mesma), e sim o desenvolvimento humano proporcionado a quem a pratica. A participação em discussões e decisões coletivas educa, conscientiza, e torna a pessoa mais autoconfiante, realizada e segura.

Faria (2009) considera a necessidade de redefinição do papel e poder dos trabalhadores no processo econômico, sendo condição para isso a supressão do *status* de proprietário privado, e a conquista igualitária do poder de gestão através do direito de usufruto dos meios de produção. Tal modelo coloca prioridade no desenvolvimento da criatividade dos trabalhadores; elimina estruturas piramidais de hierarquia, habilitando os trabalhadores a tomar as próprias decisões. As principais diferenças entre as organizações convencionais e autogeridas foram apontadas por Faria (2009, p. 327) e estão descritas no Quadro 2:

Quadro 2 – Organização convencional versus organização autogerida.

Organização Convencional	Organização Autogerida
Estrutura hierarquizada	Supressão da hierarquia
Competição entre setores	Colaboração/cooperação entre setores
Alienação, absenteísmo, <i>turnover</i>	Envolvimento, comprometimento, vínculo social comum
Decisões centralizadas pela gerência	Participação direta e efetiva; Democratização das decisões
Conflitos de interesse entre proprietários e trabalhadores	Interesses comuns e compartilhados entre os produtores
Controle pela gerência de todo o processo de trabalho	Autocontrole do processo de trabalho pelos produtores diretos
Heterogestão de toda a organização	Autogestão da organização coletivista de trabalho
Imposição pela gerência dos projetos a serem executados e apropriação privada dos resultados	Colaboração e solidariedade quanto aos projetos e resultados
Divisão de responsabilidade e autoridade; concepção funcional	Partilha das responsabilidades em todas as instâncias
Separação entre concepção e execução	O executor da atividade é o próprio planejador da mesma
Produção de excedentes econômicos crescentes	Preservação e valorização do trabalho coletivo; excedentes são trocados visando a manutenção do coletivo
Propriedade privada dos meios de produção	Propriedade coletiva dos meios de produção
Trabalho assalariado e subsumido ao capital	Trabalho coletivo e libertário; remuneração proporcional ao trabalho aplicado

Fonte: FARIA, 2009, p. 327.

Ainda para Faria (2009), o pressuposto da organização autogerida é a primazia do trabalho sobre os meios de produção. A contribuição deste tipo de organização não se trata apenas da criação de empregos, pois coloca ênfase no trabalho estável, as relações criativas, eficientes e eficazes, participativas, e também das estratégias de desenvolvimento.

As Organizações Solidárias de Produção surgem no interior do sistema de capital como contradições das relações de mercado e se confrontam com elas. As OSP são a síntese em pequena escala de uma luta de contrários e por isso se encontram imersas em um mercado dominado pelas relações sociais que elas rechaçam, ainda que em boa parte das vezes essa recusa resulte de práxis e não de escolhas políticas e ideológicas (FARIA, 2009, p. 331).

O que o autor afirma é que a disputa econômica entre este tipo de organização com as empresas tradicionais ainda é desfavorável, uma vez que se está enfrentando o modo dominante de produção. Isso pode explicar porque estas organizações ainda foram exploradas em grande escala, uma vez que as mesmas exigem pouca qualificação técnica e grande proporção de trabalho humano. A autogestão ultrapassa qualquer proposta democratizante no âmbito da gestão participativa, uma vez que não tem a pretensão de apenas criar grupos de trabalho ou abolir determinados graus de autoridade em estruturas piramidais nas organizações, mas sim abolir estruturas autoritárias da sociedade capitalista e de suas organizações.

A principal experiência, que mantém desde seu início seus princípios é o Complexo Cooperativo de Mondragón, na Espanha. Criado em 1956, possui atualmente cerca de 70 mil trabalhadores em mais de 200 cooperativas que atuam em rede. Sua trajetória demonstra que é possível sua manutenção em qualquer país que a Economia Solidária tenha se difundido, uma vez que este complexo se iniciou ainda no Pós-Guerra, período em que havia pleno emprego na Espanha (SINGER, 2002).

Dentre os principais desafios enfrentados pelos empreendimentos de Economia Solidária, Sousa-Santos e Rodríguez (2005) destacaram que para a ascensão deste modelo, alguns pontos de debate devem ser melhor discutidos, como:

- Deve haver maior integração entre processos de transformação social e cultural, além do econômico;

- Inserção de modelos alternativos em redes de colaboração e apoio mútuo;
- Lutas pela produção alternativa devem ser estimulados dentro e fora do Estado;
- Alternativas de produção devem se concentrar em diferentes escalas (do local ao global);
- A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda;
- Há uma conexão entre lutas pela produção alternativa e lutas contra a sociedade patriarcal;
- Formas alternativas de conhecimento são fontes de produção;
- A avaliação dos êxitos ou fracassos das alternativas econômicas devem possuir critérios de graduação e inclusão;
- As alternativas de produção devem se aproximar de outros modelos alternativos.

Singer (2003) ressalta que os desafios da Economia Solidária são diferentes do que eram no início do modelo cooperativista, pois o meio social em que está inserida difere do de quase dois séculos atrás. A observação, reflexão e análise deste modo de produção devem ser realizadas criticamente, pois as necessidades atuais configuram-se imediatistas, e a contribuição de Universidades e outros grupos de fomento a tal modelo são de suma importância para a criação de uma teoria consistente que possa delinear sua trajetória futura.

2.3.2.1 A economia solidária no contexto brasileiro

No início do século XX, o cooperativismo chegara ao Brasil através dos imigrantes europeus, tendo pouca expressão durante as décadas seguintes. Entre as décadas de 1980 e 1990, por conta das crises econômicas destes períodos, milhões de postos de trabalho foram perdidos, o que fez com que a Economia Solidária trouxesse esperança aos desempregados. Singer (2002) ressalta que nos anos 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passou a financiar diversos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que buscavam gerar trabalho e renda de maneira associada para a população das periferias e da zona rural das diferentes regiões do Brasil, sendo que boa parte destas PACs se tornaram unidades de Economia Solidária.

Ainda para Singer (2002), no início da década de 1990, o Movimento Sem Terra (MST) ao assentar milhares de famílias em terras desapropriadas, passou a promover a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, criando o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), sendo que uma década após a sua criação, contava com 86 cooperativas associadas, nos ramos agropecuário, serviços e crédito.

Outro tipo de organizações de Economia Solidária se destaca pelos grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que são conhecidas como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), que são multidisciplinares, geridas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários de diversas áreas. Seu trabalho consiste em atender grupos comunitários que buscam produzir em conjunto, lhes fornecendo formação em Economia Solidária e Cooperativismo, apoio logístico, técnico e jurídico, para viabilizar seus empreendimentos (SINGER, 2002).

Prefeituras de diversas cidades e alguns governos de estados têm contratado ITCPS [...] e outras entidades de fomento da economia solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas congêneres. O objetivo é usar a assistência social como via de acesso para combater efetivamente a pobreza mediante a organização dos que desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo (SINGER, 2002, p. 124).

A partir de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o intuito de implantar ações de fomento e participação popular nas iniciativas da Economia Solidária. Passaram a criar convênios com estados e municípios, e outras organizações da sociedade civil, culminando na criação de implantação de ações de formação, planos de qualificação, apoio a projetos de empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, apoio à Incubadoras Tecnológicas e implantação de centros públicos de economia solidária. Até o ano de 2010, a SENAES havia apoiado mais de 400 projetos em todo o Brasil, tendo investido mais de 200 milhões de reais (SENAES/MTE, 2012).

2.4 CONCEPÇÃO DE REDES E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir das alternativas ao modo de produção capitalista apresentadas, diversas organizações, entre elas os empreendimentos de economia solidária, passaram a implementar formatos de redes de negócios. Estas redes são compostas por arranjos de diferentes negócios que se relacionam entre si, como em uma cadeia produtiva (ZACARELLI *et al*, 2008). Para Balestrin e Verschoore (2016), as redes de cooperação empresariais são organizações compostas por um grupo de empresas relacionadas, que possuem objetivos comuns, prazo ilimitado de existência e múltiplo escopo de atuação.

Para Mance (2003a), a noção de rede remete à teoria da complexidade, trazendo noções de elaborações sistêmicas de outras áreas, como a cibernética e a ecologia. Considerando-se o aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos de produção, comercialização, financiamento e consumidores. As principais transformações organizacionais ocorridas principalmente a partir da década de 1970 buscavam lidar com as incertezas causadas pelo ritmo cada vez mais veloz das mudanças no ambiente econômico, institucional e tecnológico, aumentando a flexibilidade em diversos aspectos empresariais (CASTELLS, 2000).

Um dos principais pontos elencados por Castells (2006) para a compreensão das sociedades e organizações em rede é a noção de identidade, que consiste no processo de construção de significado baseado num atributo ou conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Esta identidade é construída socialmente, valendo-se de diversos aspectos coletivos e pessoais, que são processados e reorganizados por indivíduos, grupos sociais e sociedades, em função de tendências sociais e projetos enraizados em sua estrutura e espaço-tempo. Esta construção social da identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder, então o autor propôs uma distinção entre três formas de construção de identidades, conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Formas e origens de construção de identidades

Identidade Legitimadora	Introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.
Identidade de Resistência	Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes, ou mesmo opostos, dos que permeiam as instituições da sociedade.
Identidade de Projeto	Quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Fonte: Castells, 2006, p. 24.

Galvão (2017) buscou traçar um mapa conceitual das redes de cooperação, apresentando suas tipologias e características descritas por diversos autores, como as redes de fornecimento, consórcios e redes associativas (BALESTRIN e VERSCHOORE, 2016); as redes do tipo *topdown* e a rede flexível (CASAROTTO FILHO e PIRES, 1999); as redes interempresariais, sendo as redes sociais, redes burocráticas e redes proprietárias (GRANDORI e SODA, 1995); as redes de fornecedores, redes de produtores, redes de clientes, redes de coalizões-padrão e redes de cooperação tecnológica (ERNST, 1994); as redes verticais, redes de tecnologia, redes de desenvolvimento e redes de participação acionária (LEWIS, 1992); as redes prospectoras, redes defensoras e redes analisadoras (MILES e SNOW, 1992); e as redes formadas pelo modo competitivo e as redes formadas pelo modo cooperativo (LAUMANN, GALASKIEWICZ e MARSDEN, 1978).

Balestrin e Verschoore (2016) identificaram três tipos de redes, sendo as *redes de fornecimento*, que têm seu foco nas competências da organização principal da rede, mantendo as atividades paralelas na rede de fornecedores. Os *consórcios*, com foco na união da empresa visando a obtenção de ganhos de escala, manutenção da individualidade e autonomia. E as *redes associativas*, que surgem com o aumento das dificuldades estruturais das organizações, com a ideia de que tais dificuldades poderão ser superadas através de ações colaborativas.

Já Casarotto Filho e Pires (1999) apresentados por Galvão (2017), propõem dois tipos de redes para pequenas empresas, sendo a *rede topdown*, que consiste na união de pequenas empresas que atuam por traz de uma líder. E a *rede*

flexível, que se trata da união de pequenas empresas mediante consórcio, possuindo objetivos comuns e simulando uma grande empresa, porém mantendo suas características individuais.

Grandori e Soda (1995) trazem as redes interempresariais, considerando seu grau de centralização e formalização de redes (GALVÃO, 2017), sendo as *redes sociais*, onde predominam a informalidade, não havendo qualquer tipo de acordo ou contrato formal; as *redes burocráticas*, que ao contrário das redes sociais, existe um contrato formal que regula as especificações de fornecimento e organização da própria rede; e as *redes proprietárias*, que são caracterizadas pela formalização de acordos sobre o direito de propriedade entre acionistas de empresas.

Outro autor identificado por Galvão (2017) é Ernst (1994), que apresenta cinco tipos de redes: as *redes de fornecedores*, que envolvem acordos formais entre fornecedores de insumos intermediários; as *redes de produtores*, abrangendo acordos de coprodução, oferecendo a produtores concorrentes que juntem suas capacidades produtivas e recursos financeiros e/ou humanos; as *redes de clientes*, que são os encadeamentos à frente entre indústrias e distribuidores; as *redes de coalizões-padrão*, construídas por definidores potenciais de padrões globais; e *redes de cooperação tecnológica*, com o objetivo de facilitar a aquisição de tecnologia, projetos e produção.

Já Lewis (1992) identifica quatro tipos de redes, sendo: *redes verticais*, que tem objetivo de garantir maior poder às empresas por meio de parcerias comerciais; *redes de tecnologia*, que tem objetivo de obter maior força de mercado, onde empresas se alinham com forças externas de conhecimento técnico, como universidades e laboratórios do governo; *redes de desenvolvimento*, com fontes múltiplas de conhecimento, tem objetivo de criar novo valor; e *redes de participação acionária*, objetivando a participação em grupos, que deve ser maior que a soma de suas partes (GALVÃO, 2017).

Ainda para a autora, Miles e Snow (1992) propõem três tipos de redes onde as organizações mantêm relação de interdependência, possuindo uma empresa central como elemento conectivo, sendo as *redes prospectoras*, que desenvolvem atividades relacionadas à P&D; *redes defensoras*, que aplicam conceitos de economia de escala e possuem ênfase na produção; e as *redes*

analisadoras, que mesclam estratégias dos dois tipos de redes anteriores, com funções de fornecer matéria-prima e outros componentes de produção e distribuição.

Por fim, Galvão (2017) apresenta o modelo de Laumann, Galaskiewicz e Marsden (1978), onde as redes são relacionadas ao seu processo de formação, sendo dois tipos: as *redes formadas pelo modo competitivo*, onde as organizações são encaradas como entidades que buscam suas metas particulares, mesmo colocando em prática a cooperação e ajuda mútua; e as *redes formadas pelo modo cooperativo*, onde as organizações possuem suas metas particulares, mas percebem que o benefício será maior se buscarem o alcance de um objetivo maior e coletivo.

Nas últimas décadas, surgiram inúmeras redes na esfera da sociedade civil que lutam por liberdades públicas e privadas, individuais e coletivas. Tais redes podem ser construídas por pessoas e organizações de diversas localidades, que colaboram entre si ao propor transformações de mercado e de Estado e de relações sociais e culturais. Esta complexa e progressiva integração de organizações colaborando solidariamente entre si, tornou possível a realização de uma transformação nos meios de produção, capaz de subverter a lógica capitalista de concentração de riquezas. Iniciando-se primeiramente nos campos da cultura e da política, avançaram para o campo da economia, afirmando a necessidade de uma democracia total, que somente seria possível ao se introduzir mecanismos de autogestão em todas as esferas da sociedade (MANCE, 2003a).

Este conceito de Mance (2003a) pode estar relacionado com o segundo tipo de construção de identidade apresentado por Castells (2006), que é a identidade relacionada à resistência. Esta pode levar à formação de comunidades, dando origem a formas de resistência coletiva diante de uma “opressão” que não seria possível suportar tendo por base as identidades definidas por fatores históricos, biológicos etc. Trata-se da construção de uma identidade defensiva no que condiz a instituições/ideologias dominantes, com fins de reforçar os limites da resistência.

Esta tendência trata-se de uma resposta à impotência de inadequação pelas instituições em resolver questões complexas criadas e enfrentadas pela humanidade, por exemplo, questões éticas, sociais, políticas, econômicas, tecnológicas, econômicas etc., e também segue o desenvolvimento da

cooperação internacional, envolvendo organizações intergovernamentais, ONGs, redes de associações e grupos diversos da sociedade civil emergente (GÓMEZ, 2008). Não se trata apenas de ultrapassar limites nacionais para geração de economia, e sim de uma mudança do referencial de tempo e de espaço, abrindo espaços para a economia local e novas soluções em redes das organizações da sociedade civil (DOWBOR, 2013).

Para Balestrin e Verschoore (2016), as redes de cooperação apontam para uma alternativa às pressões competitivas, onde as conexões entre os agentes representam o reconhecimento de sua interdependência, em oposição à autonomia do agente proposta pela teoria econômica tradicional. A interação entre os envolvidos simboliza mais do que uma adaptação passiva, pois os envolvidos enfrentam dificuldades e buscam soluções conjuntas e comuns, por meio da reunião das capacidades individuais e daquelas geradas pela sinergia coletiva.

Dentre estes grupos, Mance (2003a) destaca o labor solidário, que preconiza que o excedente do processo produtivo seja reinvestido no financiamento de outros empreendimentos, visando a ampliação da oferta de bens e serviços e expansão das redes de produtores e consumidores, podendo ser criados novos empreendimentos, que geram oportunidades de trabalho, rendimento estável, e conseqüentemente, num aumento de consumo dos produtos da própria rede. Este consumo se trata do consumo solidário, que segundo Mance (2003b), está relacionado ao consumo para o bem-viver, e sua ideia é contribuir para o bem-viver de todas as pessoas, dando preferência aos produtos elaborados em redes de cooperação solidária, e

conforme as redes crescem, incorporam tecnologias mais sofisticadas, produzindo um excedente maior de riqueza, necessitando que as pessoas trabalhem menos. Entretanto, em vez de provocar desemprego, isso vai possibilitar a redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo livre das pessoas para o seu bem-viver. As pessoas trabalharão menos e poderão comprar mais e melhor, garantindo o seu bem-viver e o bem-viver de todos (MANCE, 2003b, p. 95).

As conexões formadas pela rede transformam empreendimentos isolados em células, permitindo ações coordenadas, que sem as quais as células não podem retroalimentar-se, nutrir-se e crescer. Por fim, os fluxos de matérias, informações e valores entre as células, através das conexões, garantem a autopoiese da rede (MANCE, 2002). Além da autopoiese, são necessários outros

princípios para que o arranjo seja chamado de rede. Estes princípios estão explanados no Quadro 4:

Quadro 4 – Propriedades básicas da rede de economia solidária

Autopoiese: qualidade que ela tem de reproduzir-se a si mesma na medida em que é capaz de gerar os bens, serviços e valores necessários para satisfazer suas próprias demandas e um excedente que lhe permite expandir-se.
Intensividade: qualidade de envolver o maior número possível de pessoas tanto no consumo quanto no labor solidários.
Extensividade: qualidade de gerar novas células laborais e de consumo em regiões cada vez mais longínquas, possibilitando a promoção do desenvolvimento local e autossustentável.
Diversidade: qualidade de atender às diversas necessidades dos consumidores e dos empreendimentos solidários, gerando a maior diversidade possível de bens e serviços utilizados na própria rede.
Integralidade: significa que cada célula está conectada a todas as demais, sendo afetada pelos seus crescimentos e dificuldades. Aponta a necessidade de um crescimento organicamente sustentável.
Realimentação: qualidade de cada célula demandar produtos e serviços de outras.
Fluxo de valor: o valor econômico produzido em cada etapa da cadeia circula pela rede.
Fluxo de informação: todo conhecimento gerado na rede está disponível a qualquer célula.
Fluxo de matérias: o que é produzido em uma célula pode ser objeto de consumo produtivo ou consumo final de outras células.
Agregação: qualidade de redes locais se integrarem em redes regionais, estas em redes internacionais, e estas a uma rede mundial de colaboração solidária.

Fonte: MANCE, 2002, p. 45-47.

Ao se utilizar uma rede de colaboração solidária, se garante o desenvolvimento sustentável, ecológica e socialmente, perpassando a dimensão econômica (MANCE, 2003b). Cultivar a solidariedade em todas as esferas da vida pode promover a diversidade cultural e a criatividade humana, zelando pelas liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

2.5 REFERENCIAL EMPÍRICO

Retomando os levantamentos realizados às bases de dados SPELL, IBICT, PERIÓDICOS CAPES e WEB OF SCIENCE, ampliou-se a pesquisa também à base de dados da ANPAD – Agência Nacional de Pesquisa em Administração, entre os anos de 2010 e 2016, foram identificados 24 artigos com o tema, apresentados nos Encontros Nacionais daquela Agência, nos Encontros de Estudos

Organizacionais e Encontros de Gestão de Pessoas, com temas de interesse diversos, desde políticas públicas à estudos críticos. A maioria dos estudos tratam-se de cases com enfoque mais regionalizado, que variam de acordo com a localidade do pesquisador (ANPAD, 2017).

Já em consulta à base de dados da Scielo – Scientific Electronic Library Online, que é a base utilizada pelas Capes no Brasil, na pesquisa surgiram 70 estudos com a temática de Economia Solidária, desde 2002 quando a base foi criada. Na área de Administração, desde 2010, foram identificados 9 publicações, onde seus assuntos variam de acordo com o escopo de pesquisas de seus autores. Destacam-se os temas: sustentabilidade, valores sociais, cooperativismo, aprendizagem e subjetividade. Já nestes estudos, apenas 3 utilizaram a metodologia de estudo de caso, o que pode demonstrar um aumento da importância da teorização sobre esta abordagem para com os pesquisadores da área (SCIELO, 2017).

Simon (2013) realizou um estudo bibliométrico sobre os estudos em Economia Solidária no Brasil, e constatou que todas as pesquisas apresentaram estes empreendimentos como alternativos ao capitalismo, tanto em seus referenciais teóricos, quanto nas pesquisas empíricas realizadas.

O próprio tema ES já se apresenta como uma outra forma de se pensar a sociedade e os espaços de produção, entretanto, nesses textos destacados percebe-se que os autores vão além do próprio tema e apresentam a ES realmente como uma forma de se superar o capitalismo e não apenas como uma maneira complementar, que poderia 'corrigir' suas discrepâncias (SIMON, 2013, p. 14).

Em outro levantamento bibliométrico realizado por Pinheiro (2016), buscou-se além de dados quantitativos, levantar os pressupostos epistemológicos e ontológicos da produção científica na área da Economia Solidária. Dentre os apontamentos realizados pelo autor, destaca-se a questão da reciprocidade nas relações interpessoais dos atores envolvidos em contraposição à racionalização e a formalidade dos processos gerenciais. Outro ponto de destaque, é que a produção científica no contexto brasileiro se concentra principalmente em dissertações e teses de programas *Stricto Sensu*, mas que em relação à artigos possui menor expressividade, não sabendo responder se isto é causado por poucas submissões de artigos ou se o tema ainda é pouco aceito pelos periódicos. Em âmbito

internacional, a produção é pouco expressiva, principalmente em países de origem/cultura anglo-saxã.

2.5.1 Os Mapeamentos dos Empreendimentos de Economia Solidária

Nos anos de 2007 e de 2014, a SENAES publicou os Mapeamentos Nacionais de Empreendimentos Econômicos Solidários do Brasil, para identificá-los e caracterizá-los. O primeiro mapeamento foi realizado entre os anos de 2005 e 2007. O segundo mapeamento teve como objetivo atualizar a base de dados do primeiro mapeamento, tendo sua pesquisa finalizada no ano de 2013 (PROJETO SIES, 2014). A seguir, serão apresentadas algumas características dos EES do Brasil, apresentando os principais avanços e contradições enfrentadas por tais empreendimentos.

No período compreendido entre os dois mapeamentos, o número de EES decresceu de 21.859 em 2007 para 19.708 em 2014. A região Nordeste é onde se encontra a maior quantidade de EES, contando em 2007 com 9.498 empreendimentos, e 8.040 em 2014. Uma vez que os EES se apresentam como alternativa ao desemprego e à exclusão social (ARCOVERDE, SOUZA e FRAGOSO, 2009), tal redução no período pode ser explicado pela acentuada diminuição da pobreza da população brasileira, que segundo a Unisol (2014), no período compreendido entre 2004 e 2012, caiu de 6,7% para 1,6%. Como possibilidade para tal redução, pode-se citar os programas de distribuição de renda do Governo Federal.

Dentre os motivos que levaram a criação dos EES, os números não acompanharam o decréscimo da quantidade de empreendimentos no Brasil. A Tabela 1 demonstra tais dados:

Tabela 1 – Motivos que levaram à criação dos EES no Brasil.

MOTIVOS	2007	2014
Alternativa ao desemprego	6.746	9.106
Obtenção de maiores ganhos	3.339	8.471
Fonte complementar de renda	3.060	9.624
Acesso à financiamentos	2.870	4.130
Recuperação de empresa	89	601

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (SENAES/MTE, 2007; PROJETO SIES, 2014)

O motivo “alternativa ao desemprego” ainda apresenta uma das principais causas para criação dos EES no Brasil. As origens históricas da Economia Solidária colocam esta causa como uma das principais. Porém, este dado aparenta ser contraditório, uma vez que os períodos em que tais mapeamentos foram realizados, os índices de desemprego sofreram pouca alteração.

Grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram, provocando a desindustrialização de países semidesenvolvidos, como o Brasil, eliminando milhões de postos de trabalho formal. Como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Com o crescimento dos índices de desemprego a partir do ano de 2013, podem justificar os motivos “fonte complementar de renda” e “obtenção de maiores ganhos”, que percentualmente foram os motivos que mais cresceram nos períodos compreendidos pelos mapeamentos.

Dentre os participantes dos EES, o número de homens e mulheres que também acompanhou a redução do número de empreendimentos no período em questão, com algumas particularidades, conforme aponta a Tabela 2:

Tabela 2 – Participantes dos EES por gênero.

PARTICIPANTES	2007	2014
Homens	1.057.114	803.373
Mulheres	630.382	620.258

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (SENAES/MTE, 2007; PROJETO SIES, 2014).

A quantidade de pessoas do sexo masculino nos EES sofreu considerável alteração no período compreendido pelos dois mapeamentos, com a diminuição de mais de 200.000 participantes. Porém, como é possível observar, a quantidade de participantes do sexo feminino praticamente se manteve. Muitas mulheres que atuam nos EES o fazem como complemento de renda, já os homens, com o crescimento dos índices de emprego formal no período compreendido entre os mapeamentos, podem ter preferido ganhos superiores em empresas capitalistas. Por outro lado, este dado pode corroborar os dados da Tabela 1 sobre a fonte complementar de renda nos motivos que levaram à criação dos empreendimentos, uma vez que os homens estando com um emprego formal, pode se utilizar dos ganhos extras com a Economia Solidária para complementar a renda familiar.

Sobre a participação das mulheres, Boaventura de Sousa Santos afirma que diversas iniciativas econômicas cabem na caracterização de desenvolvimento alternativo. Dentre elas, encontra-se o ativismo dos movimentos feministas.

[...] graças ao ativismo dos movimentos feministas, o problema da exclusão das mulheres dos programas de desenvolvimento convencionais passou a ser uma fonte de dinamismo nas propostas de desenvolvimento alternativo. Por intermédio de redes e encontros internacionais, tem sido consolidado, desde meados dos anos 1970, o movimento 'mulheres no desenvolvimento' (*women in development – WID*), cujo evento fundador foi a conferência das Nações Unidas sobre a mulher, na Cidade do México, em 1975 (SOUSA-SANTOS e RODRÍGUEZ, 2005, p. 49).

Os autores ainda ressaltam que tal movimento busca o reconhecimento da contribuição do trabalho das mulheres no desenvolvimento econômico, as incorporando nos processos de desenvolvimento, com políticas que aliviem a dupla carga de trabalho (doméstico e assalariado).

A seguir, serão apresentadas as formas de organização das EES, que também sofreram algumas alterações, conforme Tabela 3:

Tabela 3 – Formas de organização dos EES no Brasil.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	2007	2014
Associação	11.326	11.823
Cooperativa	2.115	1.740
Grupo informal	7.938	6.018
Outras formas de organização	302	127

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (SENAES/MTE, 2007; PROJETO SIES, 2014).

Chama a atenção na Tabela 3 que a quantidade de Associações sofreu um discreto aumento, mesmo a quantidade de EES no Brasil tendo diminuído neste período, e o número de grupos informais foi o que mais sofreu redução, acompanhando a diminuição dos empreendimentos solidários. Estas formas de organização são as mais simples de se realizar, uma vez que a Constituição de 1988, em seu Artigo 5º, item XVIII passou a permitir a criação de associações, cooperativas, independentes de autorização, sendo vedada a interferência estatal.

Dentre os números totais de EES, a quantidade de cooperativas é pouco expressiva e também acompanhou a diminuição dos empreendimentos no período em questão. A pouca quantidade pode ser explicada devido às dificuldades para a criação de uma, uma vez que a legislação exige a participação de um mínimo

de vinte indivíduos de para sua legalização, tornando-se um obstáculo para sua formalização. A tributação destas cooperativas ocorre de maneira igual à empresas limitadas, o que dificulta a operacionalização dos empreendimentos, devido à alta carga tributária do país.

Conforme a OCB (2016) consta no Senado o Projeto de Lei 519/2015 (identificação no Senado Federal: PLS 03/2007), que dispõe sobre o adequado tratamento ao ato cooperativo, solicita alteração da legislação para que as cooperativas possuam tributação diferenciada de organizações limitadas, e também solicita diminuição do quórum mínimo para abertura e legalização das mesmas. Em 2013, com voto favorável de 360 deputados, foi aprovado requerimento de urgência no projeto, podendo a proposição ser deliberada diretamente com a Câmara dos Deputados, o Sistema OCB, Poder Legislativo e Poder Executivo.

A participação destes empreendimentos em movimentos sociais e outros tipos de participações reforçam a necessidade de emancipação de seus associados, aumentando sua participação política. Nos mapeamentos, se destaca a participação social dos EES, conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Participação social dos EES no Brasil.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	2007	2014
Redes e Fóruns	9.992	7.804
Movimentos Sociais	12.613	11.357
Ação Comunitária	12.423	9.091

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (SENAES/MTE, 2007; SENAES /MTE, 2014).

Os dados apontam que a participação em movimentos sociais dos EES teve alteração inexpressiva no período compreendido entre os dois mapeamentos, tendo em vista também a diminuição da quantidade de empreendimentos. Conforme Santos e Carneiro (2008), a ação de comunidades, organizações e movimentos sociais presentes na esfera pública, pois os movimentos sociais mantêm certa desconfiança de ação conjunta com o Estado, o que se constitui o binário autonomia-institucionalização, e também veem a necessidade de se ter uma autonomia frente ao mercado, pois assim se evita que suas ações sejam identificadas como complementares a este.

Dando um enfoque às formas de comercialização, os mapeamentos de 2007 e 2014 apresentaram suas principais formas, conforme demonstra a Tabela 5:

Tabela 5 – Principais formas de comercialização dos empreendimentos solidários do Brasil.

PRINCIPAIS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO	2007	2014
Venda direta ao consumidor	12.533	11.014
Entrega a revendedores	4.974	5.133
Venda a órgão governamental	432	2.030
Troca com outros empreendimentos solidários	88	484
Venda a outros empreendimentos solidários	189	1.120
Venda para empresas privadas de produção	(*)	1.453
Outros	(*)	532

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (SENAES/MTE, 2007; PROJETO SIES, 2014).

(*) Informação não levantada no mapeamento de 2007.

A venda direta ao consumidor e a entrega aos revendedores ainda se destacam como principais formas de comercialização dos EES. É possível verificar como as economias regionais tem importância significativa para tais empreendimentos, a economia popular é de grande valia para o desenvolvimento dos mesmos. Sobre isto, Arroyo e Schuch (2006, p. 71) afirmam que:

A economia popular urbana e rural, desenvolvida e estimulada adequadamente em sinergia com outros segmentos, [...] combinada com o fortalecimento do mercado interno. [...] como o incremento da economia popular traz um sincronismo entre a geração de empregos e produtos/serviços, tende a estabelecer uma relação entre oferta e demanda que proporcione o equilíbrio de preços. [...] Portanto, a economia popular é uma das peças importantes para melhorar o perfil dos fundamentos macroeconômicos do país.

Porém, para os autores, é necessário destacar que a economia popular é diferente dos outros segmentos, pois estabelece a possibilidade de inverter a ordem entre o econômico e o social. A economia popular está diretamente ligada à segurança alimentar da população, dando à mesma a possibilidade de viver com dignidade e melhorar a qualidade de vida.

Entretanto, o que mais se destaca ao comparar os mapeamentos, foi o crescimento acentuado das formas “Venda a órgão governamental”, “Troca com outros empreendimentos solidários” e “Venda com outros empreendimentos solidários”. Isto demonstra a importância de criação de redes de empreendimentos solidários, que buscam romper com a marginalização e o isolamento em que tais organizações enfrentam em suas regionalidades, possibilitando ainda a

“intercooperação”, que é um dos sete princípios do cooperativismo e a produção de ganhos sistêmicos (IPEA, 2016). Agriculturas familiares se destacam pelo crescimento no período, principalmente com incentivos do governo federal na última década, sendo que alguns municípios adotam a produção familiar como parcela significativa na compra de alimentos utilizados como merenda em escolas e creches, o que pode corroborar tais dados.

Complementar às formas de comercialização, os mapeamentos apresentaram também as principais dificuldades dos EES em comercializar seus produtos, conforme Tabela 6:

Tabela 6 – Principais dificuldades na comercialização dos EES no Brasil.

DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO	2007	2014
Poucos clientes	2.270	354
Não sabe fazer vendas	320	68
Ação dos atravessadores	760	481
Falta de capital de giro	1882	711
Falta de registro legal/sanitário	805	441
Preço inadequado	1.357	370
Outras dificuldades	3.346	2.758

Fonte: Baseado nos Atlas da Economia Solidária (SENAES/MTE, 2007; PROJETO SIES, 2014).

Ao comparar os dados de ambos os mapeamentos, fica claro a acentuada redução das dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos de economia solidária no Brasil, se destacando o motivo “poucos clientes” que em 2014 decresceu para praticamente 15% da quantidade levantada de 2007; e a formação do preço percebido pelos produtos comercializados, que caiu para quase um quarto dos respondentes. A “falta de capital de giro” também sofreu grande redução, podendo ser explicada pelo fomento recebido por tais empreendimentos, institucionalizado por leis estaduais e municipais que preveem ações de apoio a novos EES e consolidação dos já existentes.

Estas quedas podem ser explicadas principalmente pelo apoio técnico que os EES tem recebido, tanto do Poder Público, quanto de Universidades e outras entidades especializadas. Singer (1998) destaca que a maior dificuldade enfrentada pelos empreendimentos não se vincula à uma fórmula organizacional ideal, e sim consiste em mobilizar a iniciativa dos empreendedores em gerar diversas fórmulas organizacionais a serem colocadas em prática.

O apoio técnico é de grande importância para os gestores destes empreendimentos, como ressalta Borinelli *et al* (2011), o processo educativo orientado no diálogo e na participação, oferecendo assessorias pontuais para qualificar os interessados técnica e administrativamente. Tal processo valoriza o saber acumulado das pessoas, incluindo social e economicamente, unindo o saber científico com o saber popular, com o objetivo de transformar a prática cotidiana, construindo e reconstruindo os conhecimentos, modificando as circunstâncias dos homens e mulheres na sua maneira de agir.

Dentre as respostas “outras dificuldades”, estão englobadas a quantidade baixa de associados dos EES, alta incidência de “calotes”, prazo de pagamento exigido pelos clientes, dificuldades em manter a regularidade do fornecimento, custo elevado de transporte e precariedade das entradas para escoamento da produção, estrutura inadequada para comercialização e pouco conhecimento dos produtos por parte dos consumidores.

Através da análise dos Atlas da Economia Solidária, realizados nos anos de 2007 e de 2014, foi possível verificar que apesar da diminuição destes empreendimentos no Brasil, algumas das mudanças no período são expressivas e auxiliam na compreensão do fenômeno ao longo do tempo. A principal forma de organização dos empreendimentos solidários ainda é a “Associação”, por se tratar da forma mais simples de se realizar, de acordo com a legislação brasileira. Dentre o total destes empreendimentos, a quantidade de cooperativas ainda é pouco expressiva, tendo em vista as dificuldades para a sua criação, pois a legislação exige um quórum mínimo de pessoas para sua formação, embora tramite no Senado projeto de lei para alteração desta exigência.

Destacam-se também as principais formas de comercialização dos empreendimentos solidários, estando ainda a economia popular regional como principal meio de geração de renda. As vendas a órgãos governamentais, e vendas/trocas com outros empreendimentos solidários, apesar de percentualmente menores em relação ao todo, destacam-se pelo aumento ao se comparar os dois mapeamentos. Pode-se afirmar que a criação e disseminação de redes para tais empreendimentos, é de fundamental importância para a consolidação e crescimento destas organizações, dadas as suas frequentes fragilidades individuais.

A acentuada diminuição das dificuldades para comercialização enfrentada pelos empreendimentos pode, no futuro, alavancar os mesmos, os colocando em possível concorrência com outras formas de economia. Para isto, o apoio técnico, tanto de organismos governamentais, quanto de universidades e demais entidades que se proponham a viabilizar a melhoria da Economia Solidária é de suma importância, uma vez que as pessoas que se utilizam da mesma, buscam aumentar suas rendas pessoais, para melhorar o bem estar de suas famílias.

Estas informações podem indicar a fragilidade dos ideais desejados pela Economia Solidária, considerando que os empreendimentos tendem a se expandir quando as alternativas se tornam mais escassas e a recuar quando a economia capitalista está mais forte. Essa realidade traz a suspeita de que os ideais solidários e de construção de um novo modelo econômico e social tem dificuldade em se consolidarem, independentemente da situação econômica do país. Parece que a Economia Solidária ainda não consegue trazer consistência suficiente para dar estabilidade aos seus membros e adesão incondicional a essa modalidade organizacional. A fragilidade dos EES parece ser o principal obstáculo à sua expansão e adesão de um maior número de participantes.

Aparentemente ocorre uma relação circular, onde os empreendimentos frágeis que não conseguem garantir renda suficiente para seus membros produzem evasão em busca de alternativas mais sólidas no mercado capitalista, por outro lado esse fato reduz a consolidação dos empreendimentos.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo busca evidenciar o caminho metodológico utilizado nesta pesquisa, traçando as especificações sobre os procedimentos empregados para elaboração do presente estudo, tais como: classificação geral da pesquisa, coleta de dados, que engloba a unidade de análise e os instrumentos utilizados, e como os dados foram analisados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

Quanto a abordagem do problema, a metodologia utilizada é classificada como qualitativa, a fim de se ter maior compreensão das peculiaridades do tema pesquisado, com o apoio de referenciais teóricos. O estudo qualitativo, segundo Minayo (2012), é uma atividade da ciência que visa a construção da realidade em um nível que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis, sendo estes fenômenos compreendidos como parte de uma realidade social. Neste caso, a realidade social estudada consiste na busca pela compreensão de como a Univens, empreendimento de confecção da rede Justa Trama se desenvolve. Richardson (2008) ratifica os estudos qualitativos, pois podem descrever a complexidade de determinado problema, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais em determinada realidade.

Quanto ao método de pesquisa utilizado, trata-se do estudo de caso, que para Godoy (2010), caracteriza-se como um método de olhar uma realidade social, preservando o caráter unitário do objeto em estudo, considerando qualquer unidade social como um todo, podendo ser uma pessoa, uma família, um grupo social, um conjunto de relações ou processos ou toda uma cultura. Os estudos de caso, para Yin (2010) são investigações empíricas em profundidade sobre um fenômeno contemporâneo, principalmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão evidentes. Godoy (2010) ainda destaca que o estudo de caso deve estar centrado em um evento cuja relevância vem do que ele revela sobre o objeto de estudo em análise. Tal especificidade faz do estudo de caso um tipo de

pesquisa adequado quando se quer focar em problemas práticos, decorrentes de situações individuais e sociais presentes nas atividades, procedimentos e interações cotidianas.

Já quanto ao caráter da pesquisa, trata-se de um estudo de caso de cunho descritivo, que ainda para Godoy (2010, p. 124),

apresenta relato detalhado de um fenômeno social que envolva, por exemplo, sua configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos. Procura ilustrar a complexidade da situação e os aspectos nela envolvidos. Normalmente os estudos de caso essencialmente descritivos são ateóricos, não se guiam por hipóteses previamente estabelecidas nem buscam a formulação de hipóteses genéricas.

Buscou-se compreender a realidade de um empreendimento integrante de uma rede de cooperativas com a prática sustentável, a fim de descrever em profundidade sua interação com o referencial teórico sobre a Economia Solidária, garantindo a riqueza de dados, a fim de facilitar a exploração de correlações e contradições.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados aconteceu por meio de análise documental, entrevistas com a utilização de roteiro semiestruturado e observação. A utilização de mais de uma fonte de dados sobre um mesmo objeto de estudo possibilita ao pesquisador uma maior compreensão do fenômeno pesquisado. A seguir serão expostos a unidade de análise e os instrumentos utilizados.

3.2.1 Unidade de Análise

O tema sustentabilidade passou a ter maior visibilidade principalmente a partir da década de 1970, com eventos voltados à esse assunto, como a Conferência da ONU sobre o Homem e o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo em 1972. Desde então, esta temática vem se desenvolvendo em ritmo cada vez mais acelerado. Em 1987, foi divulgado pela CMMAD, o relatório “*Our Common Future*” (no Brasil, *Nosso Futuro Comum*, 1988), onde se passa a problematizar a necessidade da sustentabilidade para proteger as gerações futuras

da escassez de recursos. Como resposta ao modelo hegemônico do capitalismo, passaram a emergir outros meios de produção, influenciados pelos fatores de ajuda mútua, como o Cooperativismo, Economia Solidária e outras formas de associação entre pessoas, principalmente como resposta ao desemprego e à exclusão social (SINGER, 2002; FARIA, 2009; LUZIO-DOS-SANTOS, 2014; YUNUS, 2008). Estes modelos começaram a ter maior destaque na década de 1990, onde algumas experiências no cenário brasileiro passaram a ter notoriedade.

A unidade de análise deste estudo é a Univens, que se trata do empreendimento que realiza a confecção dos produtos vendidos pela Rede Justa Trama – Fibra Ecológica. No ano de 2004, iniciou-se o trabalho da rede Justa Trama, que foi contratada para produzir sessenta mil bolsas para o Fórum Social Mundial, sediado no ano de 2005 na cidade de Porto Alegre. Após o evento, os envolvidos perceberam a viabilidade da rede, para que todo o processo produtivo fosse realizado por empreendimentos de economia solidária, desde o plantio do algodão orgânico até a comercialização ao consumidor final.

Atualmente, fazem parte da rede seis empreendimentos, com aproximadamente setecentos trabalhadores, divididos em cinco estados do Brasil. Os empreendimentos da Justa Trama trabalham com o plantio do algodão orgânico, fiação e tecelagem, confecção, ecojóias, brinquedos e jogos pedagógicos.

A presente pesquisa foi realizada no empreendimento de confecção da rede Justa Trama, que consiste no final desta cadeia produtiva. Durante as fases iniciais deste estudo, a Justa Trama sofreu modificações, ocorrendo o fechamento da Cooperativa Fionobre, uma das cooperativas localizada na cidade de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, que era uma das responsáveis pela confecção das peças de vestuário comercializadas pela rede, e também seria um dos objetos de estudo desta dissertação. Também houve mudanças no processo produtivo, com novos modelos de vestimentas que são vendidas pela organização.

A partir destas mudanças, definiu-se como unidade de análise desta pesquisa, a Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos – UNIVENS, sediada no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, atualmente a única cooperativa da Justa Trama responsável pela confecção dos produtos de tecido oferecidos. Esta cooperativa ainda atua como a organização central da Justa Trama, estando a atual presidente da rede atuando neste

empreendimento. Além da presidente da Justa Trama e gestora da Univens, foram selecionadas três associadas do empreendimento, para identificar quais foram os fatores que os levaram a trabalhar em um ambiente que promove a sustentabilidade. Durante a coleta de dados, se fez necessária a realização de entrevista de uma quarta associada, tendo em vista a forma como ocorre a divisão dos trabalhos no empreendimento.

3.2.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Para a realização da coleta de dados, foram utilizados três instrumentos: a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a observação direta. A pesquisa documental buscou identificar como foi o processo histórico da formação da rede, suas normas, regimentos e processos de mudança, que se deu através da análise de seu estatuto social e de demais materiais de informações internas. Gil (2008) ressalta que as fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade, que possam contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno.

A entrevista semiestruturada teve como objetivo descrever as características, processos, modelos de gestão, relações internas e com os demais empreendimentos e a visão de mundo que possui a rede. A entrevista classificada como semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2012, p. 64). Yin (2010) completa que este tipo de entrevista ocorre como uma conversa informal onde o entrevistador segue um roteiro de perguntas originadas através da pesquisa. A gestora do empreendimento e quatro associadas da organização foram submetidas a entrevista com roteiro semiestruturado (Apêndices A e B). Quando da realização das entrevistas, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), que as entrevistadas leram, ficando cientes da pesquisa e posteriormente assinaram e autorizaram a gravação e divulgação dos dados.

As entrevistas foram realizadas nos meses de Outubro de 2017, na sede da Univens. O Quadro 5 apresenta a estrutura das entrevistas:

Quadro 5 – Estrutura das entrevistas

Código	Função Desempenhada	Com quais produtos trabalha
E ₁	Costureira/Cortadeira	Univens e Justa Trama
E ₂	Costureira	Univens e Justa Trama
E ₃	Serigrafista	Predominantemente Univens
E ₄	Costureira	Predominantemente Justa Trama
E ₅	Presidente da Cooperativa	Univens e Justa Trama

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Durante as visitas e entrevistas ao grupo integrante da rede foram realizadas observações diretas. Para Yin (2010), as observações diretas são aquelas possibilitadas pelo estudo de caso, pois eles ocorrem no ambiente natural “do caso”, permitindo a verificação de comportamentos relevantes ou condições ambientais disponíveis. As observações diretas podem ser realizadas durante a visita de campo, mesmo em momentos que outros instrumentos estão sendo coletados, como durante as entrevistas. A evidência observacional mostra-se útil, pois proporciona ao pesquisador uma informação adicional sobre o objeto de estudo.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

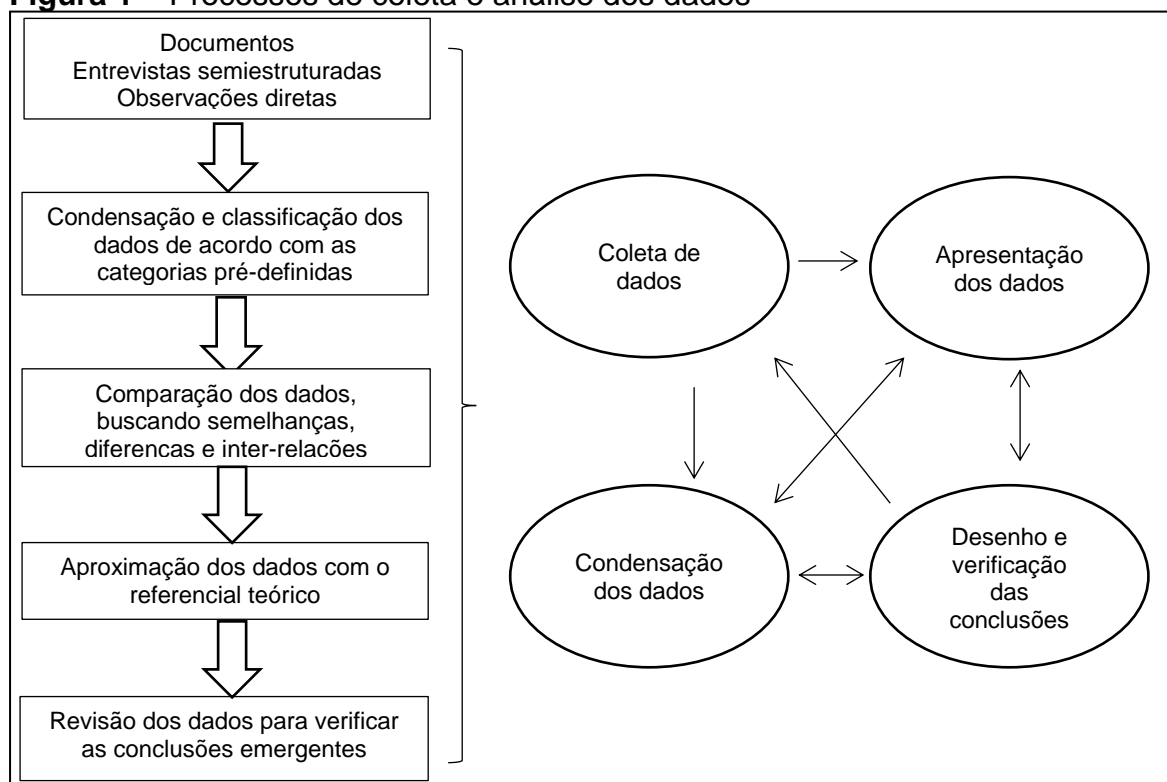
Para uma melhor compreensão, a análise dos dados foi realizada através da triangulação dos instrumentos de coleta de dados. Estes dados foram categorizados de acordo com os objetivos da pesquisa e foi estabelecida sua relação com o referencial teórico. Para Godoy (2010), tal categorização consiste na segmentação em unidades com sentido próprio, mantendo a conexão com o todo. Esta segmentação é categorizada em um sistema de organização que é derivado dos próprios dados. Para a formação das categorias, a autora afirma que a principal ferramenta trata-se da comparação, com o fim de se estabelecer as fronteiras das mesmas e encontrar suas evidências.

Para a análise, foi utilizado o método de Miles, Huberman e Saldaña (2014), onde são apresentadas três etapas: a primeira delas é a condensação dos dados, que é o processo de seleção e transformação dos dados que apareceram nos documentos, nas entrevistas e nas observações. Não se trata de redução dos dados, e sim de torna-los mais fortes. Para os autores, a condensação é uma forma de análise que afila, classifica, concentra, descarta e organiza os dados de tal forma que as considerações finais possam ser desenhadas e verificadas. A segunda etapa consiste na apresentação dos dados, que é um conjunto organizado e comprimido

das informações coletadas, que possibilitam sua análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento. A terceira etapa é o desenho e verificação das conclusões, tratando-se da revisão dos dados quantas vezes forem necessárias, a fim de ser possível verificar as conclusões que emergem das etapas anteriores. Sobre esta última etapa, Yin (2010) destaca que a análise deve se basear em todas as evidências, e não somente àquelas que corroboram os objetivos, a fim da pesquisa não se mostrar vulnerável à interpretações alternativas.

Em uma pesquisa qualitativa, comumente a forma como os dados são analisados (assim como os instrumentos de coleta) pode emergir da própria pesquisa de campo. Para Gil (2008), as categorias apresentadas são segmentadas e divididas em unidades relevantes e significativas, mas que mantêm conexão com o todo, de uma forma preliminar e não mecanicista, permanecendo flexíveis e provisórias até que possam ancorar os dados a serem obtidos posteriormente. No caso de novas categorias emergirem dos dados da pesquisa, pode ser necessária nova coleta de dados. Os processos de coleta e análise dos dados desta pesquisa está descrito na Figura 1:

Figura 1 – Processos de coleta e análise dos dados



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017; baseado em Godoy, 2010; Miles, Huberman e Saldaña, 2014; e Yin, 2010.

3.4 SÍNTESE DA ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A seguir, o Quadro 6 apresenta uma síntese com os principais pontos da fundamentação teórica que se tornaram as categorias de análise dos dados, alinhadas aos objetivos da pesquisa e, a partir disto, o roteiro semiestruturado da pesquisa pôde ser delineado.

Quadro 6 – Estratégia de pesquisa

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Categorias de Análise	Instrumentos
Compreender o processo de organização e desenvolvimento da Univens, integrante da rede de economia solidária Justa Trama diante da complexidade de relações internas e externas permeadas por um sistema socioeconômico adverso.	Levantar as características gerais da Univens, empreendimento de confecção que compõe a rede Justa Trama;	Contexto socioeconômico Criação do empreendimento	Observação direta
	Entender o processo de gestão do empreendimento, considerando os atores internos envolvidos	Modelo de Gestão e Processo produtivo Dificuldades enfrentadas e Relações internas	Entrevista Semiestruturada Pesquisa documental
	Verificar como ocorrem as relações com os diferentes atores da rede	Redes de Economia Solidária	Entrevista Semiestruturada Pesquisa documental
	Identificar a visão de mundo deste empreendimento	Construtos sobre a realidade vivenciada pelos atores	Entrevista Semiestruturada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentados e discutidos os dados coletados com a utilização dos instrumentos de pesquisa, apoiando-se nas categorias de análise pré-estabelecidas que visam responder os objetivos específicos do presente estudo, através de suas conexões com a fundamentação teórica. A análise abrange primeiramente o contexto socioeconômico que levou à criação do empreendimento, em um segundo momento busca entender o modelo de gestão, o processo produtivo, as dificuldades enfrentadas e as relações internas. A seguir, analisa-se o empreendimento como participante de uma rede de economia solidária e, por fim, procura-se identificar a visão de mundo dominante a partir dos atores envolvidos.

4.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

A cidade de Porto Alegre foi fundada em 1772 com a chegada de imigrantes portugueses. De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010 e análises da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCEMPA, a cidade contava com 1.409.351 habitantes, representando 13,2% da população do estado do Rio Grande do Sul. Do total de habitantes, 46,39% corresponde à população de homens, e 53,61% à população de mulheres. Dentre a gama de dados levantados pelo Censo Demográfico, destaca-se que em média a remuneração dos homens é 20% superior em relação a remuneração das mulheres, porém este dado apresentou diminuição entre esta disparidade em relação ao Censo Demográfico de 2000, onde a diferença de remunerações chegava na média de 34%. O Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2014 era de R\$ 63.990.644,00, valor que melhorou 49,77% em relação ao PIB de 2010.

Em relação aos Empreendimentos de Economia Solidária, dados oficiais de 2015 demonstravam que a capital gaúcha contava com 124 organizações (SMTE, 2015). Segundo o órgão, confirmam-se os aspectos de que tais empreendimentos são reconhecidos principalmente como alternativa ao desemprego, fonte complementar de renda e possibilidades de ganhos maiores, assim como informações dos mapeamentos realizados pela SENAES nos anos de

2007 e 2014. Na cidade de Porto Alegre, apenas duas regiões integrantes do Orçamento Participativo não possuem empreendimentos de economia solidária. Em relação ao Rio Grande do Sul, o estado conta com 1696 empreendimentos solidários (PROJETO SIES, 2014), ou seja, cerca de 7% de todos os empreendimentos solidários do estado encontram-se instalados na capital gaúcha. Já em comparação aos demais estados brasileiros, o Rio Grande do Sul detém a maior quantidade de empreendimentos solidários em seu território, seguido por Pernambuco com 1503 empreendimentos, Bahia com 1452 empreendimentos e Pará, com 1358 empreendimentos. Nota-se que os estados que seguem em maior quantidade de empreendimentos solidários encontram-se nas regiões Norte e Nordeste.

A Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos, sob a sigla UNIVENS, objeto deste estudo, trabalha com a confecção de uniformes em geral, para empresas privadas, públicas, instituições de ensino etc., utilizando material sintético (poliviscose) e possui atualmente vinte e duas cooperadas. Está situada no bairro Sarandi, região Norte da cidade de Porto Alegre, tendo iniciado suas atividades no ano de 1996. Este bairro primeiramente se tratava de uma plantação de arroz, sendo ocupado no ano de 1977. Por muitos anos, as ruas permaneceram sem pavimentação e os esgotos correndo a céu aberto.

Um lugar calmo e bom, porém uma vila com uma história de dominação e clientelismo de recursos, que até então o poder público repassava diretamente à associação de moradores. Havia, também, programas do governo federal, como os ticket de leite. Tudo isso começou a mudar com o orçamento participativo (NESPOLO, 2014).

No ano de 1989, o então prefeito Olívio Dutra (gestão 1989-1992), membro do Partido dos Trabalhadores, realizou um movimento político que culminou com a implantação do Orçamento Participativo. Uma das idealizadoras da UNIVENS atuou primeiramente como representante do bairro, eleita em assembleia realizada pelos moradores no ano de 1993, tendo entre os anos de 1995 e 1996 atuado como conselheira da região Norte de Porto Alegre, também eleita em assembleia. Neste período, diversas obras de urbanização da região foram realizadas, todas aprovadas diretamente pelos moradores nas assembleias dos bairros, e fiscalizadas pelos mesmos (NESPOLO, 2014).

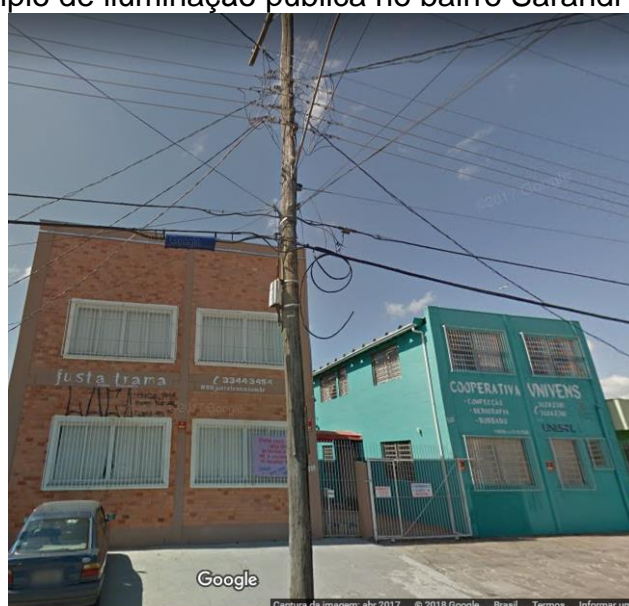
Sobre o bairro Sarandi, as informações estatísticas disponíveis não são tão detalhadas. Segundo o IBGE (2010), a população do bairro era de 59.707

habitantes, onde sua densidade populacional encontra-se acima de 500 hab/km². De acordo com os dados da Procempa (2018), no ano de 2010 se tratava do terceiro bairro com maior número de empregos formais, com quase 30 mil postos de trabalho. Durante as observações diretas realizadas no período de coleta de dados, foi possível perceber que se trata de uma região com presença de indústrias de grande porte, como por exemplo a fábrica da Coca-Cola, sendo que a área residencial se desenvolveu no entorno. Os índices de violência estavam acima da média para toda a cidade. No bairro Sarandi em 2010 ocorreram 44,9 mortes por homicídio a cada 100 mil habitantes, enquanto que o valor para a cidade de Porto Alegre ficou 32,4 mortes por homicídio a cada 100 mil habitantes. Sobre a questão da violência, a entrevistada E₅ corrobora tal informação, principalmente por conta da forte presença do tráfico de drogas na região:

[...] nos últimos dois ou três anos, o crack tomou conta aqui da nossa comunidade, de uma forma muito forte e de muito medo, a nós todos. Então a gente viu nossos amigos, de nossos filhos sendo assassinados, por nada... (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:39M:42S).

Mesmo com todo o avanço proporcionado por meio de políticas públicas nas últimas décadas, o bairro ainda possui algumas deficiências. Por exemplo, segundo a Procempa (2018) quase 10% não possui iluminação pública. Parte da iluminação pública que existe foi improvisada, os postes ainda são de troncos de madeira, conforme demonstra a Figura 2:

Figura 2 – Exemplo de iluminação pública no bairro Sarandi (Porto Alegre-RS)



Fonte: Google Maps, 2017.

Outro dado que chama a atenção, ainda segundo a Procempa (2018), é que o bairro possui 5,41% de esgoto a céu aberto, e que 18,07% do local não possui pavimentação, fatos estes também constatados durante o período de coleta de dados. Com as figuras 3 e 4, é possível confirmar tais informações:

Figura 3 – Esgoto a céu aberto no bairro Sarandi (Porto Alegre – RS)



Fonte: Autor, 2017.

Figura 4 – Área sem pavimentação no bairro Sarandi (Porto Alegre – RS)



Fonte: Google Maps, 2017.

De acordo com Nespolo (2014), com o advento e desenvolvimento do Orçamento Participativo, o bairro Sarandi passou a receber de maneira mais efetiva recursos do poder público, sendo que tais recursos foram e ainda são alocados conforme decisão da própria população através das assembleias ocorridas pela associação de moradores, tornando a organização popular um dos principais marcos para o desenvolvimento.

4.2 CRIAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos, mais tarde denominada UNIVENS, iniciou suas atividades no ano de 1996. A principal motivação para a criação do empreendimento foi o desemprego das mulheres da comunidade, sendo muitas delas da área de confecção, uma vez que as fábricas de confecção em que trabalhavam haviam falido e, por conta da idade, o mercado de trabalho tornava-se escasso. A oportunidade surgiu quando representantes do Hospital Conceição (grupo hospitalar de Porto Alegre) visitavam o posto de saúde local, onde três mulheres propuseram que as mesmas costurassem para o hospital, quando foram informadas que para isso, era necessário a formalização da atividade sob a forma de cooperativa ou associação (NESPOLO, 2014).

Foi nesse momento que descobriram que, para formar uma cooperativa, eram necessárias pelo menos vinte pessoas. Buscaram mulheres conhecidas e lhes apresentaram o cooperativismo e algumas experiências positivas. Utilizaram como modelo um estatuto de uma cooperativa habitacional e o adaptaram à sua realidade e assim se originou a UNIVENS. Quando o estatuto foi enviado à Junta Comercial para registro, acabou por ser devolvido diversas vezes para reformulação. Tal situação é confirmada pela Entrevistada E₅ (2017, Trecho 0:03M:21S): “Olha, a Univens, a gente começou sem nada, nada, nada. Absolutamente sem nada...”. Tal situação fez com que o início da produção ocorresse com atraso, o que resultou na desistência de algumas mulheres.

Ainda segundo Nespolo (2014), a produção iniciou-se como uma facção, que se trata de uma subcontratação da produção muito comum da indústria têxtil, onde as organizações realizam parte da produção para outras. Por conta disso, o valor que pagavam por peça produzida era baixo, o que fez com que as costureiras reavaliassem a situação e decidissem por realizar a produção de

maneira completa: desde a compra do tecido, corte, confecção e serigrafia (quando necessária). O primeiro grande trabalho foi realizado quando apresentaram o menor preço em uma tomada de preços para o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre: 500 camisetas. As máquinas de costura foram sendo adquiridas através de parcerias e trocas com ONGs da região e com a Cáritas, que ainda forneceu ajuda na formação de um capital de giro para compra de matéria-prima. A formação profissional também passou a ser um diferencial competitivo, quando realizaram parceria junto à Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC), realizando curso de tear e serigrafia.

Em 1998, com o orçamento participativo e junto à SMIC, conseguimos também o empréstimo de algumas máquinas, o que foi nos dando possibilidades e importância para um engajamento cada vez maior de mulheres no projeto (NESPOLO, 2014).

Ainda sobre o orçamento participativo, segundo a autora, a Cooperativa sempre esteve atuante nas discussões e assembleias de bairro sobre o mesmo, o que trouxe dois avanços para a região onde o empreendimento está instalado no ano de 1997: o oferecimento de cursos de capacitação e empréstimo de equipamentos de trabalho, para contribuir na diminuição das taxas de desemprego e quantidade de postos de trabalho; e a criação da primeira Incubadora Popular para abrigar empreendimentos de Economia Solidária. “A incubadora é um prédio que abriga grupos de produção, formais ou não, que ficarão neste lugar por um tempo e depois deixarão o lugar para outros” (NESPOLO, 2014). A Univens permaneceu utilizando as instalações da Incubadora Popular pelo período de quatro anos, de 1999 a 2002, ocupando três módulos do local, dividindo o espaço com outras cooperativas

Vale ressaltar que o espaço onde funcionava a Incubadora Popular é um prédio público, no bairro de Sarandi, que após mudanças no governo municipal, acabou sendo fechado, informação confirmada no fragmento discursivo abaixo:

[...] eu trabalhava na incubadora, aonde era a Univens antes né. Aí trabalhando com isso, aí depois dependendo da política, mudou o prefeito, mudou tudo, eles tiraram nosso espaço, e não teve como alugar o espaço pra fazer justamente só isso, porque a gente não tinha grande renda [...] (ENTREVISTADA E₂, 2017, TRECHO 0:00M:50S).

Não foram encontradas informações sobre o ano do fechamento da Incubadora Popular do bairro Sarandi, porém segundo dados do site da Prefeitura

Municipal de Porto Alegre (2018), existe outra incubadora popular na Região Norte da cidade, a cerca de 14 quilômetros do antigo local, porém recebe apoio de instituições privadas. Na Figura 5 é possível visualizar o local onde funcionava a Incubadora Popular do bairro Sarandi:

Figura 5 – Prédio onde funcionava a Incubadora Popular do bairro Sarandi (Porto Alegre-RS)



Fonte: Autor, 2017.

Para Nespolo (2014), durante os anos em que a Univens utilizou o espaço da Incubadora Popular, muitos avanços foram alcançados através dos diversos tipos de parcerias que foram realizadas. Uma delas, no ano 2000, onde a cooperativa lançou uma coleção de camisetas de Porto Alegre, utilizando imagens de uma artista plástica local e recebendo apoio financeiro de instituições privadas. Ocorreram dois desfiles públicos e o lançamento de um catálogo de divulgação das camisetas. Com as vendas, foi criado um fundo, que possibilitou que o empreendimento pudesse contar com maior capital de giro. Os anos de 2001 a 2003 foram marcados pela relação da cooperativa com pessoas de outros países em decorrência da participação no Fórum Social Mundial e no Fórum Mundial da Educação, realizados na época em Porto Alegre. Além do retorno financeiro

proporcionado e a possibilidade de suas camisetas serem espalhadas pelo mundo, a autora relata que houve uma sensação de bem-estar causado por tais experiências, pois pessoas de diversas nacionalidades que visitavam o local, afirmavam que este tipo de projeto faz bem a todos e, principalmente, às pessoas que o executavam. No ano de 2002, a Univens ficou em terceiro lugar em um concurso latino-americano de empreendimentos exitosos liderados por mulheres.

Com o período em que poderiam ocupar o espaço da Incubadora Popular chegando ao fim, o novo desafio era encontrar um local onde a cooperativa pudesse se instalar definitivamente. Segundo Nespolo (2014), por terem ficado na incubadora por um bom período, foi possível realizar certa economia e efetuarem investimentos. A cooperativa também recebeu uma complementação da Fundo de Miniprojetos do CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional) que viabiliza projetos de economia solidária na região sul do Brasil; e também da Avesol (Associação do Voluntariado e da Solidariedade). O montante recebido foi de R\$ 38.500,00, que viabilizou a compra do terreno onde a cooperativa passou a se instalar. A próxima etapa foi a construção do galpão, fase também marcada por diversas parcerias: o projeto arquitetônico, hidráulico, elétrico e sanitário foi doado por um engenheiro. O financiamento para a construção foi realizado por uma instituição espanhola. A sede atual da Univens foi inaugurada no ano de 2005, durante o Fórum Social Mundial, oferecendo uma grande festa com a comunidade, representantes da Economia Solidária de várias localidades e com apoiadores internacionais.

4.3 MODELO DE GESTÃO E PROCESSO PRODUTIVO

A Univens tem como base o modelo de autogestão, onde cada cooperada possui a sua parcela de responsabilidade sobre seus atos, e as decisões que envolvem o desenvolvimentos das atividades são decididas coletivamente, em assembleias mensais. As assembleias ocorrem normalmente todo o dia 23 de cada mês, que se trata de uma data simbólica: o dia da inauguração da cooperativa, que conforme consta no Artigo 1º de seu Estatuto Social (2012), a mesma foi fundada no dia 23 de maio de 1996. Nestas assembleias são discutidos os problemas do dia-a-dia da cooperativa, desde ordem dos pedidos, programação de trabalho mensal da

cooperativa e de outras entidades parceiras, como locais de venda, feiras etc., além da entrada e saída de cooperadas.

No caso de sócias entrantes, convencionou-se que a decisão deve ser unânime, para que sejam evitados problemas futuros, porém cada caso é analisado individualmente, conforme fragmento discursivo a seguir:

[...] quando é pra entrada de sócio, se alguém não concorda com aquela pessoa entrar, aí essa pessoa não entra, é decisão unânime, ou a maioria dependendo do caso. Só em algum caso específico, no caso de sócio, também uma só pode mudar a situação (ENTREVISTADA E₄, 2017, TRECHO 0:01M:50S).

Quando ocorre alguma situação em que a decisão precisa ser tomada de maneira mais rápida, existe o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, que discutem e decidem sobre as necessidades pontuais, conforme Entrevistada E₃ (2017). O Conselho de Administração é formado por seis membros, sendo um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois tesoureiros, que possuem mandato de três anos, podendo ser reeleitos por mais de um período e destituídos a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral. Conforme Artigo 19 do Estatuto Social da Univens (2012), tal Conselho tem a incumbência de “planejar e traçar normas para as operações da Cooperativa e controlar os resultados”. Já ao Conselho Fiscal compete, de acordo com o Artigo 27 do Estatuto Social da Univens (2012), a fiscalização minuciosa e assídua sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, principalmente no que diz respeito às obrigações financeiras, bancárias, junto à órgãos públicos, estoques, e outras atividades definidas em assembleias. Este Conselho possui três membros efetivos e três suplentes, também eleitos em assembleia, sendo que o associado não pode exercer cumulativamente cargos em ambos os Conselhos. Vale ressaltar que a atuação dos associados nestes Conselhos não lhes oferece nenhuma vantagem financeira diferenciada, devendo os mesmos desenvolver suas atividades produtivas normalmente como qualquer outro associado. A existência destes Conselhos é obrigatória para todas as Cooperativas no âmbito nacional, conforme a Lei n.º 5.764/1971.

A gestão da Univens utiliza conceitos do que Faria (2009) chama de “Autogestão”, pois a mesma é realizada pelos próprios associados, tanto em relação ao processo decisório quanto à fiscalização das atividades desenvolvidas. A atividade de gestão não é separada da função de produção, cabendo a cada

associado realizar a gestão através da participação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, além da eleição de seus representantes administrativos e fiscais. Singer (2002) ainda ressalta que uma vez que todos os associados/cooperados estão a par das atividades, não se faz a necessidade do incentivo através de competições, como é na organização capitalista/heterogerida. Para o autor, o desinteresse dos sócios é um fator desfavorável para a autogestão, pois se a desatenção/desinteresse com as informações se tornam um hábito por parte dos cooperados, as decisões passam a ser aprovadas pela simples inércia, porém, através das observações realizadas durante a fase de coleta de dados, esta situação aparentemente ocorre em pequena escala na Univens.

O ponto de início da produção é o atendimento aos clientes, onde os mesmos indicam quais produtos necessitam, desde camisetas, calças, bermudas, jalecos etc., qual a quantidade, quais tamanhos e estampas. Após são acertadas as questões financeiras onde, dependendo do pedido realizado, pode ser solicitada uma entrada de até 40% (quarenta por cento) do valor do pedido, e o restante do valor é combinado de uma forma que atenda a necessidade do cliente e que não venha a atrapalhar as obrigações financeiras da cooperativa e dos cooperados.

Tem vários clientes já antigos, que eles mesmos... Tem muitos por telefone mesmo faz o pedido, só ligam e "ah eu preciso de tantas e na hora de retirar eu acerto". Quando é um cliente novo, tem quarenta por cento de entrada, tem que dar entrada, pra dar início ao pedido dele. Um cliente já mais antigo não, aí já liga e, por último tem uns clientes, mesmo antigos, que tem que dar os quarenta por cento, pois é meio difícil (ENTREVISTADA E₃, 2017, TRECHO 0:04M:54S).

Esta realidade não é diferente de outros empreendimentos de economia solidária, conforme demonstra os Mapeamentos Nacionais de Empreendimentos Econômicos Solidários, publicados pela SENAES nos anos de 2007 e 2014 (SENAES/MTE, 2007; PROJETO SIES, 2014), onde uma pequena parcela ainda sofre com problemas de fluxo de caixa e inadimplência e não sabe como evitar. Porém, a fala da entrevistada leva a crer que esta dificuldade foi praticamente superada ao realizar os acordos financeiros com a adoção de pagamento inicial de uma porcentagem antes da produção ser iniciada.

Após a realização do pedido e acertos financeiros, a solicitação é encaminhada para produção. A produção da Univens é dividida em três etapas: corte, costura e serigrafia. O primeiro trabalho realizado é o corte, onde a matéria-

prima é esticada em mesas de grandes dimensões e onde os moldes são medidos de acordo com tecido disponível para aquele produto, visando o maior aproveitamento possível e gerando poucas sobras, sendo quatro cooperadas que atuam nesta etapa do processo produtivo. A Figura 6 demonstra como é realizado o corte da matéria-prima:

Figura 6 – Corte da matéria-prima



Fonte: Autor, 2017.

Finalizada a etapa do corte, o produto pode ser enviado à costura ou à serigrafia. A ordem como ocorre a produção depende das especificações técnicas do produto, pois em algumas peças a serigrafia pode ser realizada antes da costura fechada e outras necessitam da costura previamente. O setor de costura recebe as peças cortadas, com serigrafia ou não, e cada costureira realiza o fechamento daquelas peças e seu acabamento. Cada costureira possui duas máquinas de costura: uma máquina reta e a máquina overloque, sendo que uma das máquinas é fornecida pela cooperativa e outra é de propriedade da costureira. A costureira que inicia como cooperada e não possui condições financeiras de adquirir uma máquina de costura, utiliza uma máquina emprestada da própria cooperativa até que possa realizar tal compra. A qualidade das máquinas de uma costureira define que tipo de

produto a mesma será designada a trabalhar, dependendo dos pedidos recebidos. Os pedidos são distribuídos às costureiras pela gestora da cooperativa, que tenta realizar a divisão dos trabalhos da maneira mais uniforme possível. Atualmente, treze cooperadas atuam como costureiras da Univens. Na Figura 7 é possível verificar parte do setor de costura em atividade.

Figura 7 – Etapa de costura da produção da Univens



Fonte: Autor, 2017.

A outra etapa da produção consiste na aplicação da serigrafia. Este processo pode ocorrer antes ou depois do corte, dependendo do tipo de produto que o cliente solicita. Nesta etapa do processo, cinco cooperadas realizam tal atividade. A quantidade de serigrafias e de cores nos produtos influi diretamente no preço dos mesmos, pois para esta etapa se faz necessário a compra de telas apropriadas com as palavras/imagens/logotipos customizados para os clientes. Estas telas são produzidas por uma empresa terceirizada. No fragmento discursivo a seguir, é relatado o processo da serigrafia.

A gente manda, responde o valor da camiseta, o valor da serigrafia, que tem o fotolito, que não é feito aqui, é terceirizado, que tem um rapaz que faz pra nós. O fotolito é um papel, tipo uma folha de ofício, que tem um desenho

feito no computador, que daquela folha passa para a tela. É todo um processo, tem que gravar, vai pra luz, fica umas horas na luz, pra poder passar pra tela. E aí o cliente faz o pedido e, as vezes, quando não tem manga, não é babylook, pode ir direto lá pra serigrafia, que daí a gente faz a roupa, ela toda aberta. Agora, se tem manga no caso, aí tem que ser toda aberta, porque não tem como a gente serigrafar uma manga fechada né, ela tem que ficar abertinha no berço. E se não tem nada disso, elas podem fechar. Se tem só peito e costa, elas fecham a camiseta e a gente serigrafava ela mesmo assim (ENTREVISTADA E₃, 2017, TRECHO 0:03M:25S).

Após a aplicação da serigrafia, os uniformes necessitam secar em um suporte (secador serigráfico) que evita que os uniformes encostem um no outro e se manchem. As Figuras 8 e 9 evidenciam esta etapa.

Figura 8 – Realização da serigrafia



Fonte: Autor, 2017.

Figura 9 – Secador serigráfico.



Fonte: Autor, 2017.

É possível constatar que há uma clara divisão do trabalho no processo produtivo da Univens. Vale ressaltar que esta divisão não é imposta, uma vez que as cooperadas podem alterar seu posto de trabalho se for de seu interesse e da necessidade da Cooperativa, conforme fala da Entrevistada E₄, (2017, Trecho 0:11M:00S), “é opcional, não precisa ficar naquele setor se tu não quer”. Porém, tal divisão pode demonstrar que, apesar de os empreendimentos cooperativistas e/ou de economia solidária terem surgido com o intuito de superar a lógica capitalista tradicional, muitas das suas práticas são incorporadas no processo de produção, uma vez que a divisão do trabalho e a especialização são percebidas como forma de otimizar a produção.

Através das observações diretas, foi possível constatar certo grau de alienação por parte das cooperadas, principalmente do setor de serigrafia que, apesar de conhecerem todas as etapas do processo produtivo, não há um processo

formal de rodízio de atividades, não realizando atividades adjacentes das quais estão habituadas, mesmo que a mudança de função possa ocorrer dentro das necessidades da cooperativa e do interesse da cooperada. Sobre isto, Gaiger (2003, p. 201) diz que os empreendimentos cooperativos,

como forma de responder à premissa de produtividade competitiva, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, configurando-se com isso uma subsunção formal inversa, de uma base sobre uma forma, similarmente ao caso da economia camponesa.

Ou seja, há a presença de alguns conceitos relacionados aos tipos ideais de organizações preconizadas por Max Weber (1973), que encontram-se enraizados no processo produtivo da Univens, uma vez que com a aplicação racional de um efeito praticamente normativo, com a forma que o trabalho é dividido, se torna imprescindível a especialização.

Finalizada a produção, os valores faturados resultantes da produção, após quitação dos custos e despesas para o funcionamento da cooperativa, a distribuição para os fundos criados para manutenção dos trabalhos e aqueles previstos na legislação, são divididos entre as cooperadas. Em assembleias, são definidos os valores que cada etapa de cada peça produzida corresponde ao repasse às cooperadas. No caso das etapas do corte e da serigrafia, os valores são somados e divididos entre cada grupo, sendo quatro mulheres no corte, e cinco mulheres na serigrafia. No caso das costureiras, como cada costureira realiza toda a etapa, desde o fechamento da peça ao seu acabamento, cada uma recebe pela quantidade de peças que foi produzida naquele período.

Nós decidimos juntas o valor de cada peça, e aí vai anotando... 'Ah, essa camiseta, é uma camisa polo, tem que colocar botão, casa etc.'. O valor pra cortar ela é 'tanto', o valor pra costurar é 'tanto', pra fazer o acabamento é 'tanto', conforme o que a pessoa faz, anota numa caderneta esse trabalho dela. Quando chega no final do mês, uma das sócias faz o cálculo, segundo a tabela que a gente mesmo estipulou. Aí desse valor retira dez por cento, que é: sete por cento é um fundo-férias, e três por cento é um fundo que fica pra poder fazer [pagar] contador e essas coisas todas que a gente tem. E desconta o INSS, que é os onze por cento do trabalhador. Aí recebe o restante (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:20M:39S).

Neste fragmento discursivo é possível perceber que os valores que cada cooperada recebe são decididos democraticamente. Para evitar que as costureiras recebam valores discrepantes, seja por maior facilidade na realização do

trabalho, seja por possuir uma máquina de costura de melhor qualidade etc., a Entrevistada E₂ pontua:

[...] ela procura dividir pra todas, que dê mais ou menos, que todas ganhem mais ou menos dentro do padrão. Claro, tem umas mais lentas, tem umas que são mais rápidas, tem umas que tem problemas. [...] elas pegam de manhã, toda manhã é dividido o serviço (ENTREVISTADA E₂, 2017, TRECHO 0:04M:05S).

Durante a coleta de dados, foi possível observar que todas as cooperadas mantinham-se ocupadas, ou seja, todas receberam seus trabalhos no período da manhã, não houve nenhum período em que alguma delas estivesse ociosa. Também não foi percebido nenhum gargalo no processo produtivo.

De acordo com o Artigo 32º do Estatuto Social da Univens (2012), existem seis fundos onde os valores arrecadados das vendas são obrigados a contribuir, são eles:

a) O Fundo de Reserva (FR), de caráter indivisível a qualquer tempo, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituindo 10% (dez por cento) das sobras de exercício. b) O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES, de caráter indivisível a qualquer tempo, destinado à prestação de assistência aos sócios, seus familiares e colaboradores, constituído de, pelo menos 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício. c) O Fundo de Investimentos (FI), de caráter indivisível a qualquer tempo, destinado a gerar recursos para capital de giro e investimentos em máquinas, equipamentos e outros bens de interesse da cooperativa, constituído de 60% (sessenta por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício anual. d) Integralização de Capital (IC), destinado à integralização de capital pelo os sócios, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas anuais, a fim de fortalecer a cooperativa, ao mesmo tempo em que atribui às quotas de capital dos interessados um quinhão de sobras que eles ajudaram a construir. e) Sobras para Distribuição (SD), destinada à distribuição para seus sócios, será constituído de 15% (quinze por cento) das sobras líquidas anuais, como mecanismo para permitir o retorno de parte de ganhos aos trabalhadores cooperados diretamente envolvidos no sucesso do negócio, bem assim como forma de incentivo para o crescimento da produtividade. f) Fundo de Solidariedade e Formação (FSF), de caráter indivisível a qualquer tempo, destinado ao desenvolvimento social e econômico do sistema de cooperativas, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas anuais. [...] para efeito do presente Estatuto, consideram-se: I. Sobras brutas – o montante das receitas apuradas, deduzindo-se as despesas. II. Sobras Líquidas – o montante das sobras brutas, subtraindo-se as retiradas pagas aos sócios ao longo do exercício social (ESTATUTO SOCIAL DA UNIVENS, 2012).

Ou seja, o único Fundo que os valores são calculados antes da retirada dos sócios é o Fundo de Reserva (FR), sendo que os demais fundos são calculados após suas retiradas. Vale ressaltar que de acordo com a Lei n.º 5.764/1971, apenas o Fundo de Reserva (FR) e o Fundo de Assistência Técnica

Educacional e Social (FATES) são obrigatórios a todas as cooperativas no território brasileiro. Os demais fundos foram criados através de assembleias, o que também é assegurado pela mesma Lei, que diz inclusive que outros fundos criados podem ser rotativos e com recursos destinados a fins específicos, de acordo com a realidade vivenciada pela cooperativa. Tal situação pode ter relação com o que diversos autores afirmam sobre a importância da solidariedade nestes empreendimentos, como Sousa-Santos e Rodríguez (2005), Laville e Gaiger (2009), Faria (2009), Mance (2003b), onde apesar de buscarem seus benefícios próprios, como por exemplo ter melhor qualidade de vida, diferentemente de organizações capitalistas, as cooperadas da Univens não são vistas entre si como competidoras, tampouco como ameaças, pois visam o crescimento mútuo.

4.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS E RELAÇÕES INTERNAS

Nesta seção serão discutidas as principais dificuldades enfrentadas pela Univens, como se dá o recrutamento das cooperadas e como são as relações internas da cooperativa.

4.4.1 Principais Dificuldades

Quando questionadas sobre as principais dificuldades que o empreendimento já enfrentou ou ainda enfrenta, respostas variadas surgiram, desde problemas em relação à escassez sazonal de pedidos, problemas com envio de matéria-prima e relacionamento entre as cooperadas, entre outros. As entrevistadas apresentaram alguns dos problemas enfrentados, conforme fragmentos discursivos a seguir:

Hoje em dia a gente sempre tem dificuldades, porque imprevistos acontecem, é uma chuva que derruba um telhado, quebra uma máquina, matéria-prima demora, as vezes não tem mais e vem de longe o transporte. Esse tipo de dificuldade sempre vai existir, é quase que uma rotina de dia-a-dia, então a gente tem que estar sempre tentando prevenir pra que não aconteça, mas impossível não acontecer (ENTREVISTADA E₁, 2017, TRECHO 0:10M:33S).

Dentre as dificuldades apresentadas, a Entrevistada E₂ (2017, Trecho 0:09M:22S) informou que “[...] as vezes é pouco serviço, que a gente tem

que batalhar né, é por pedido que vem, e as vezes, com essa crise que ta... Agora não, agora a gente já conseguiu... Mas tem épocas...”. Neste fragmento, pode-se dizer que a questão da sazonalidade da produção é um fator de preocupação para as cooperadas da Univens, pois por trabalharem com uniformes para diferentes organizações, há uma certa sazonalidade. Por exemplo, as escolas, quando ocorre um período de pico de encomendas no início do ano letivo.

Outro fator que chama a atenção é a participação da cooperativa em tomada de preços para órgãos públicos e representantes de classe, neste último caso principalmente para eventos que são promovidos, o que não gera necessariamente uma certeza da produção de tais produtos.

A principal dificuldade ainda é o social, um pouco o contato do ser humano, de um pro outro [...]. Qualquer grupo onde tem mais de duas, três pessoas, já pode ter divergências [...]. Como a gente, cada uma tem que fazer uma parte da cooperativa, que nem: a gente que limpa a cooperativa, a gente que faz café, a gente que faz a limpeza dos banheiros, então cada semana é pra uma sócia, tem a lista, e geralmente uma faz, a outra passa por cima, a outra finge que não viu que tá sujo, e isso as vezes, ainda mais onde tem mulheres né, aí as vezes isso dá umas discussõzinhas (sic), advertências, por uma fazer e a outra não. São essas coisinhas, a gente cobra muito, se cada uma cumprisse com a obrigação, como a gente aceitou, como tá escrito na ata, no nosso estatuto [grifo do autor], seria bem mais fácil. Essa ainda é uma das dificuldades de trabalhar com economia solidária em grupo (ENTREVISTADA E₄, 2017, TRECHO 0:12M:20S).

Já neste fragmento, a entrevistada ao citar a questão “social”, tentou trazer para a discussão os problemas enfrentados inerentes ao relacionamento interpessoal no cotidiano da vivência em cooperativa. Conforme a fala destacada, o Estatuto Social da Univens (2012) quando trata das obrigações do associado, diz em seu artigo 6º, letra H, “zelar pelo patrimônio social da cooperativa”. O Patrimônio Social para empreendimentos de economia solidária, ONGs e outras organizações de terceiro setor assemelha-se ao Patrimônio Líquido das organizações tradicionais, que são aquilo que a organização possui, desde dinheiro, créditos, imóveis, móveis etc. Este desinteresse das cooperadas em não realizar atividades cotidianas para manutenção do patrimônio pode ser prejudicial, como Singer (2002) destaca, uma vez que isto se torna uma rotina, pode perpassar para outras esferas, comprometendo a autogestão da cooperativa.

Outro ponto foi destacado pela Entrevistada E₅ (2017), que colocou como um desafio também presente no dia-a-dia a capacitação de pessoas para que possam fazer parte do quadro de cooperadas, pois a Univens encontra-se em um

momento de necessidade de ampliação de associados. Para isto, promovem para a comunidade e para as cooperadas diversos cursos, desde corte, costura e tinturaria, até cursos de interesse geral, como informática. Esta questão dos cursos tanto para o público interno da cooperativa quanto para a comunidade possui bastante relevância para as entrevistadas, pois ao serem questionadas, a satisfação fica evidente, principalmente ao adquirir novos conhecimentos, não apenas inerentes ao trabalho desenvolvido, conforme destaca-se a seguir:

[...] a gente tem bastante cursos que a gente oferece, a gente faz curso de capacitação, de várias formas. A gente faz de informática, de acabamento para as roupas ficarem com um acabamento bem legal né, a gente tá sempre se capacitando. E oferecendo também cursos de costura, corte e costura. É uma cooperativa bem diversificada, tanto ela oferece pra comunidade e para os associados... (ENTREVISTADA E₁, 2017, TRECHO 0:09M:14S).

[...] a [gestora] trás cursos pra nós de computação, agora mesmo tá pra sair cursos de costura, mas serve pra nós e pras pessoas da comunidade, é aberto pra qualquer pessoa. Sempre tem esses cursos, não assim todo mês, mas sempre tem... (ENTREVISTADA E₃, 2017, TRECHO 0:08M:12S).

[...] Teve curso de informática, cursos pra comunidade, tipo curso de costura, mais pra comunidade ou pra alguma sócia que queira mudar de função e queira aprender [...]. Teve treinamento já de tinturaria ecológica [...]. Teve curso de tear também, pra tecer o tecido. Então teve vários cursos, pra aprender, ou mudar de função. Isso é bom, eu acho bom pra quem gosta e quer. Sempre teve vários desse tipo assim, sempre tem... [ENTREVISTADA E₄, 2017, TRECHO 0:11M:00S).

A Entrevistada E₅ (2017, Trecho 0:29M:08S) informou que a Univens “fez cursos pra novas costureiras. A gente participa de tudo que é possível. Todo processo do orçamento aqui, a cooperativa tem uma referência super positiva na comunidade”. Tais fragmentos discursivos corroboram com o Estatuto, que coloca como objetivos sociais:

d) Proporcionar maior capacitação profissional no ramo da costura e nas demais atividades exercidas pela cooperativa; e) Contribuir para a prática de um trabalho comunitário, onde o ideal do espírito cooperativo, de ajuda mútua através do conhecimento da nossa vida e da nossa Vila (ESTATUTO SOCIAL DA UNIVENS, 2012, Artigo 2º).

Cabe ainda ressaltar que tanto as falas das cooperadas quanto o Estatuto Social demonstram que a Univens aplica o 4º e o 6º princípios do cooperativismo (já citados no Quadro 1) com certa dedicação, pois segundo estes, deve haver comprometimento com o futuro dos cooperados, promovendo educação

e formação para seus membros e contribuir com a comunidade onde estão inseridos.

4.4.2 Relações Internas

A necessidade de recrutamento de novas cooperadas ocorre quando há um aumento quantitativo na produção ou quando alguma das cooperadas decide se desligar do empreendimento. Ao serem questionadas como surgiu a oportunidade para trabalhar na cooperativa, todas as cooperadas informaram que passavam por momentos de incerteza profissional e que a cooperativa se mostrou como uma opção viável, que foi através de indicação ou por conhecimento através da associação de moradores do bairro, da qual a gestora da Univens também faz parte. Dentre as cooperadas entrevistadas, o tempo de trabalho variou entre três e dez anos.

Eu vim trabalhar aqui porque deu uma época de muita falta de trabalho, muitas empresas fechando e já existia a cooperativa há dez anos, e eu moro bem pertinho aqui, mas eu não tinha nem conhecimento da cooperativa. Aí, através de uma amiga, fiquei sabendo da cooperativa e que tava (sic) precisando, e bem pertinho da minha casa. Eu vim aqui, conversei com a [gestora] e em seguida comecei a trabalhar... (ENTREVISTADA E₁, 2017, TRECHO 0:00M:35S).

Eu tive que largar o magistério¹ porque minha filha começou a ter muita crise convulsiva, aí tive que optar, o médico disse “mãe, chegou a hora de tu parar e ficar com a tua filha um pouco”. Aí eu larguei o magistério, fiquei acho que uns quatro anos em casa, sem fazer nada, aí como eu dava aula no MOVA [Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos]... Me convidaram para trabalhar no MOVA, com alfabetização de adultos, aqui da vila, a associação daqui da vila me convidou. Aí eu trabalhei com o MOVA, e dentro do MOVA a gente criou um grupo de artesanatos, que as senhoras, o pessoal aqui da vila, que tinham baixa renda... Então a gente optou em fazer um grupo pra manter uma renda com elas e manter uma ocupação, senhoras de idade já. Aí eu trabalhava na incubadora, aonde era a Univens antes [...]. Aí então a [gestora] me convidou pra trabalhar na cooperativa, foi quando eu comecei aqui. (ENTREVISTADA E₂, 2017, TRECHO 0:00M:50S).

Foi indicação de uma amiga minha que trabalhava aqui mesmo. Ela já trabalhava há uns cinco anos aqui, e aí eu tava trabalhando de facção na época, eu já trabalhei em outras fábricas de costura. Aí tinha saído da firma que eu trabalhava, tava recebendo até o seguro-desemprego na época. Aí ela indicou e eu vim... (ENTREVISTADA E₄, 2017, TRECHO 0:00M:24S).

¹ A entrevistada E₂ relatou que foi professora primária por vinte e dois anos, porém deixou a profissão para acompanhar sua filha que é portadora de necessidades especiais.

Todas as cooperadas residem nas proximidades da Univens. Esta é uma prerrogativa prevista em seu Estatuto Social (2012), onde no artigo 1º, letra B, “área de ação para efeitos de admissão de associados, ser morador da Vila Nossa Senhora Aparecida e/ou Recanto do Chimarrão, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”. As vilas citadas neste artigo fazem parte do bairro Sarandi. Tal situação novamente está relacionada ao 6º princípio do cooperativismo já citado anteriormente, que é o “interesse pela comunidade”, visando seu desenvolvimento, através de políticas aprovadas pelos membros. Todas as entrevistadas relataram que a atividade desempenhada na Univens é sua única fonte de renda, que é somada à renda familiar. O número de cooperadas se mantém praticamente estável desde a fundação da Univens, sendo que em nenhum momento se fez necessário cortes em seu quadro de associadas.

Durante o período de coleta de dados, verificou-se que as cooperadas se deslocam para a Univens a pé, ou através da utilização de bicicletas, por conta da pouca distância de suas residências até a cooperativa. Inclusive, foi possível observar que as cooperadas ensinam como andar de bicicleta àquelas que ainda não sabem. Não há local específico para que as cooperadas guardem suas bicicletas no local (conforme Figura 10), porém os portões ficam fechados por medida de segurança, sendo abertos manualmente quando da chegada de algum cliente ou fornecedor.

Figura 10 – Bicicletas das cooperadas da Univens.



Fonte: Autor, 2017.

Cabe destacar que a Univens respeita as necessidades de suas cooperadas, por exemplo permitindo que as mesmas trabalhem em suas próprias casas quando necessário. Atualmente três cooperadas realizam suas atividades em suas residências, sendo que duas o fazem por possuírem filhos(as) com necessidades especiais. O trabalho é dividido e recebido no período da manhã, conforme confirma a Entrevistada E₂ (2017, Trecho 0:04M:05S), “a gente vem toda manhã, a gente pega o serviço aqui, o trabalho, faz durante o dia, no outro dia vem e trás o que a gente fez e já pega o serviço do outro dia”. Esta situação está em conformidade com o que Faria (2009, p. 323) diz:

As Organizações Solidárias de Produção dotam as atividades de um sentido de compartilhamento, podendo também permitir a abertura progressiva de espaços onde se conjugam formas de diversificação do trabalho que levam em consideração a situação social dos atores implicados.

Ao serem questionadas sobre seu relacionamento com a gestora da cooperativa, todas demonstraram um grande apreço na pessoa da gestora, que ocupa a presidência da Univens desde seu início.

A relação é muito boa. Nós temos na [gestora] uma grande amiga, uma grande parceira, é uma pessoa que se envolve muito. Ela deixa a vida pessoal dela praticamente de lado pra se envolver aqui, que é um sonho dela né, então ela luta bastante, ela passa tudo pra gente com bastante clareza, com bastante, assim, credibilidade. Então a gente tem uma parceria com ela assim de muito boa amizade e confiança (ENTREVISTADA E₁, 2017, TRECHO 0:07M:55S).

A gente nunca teve muitos atritos, nesses oito anos que estou aqui. Funciona muito bem, ela consegue coordenar bem legal assim e, eu até queria aprender muito mais com ela, porque eu não sabia nada de cooperativa quando entrei aqui, e tô aprendendo aos poucos [grifo do autor], mas eu acho que assim, é amor pelo que faz mesmo. Esse amor que ela tem, eu não sei um dia eu vou ter, sabe? (ENTREVISTADA E₄, 2017, TRECHO 0:08M:40S).

A relação entre as cooperadas entrevistadas e a gestora aparenta ir além do trabalho, se tornando uma amizade que perpassa para a vida pessoal de cada. O fragmento discursivo destacado pode estar relacionado com o 4º princípio do cooperativismo, “educação, formação e informação”, pois além de se preocupar com o futuro dos cooperados, busca o oferecimento de informações sobre a natureza e vantagens do cooperativismo.

Sobre a gestora ser a presidente da cooperativa desde sua fundação, apesar de ser permitido pelo Estatuto Social (2012), a mesma demonstrou que é um assunto que a incomoda em certo ponto, pois apesar de em todas as

eleições ser aberto para que outras cooperadas assumam o posto, e por acreditar que existam pessoas capacitadas na Univens para tal, o cargo sempre recai sobre a mesma.

Olha, eu vou te falar, isso já me incomodou, isso já me desincomodou (sic). [...] Isso não te faz ser mais e nem menos que ninguém, porque as nossas decisões são tomadas nas assembleias de todo dia vinte e três. Os processos de eleição também, a gente abre tudo pra ver quem é que gostaria de assumir qualquer um dos postos que tem, e ninguém ganha nem um centavo a mais por fazer isso, sabe? Então, a gente encara isso como alguém que vai trabalhar um pouco mais que as demais, e a gente também foi entendendo que o papel da presidente também é muito pra alguém que consegue equilibrar as relações, e fazer valer o que foi decidido na assembleia, e aí por várias vezes eu fiz a discussão, que era importante que outra pessoa assumisse, tem também outras pessoas que eu acho que teriam capacidade de estar assumindo, mas aí quando chega na eleição, o pessoal revê de novo, acha que tá bem assim, que tá bem pra todo mundo, e aqui a gente sempre fez por consenso [grifo do autor]. Eu disse um dia, que qualquer pessoa que se colocar em aberta, não vai disputar comigo, porque eu não vou disputar. Então, a questão de tesoureira, secretária, todas a gente foi alterando, e a presidência meio que... Não consegui ainda. Não acho que é um problema, ele não é uma consideração de poder, não é um privilégio, ele é só um serviço que tem, pra gente poder tocar adiante.

No fragmento discursivo grifado, acerca da decisão de eleição da presidente da cooperativa se dar por consenso, tal fato é corroborado na Ata da Assembleia Geral Ordinária da última eleição (2014), onde estipulado tempo para indicação de nomes e para deliberação dos presentes, sendo eleitos por consenso os cargos de presidente e membros do Conselhos Administrativo.

Quando questionadas se existe uma hierarquia entre as cooperadas/gestão, todas informaram que não existe hierarquia, pois todas atuam no processo produtivo e recebem pelo seu trabalho igualmente. Todavia, existem os cargos eletivos já mencionados, obrigatórios por Lei e pelo Estatuto Social, que segundo as próprias cooperadas, exige uma parcela maior de responsabilidade. “Não tem hierarquia, mas tem umas que tem uma função mais específica, mas em matéria de ganhos, é tudo igual” (ENTREVISTADA E₃, 2017, TRECHO 0:07M:18S).

A gente tem a assembleia que a gente faz, tem a presidente, tem as tesoureiras, cada uma faz alguma coisa. Todas ajudam, cada uma tem uma função, inclusive pra ir em reuniões quando tem, tem fóruns, fóruns sociais, [...] então aqui todas participam, além das meninas pintar, além das meninas cortar, além de costurar, a gente exerce outras funções... (ENTREVISTADA E₂, 2017, TRECHO 0:07M:20S).

Conforme Faria (2009), pode-se enquadrar a Univens no tipo de organização Coletivista-Democrática, pois a autoridade reside no coletivo, havendo delegação apenas de forma temporária e sujeita a destituição, a submissão ocorre

ao consenso coletivo, podendo ser fluído, aberto à negociação. O trabalho parece ser baseado na amizade e na solidariedade, nos valores político-sociais e no acesso informal ao conhecimento e à habilidade. Outro enquadramento possível é da organização autogerida, ao menos parcialmente, pois para o autor tais empreendimentos possuem “características autogestionárias que ainda não se consolidaram como empreendimentos autogestionários plenos” (FARIA, 2009, p. 316), tendo em vista a supressão da hierarquia, ausência de competição entre setores, democratização das decisões, propriedade coletiva dos meios de produção, excedentes trocados visando a manutenção do coletivo e remuneração proporcional ao trabalho aplicado.

A seguir, serão apresentados e discutidos os dados referentes a Univens fazer parte da Justa Trama, que se trata de uma rede de economia solidária e sustentabilidade.

4.5 A REDE JUSTA TRAMA

A Justa Trama trata-se de uma articulação entre organizações que produzem peças de vestuário e produtores de algodão agroecológico (livre de agrotóxicos), em que todos os empreendimentos envolvidos são de economia solidária. Esta articulação integra empreendimentos espalhados por cinco estados brasileiros, tendo cerca de setecentos trabalhadores diretamente envolvidos. A produção é dividida entre o plantio do algodão agroecológico, a fiação e a tecelagem e a confecção. Agregam-se também nestes elos produtivos, a produção de ornamentos para as vestimentas e ecojóias, e a produção de brinquedos e jogos pedagógicos com as sobras da produção.

Atualmente, fazem parte da Justa Trama seis empreendimentos, que estão listados no Quadro 7:

Quadro 7 – Empreendimentos solidários componentes da Justa Trama

Nome	Sigla	Produção	Município	Estado
Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional	ADEC	Plantio do algodão orgânico	Tauá	CE
Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira	AEFAF	Plantio do algodão orgânico	Pontaporã	MS
Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas	Coopertêxtil	Fiação e Tecelagem	Pará de Minas	MG
Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos	Univens	Confecção	Porto Alegre	RS
Cooperativa de Artesanato	Inovarte	Brinquedos e jogos pedagógicos com as sobras da confecção	Porto Alegre	RS
Cooperativa de Trabalho de Artesãos do Estado de Rondônia	Açaí	Sementes da região, usadas na ornamentação das peças e também na produção de ecojóias	Porto Velho	RO

Fonte: Website da Justa Trama. Disponível em < <http://www.justatrama.com.br/menu/quem-somos> > acesso em 21.set.2016.

Nas próximas seções serão apresentados seu histórico, processo produtivo e a sua concepção como rede de economia solidária.

4.5.1 Histórico da Justa Trama

A criação da Justa Trama se deu por uma inquietação que fazia parte dos empreendimentos e das pessoas envolvidas, uma vez que os mesmos já consolidados em suas atividades, atuando em consonância com outros empreendimentos solidários e colaborando com a criação e organização de outros empreendimentos solidários, sentiram a necessidade de novas realizações. Uma das entrevistadas demonstrou tal inquietação:

[...]a gente conseguiu viabilizar ela [a Univens], pode se dizer assim, tendo a sua sede própria e tudo, depois de dez anos. Só que daí, e daí? Nós fizemos isso, organizamos outras cooperativas, fizemos parte da fundação da Unisol Brasil, em São Paulo, que hoje representa o Brasil inteiro, tem

mais de mil cooperativas e associações, a gente criou uma cooperativa que é a “Nova Geração” pra atender as crianças, que é de educação. E a gente achou “bom, agora nós podemos ter um desafio a mais”, que tudo isso que a gente tá fazendo, a gente não consegue desequilibrar o sistema capitalista, o sentido assim: a gente junta várias cooperativas pra comprar num mercado à um preço menor, mas a gente continua comprando do capitalismo. E dentro dessa inquietude, é que veio... A gente começou a construir a ideia da Justa Trama. Seria possível a gente juntar outras cooperativas? Que a gente tirasse as empresas capitalistas do meio? E a gente poder trabalhar um valor mais justo? (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:03M:21S).

Foram realizadas diversas tentativas para criação desta articulação até o ano de 2003. Na época, a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT – Central Única dos Trabalhadores (sob a sigla ADS) elaborou alguns textos elencando a importância de complexos cooperativos, sendo este um dos pontapés iniciais para o desenvolvimento da iniciativa, além de um intercâmbio proporcionado pela UNISOL e pela FESALC para Barcelona, na Espanha, possibilitando acesso a realidade elencada pela ADS. Já no ano de 2004, após diversas discussões com outras cooperativas têxteis, a configuração da cadeia produtiva foi surgindo.

A oportunidade para a produção das bolsas do Fórum Social Mundial (FSM) de 2005 surgiu em reuniões do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da ADS. Para Nespolo (2014), foi um momento de tensão, pois não conseguiram financiamento para a compra da matéria-prima, e naquele momento havia mais de uma tonelada de algodão agroecológico produzido pela Associação de Desenvolvimento Cultural e Educacional (ADEC) disponível. Foi quando decidiram que mesmo sem o financiamento iriam assumir a produção de 60 mil bolsas do Fórum. Com o apoio de outros 35 empreendimentos de costura, as bolsas foram produzidas e o resultado obtido foi melhor do que se esperava, pois as costureiras receberam o dobro pela produção do que costumavam receber, além de haver uma sobra no valor das vendas, que decidiram dividir igualmente entre cada empreendimento envolvido.

Após este teste, foi decidido dar continuidade à produção, sendo que durante o FSM, os representantes dos empreendimentos procuraram os representantes da SENAES para verificarem a possibilidade de financiamento da primeira produção, recebendo um sinal positivo. Desta forma, foi elaborado um projeto em nome da Univens, porém, houve demora para a liberação do

financiamento, então o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e a UNISOL anteciparam o empréstimo, possibilitando a compra da matéria-prima.

Desta forma, a Justa Trama começava a tomar forma. Primeiramente, decidiram coletivamente pelo nome do empreendimento, o tipo de roupas e estampas que iriam produzir, composição dos preços e como os percentuais seriam divididos entre cada elo da produção. Também se definiram os fundos a serem criados, tendo em vista a sazonalidade da produção do algodão, havendo um período entre plantio e colheita, fiação, tecelagem e confecção. Sobre os preços dos produtos, também decidiram que o valor final não poderia ser muito alto, para também atender populações de baixa renda. Foi ainda definido que os produtos não seriam embalados em sacolas plásticas, e sim de papel, alinhando-se com o caráter ecológico dos empreendimentos envolvidos.

Para o lançamento dos produtos, ficou decidido que ocorreria em novembro daquele ano (2005), no Fórum Mundial de Turismo, no Rio de Janeiro. Quando chegou a época do evento, por desentendimentos com o Governo Estadual do Rio de Janeiro e por desarticulação interna da economia solidária local, não foi possível efetivar o plano. O lançamento ocorreu na favela do Cantagalo, no espaço Criança Esperança, sem nenhuma divulgação. Participaram as crianças e adolescentes do espaço, seus familiares e grupos da economia solidária local. Além do desfile, onde as modelos foram meninas da comunidade, fizeram uma mesa redonda onde todos os elos da produção tiveram oportunidade de apresentar seus empreendimentos e produtos. Como conclusão deste evento, decidiram que cada elo teria um representante que participaria de reuniões e representaria a Justa Trama.

4.5.2 Processo Produtivo e de Comercialização da Justa Trama

Dentre as organizações solidárias integrantes da Justa Trama, a produção se inicia com o plantio do algodão agroecológico. Esta etapa é dividida entre duas cooperativas: a ADEC – Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá, localizada no estado do Ceará – Fundada em 1986, por iniciativa de grupos de mulheres artesãs. Em 1993 redirecionou suas atividades para a agricultura familiar, organizando a produção agroecológica de algodão, milho, feijão,

gergelim e nim (inseticida natural de origem indiana). Conta com aproximadamente 150 agricultores; e a AEFAP – Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira, localizada no município de Ponta Porã, no estado do Mato Grosso do Sul – Formalizada no ano 2000, iniciou-se com a produção de café orgânico e foi expandindo o leque de produtos, sendo que atualmente trabalham com nove núcleos de produção, entre eles o algodão colorido agroecológico, utilizado na produção da Justa Trama. Cerca de 170 famílias trabalham na produção.

Os agricultores, eles plantam o algodão de forma consorciada, junto com outros cultivos também, que é o princípio da agroecologia, o trabalho consorciado. Não aplica nenhum veneno no algodão, o algodão absorve vinte e cinco por cento dos agrotóxicos do mundo, é um horror o que tem de agrotóxico no algodão, e a gente planta sem nada de agrotóxico. E a prevenção do bicudo e da lagarta que são as duas maiores pragas que atingem o algodão, ela é feita com o 'NIM', que é uma calda do algodão, ou então com uma compostagem da urina da vaca e outros produtos, que acabam repelindo o bicudo. E o plantio consorciado junto com o gergelim também afasta o bicudo. Então é esses cuidados todos. E no Mato Grosso do Sul a gente planta o algodão colorido rubi verde, e na ADEC no Ceará a gente planta o marrom cru (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:05M:54S).

Questionada se há alguma sobra do algodão produzido, a entrevistada informou que o algodão produzido pela AEFAP é todo utilizado na Justa Trama, e que o algodão fornecido pela ADEC é dividido com uma organização francesa, sendo que em alguns momentos a Justa Trama sofre com falta de algodão, se fazendo necessária a realização de um trabalho de capacitação e acompanhamento permanente, para que mais agricultores realizem o plantio.

Após a colheita, o algodão agroecológico é encaminhado para a fiação e tecelagem, que ocorre na COOPERTÊXTIL - Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma empresa com mais de quarenta anos de funcionamento que decretou falência, sendo recuperada pelos antigos funcionários na forma de cooperativa. Iniciou suas atividades em janeiro de 1998 e possui atualmente cerca de 300 cooperados. “Depois de lá vai pra Minas, onde é feito o fio e o tecido, a Coopertêxtil é uma empresa recuperada, que tá com muitas dificuldades financeiras, de sobrevivência” (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:05M:54S). Logo após, o tecido é encaminhado à UNIVENS – Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos, para que as peças de vestuário sejam produzidas e comercializadas.

Depois, esse fio e tecido vem pra cá, aqui com o fio a gente faz a malha da Justa Trama, pra fazer toda a produção que é feita em malha, e a gente faz a produção das roupas, fazemos também as roupas, fazemos o tingimento e a parte mais administrativa (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:05M:54S).

Os ornamentos e botões das peças de vestuário são produzidos pela Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia, sob a sigla AÇAÍ, localizada no município de Porto Velho, composta por aproximadamente 100 associados. Trabalha com reciclagem, cestaria, madeira, coco, marchetaria, sementes, entre outros. Por fim, as sobras de tecido da produção da Justa Trama são encaminhadas à Inovarte, cooperativa fundada em 2011, localizada na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, que com as sobras da Justa Trama produz brinquedos e jogos pedagógicos.

Conforme informado no capítulo metodológico da presente dissertação, durante as fases iniciais da pesquisa, ocorreu o fechamento da Cooperativa Fionobre, situada na cidade de Itajaí no Estado de Santa Catarina, que também era uma das responsáveis pela confecção das vestimentas produzidas pela Justa Trama. Durante a coleta de dados, foi informado que a principal causa do fechamento daquele empreendimento foi um desgaste das relações dos envolvidos, uma crise em um dos ramos em que atuavam (calçados) e o adoecimento de uma das idealizadoras da cooperativa (ENTREVISTADA E₅, 2017).

Quando questionada se existe uma cadeia logística para realização do transporte da matéria-prima e produtos semiacabados, a Entrevistada E₅ (2017) informou que não há e que estão há tempos com o desafio de viabilizar uma cooperativa de transportes para realizar a logística dos produtos da Justa Trama. No momento, utilizam o serviço de transportadoras convencionais.

A comercialização dos produtos da Justa Trama ocorre de diversas formas: website; lojas parceiras espalhadas em vários estados do Brasil que não são exclusivas e vendem diversos produtos de economia solidária, orgânicos e alternativos; e, venda direta na cooperativa (sob encomenda). Atualmente iniciou-se uma parceria com as Lojas Renner, que possui um setor de divulgação de produtos alternativos, sustentáveis, de economia solidária etc., e passou a vender as peças de vestuário da Justa Trama em algumas de suas lojas, existindo a opção de expansão desta parceria. Há também os materiais de divulgação, exclusivamente para eventos: camisetas, aventais, sacolas, entre outros. A divulgação ocorre

principalmente por parte das redes sociais, e também pela participação da Justa Trama em diversos eventos de economia solidária, além de reportagens em mídias tradicionais. Diante da gama de produtos, a entrevistada foi questionada se existe a possibilidade de confecção de produtos customizados para clientes:

Aqui acontece de tudo, sabe? A gente vende tecido pras pessoas criarem o seu produto, tem pessoas que vem aqui com o seu produto pra gente cortar, costurar e entregar ele pronto. A gente tem situações que as pessoas compram os nossos produtos... Tem tudo, as pessoas fazem todas as alternativas. Muitos estudantes de universidades fazem suas conclusões de curso desenvolvendo uma roupa com o nosso tecido, bem diverso (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:10M:22S).

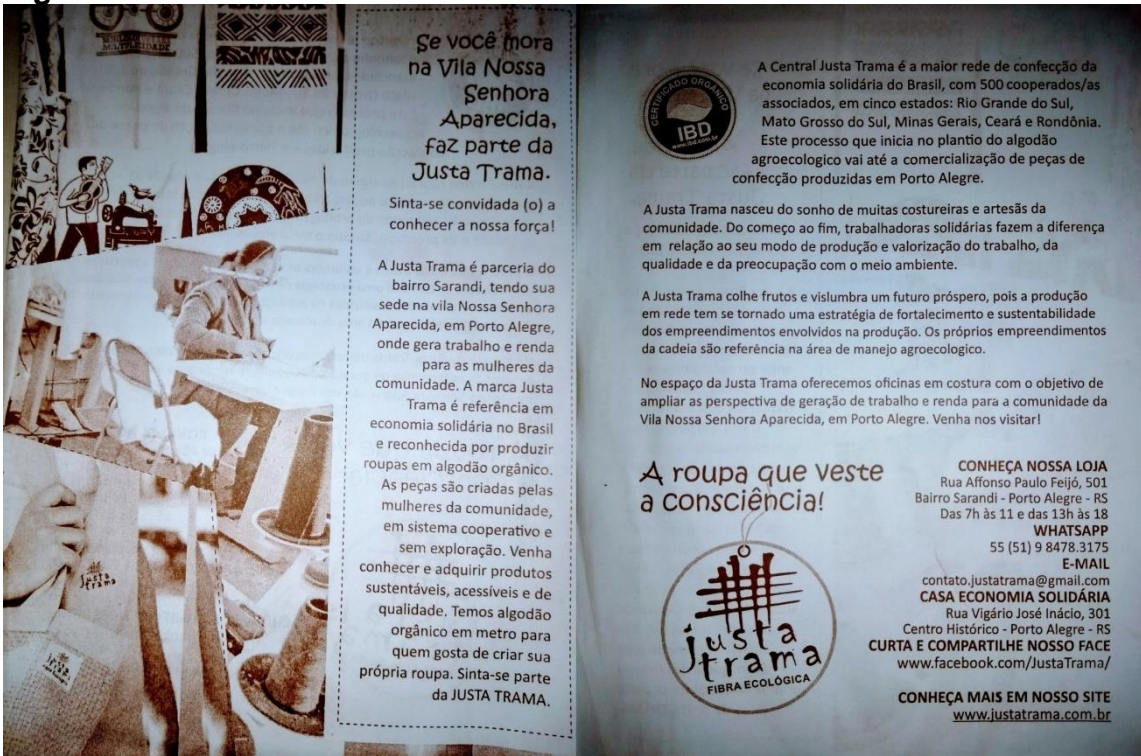
Existem também a divulgação através de folders, tanto para divulgação das peças de vestuário, quanto para conscientização sobre a importância de se comprar um produto que utiliza matéria-prima agroecológica, tanto para divulgação na comunidade onde estão instaladas, quanto para campanhas maiores. Tais campanhas de divulgação estão expressados nas figuras 11, 12 e 13.

Figura 11 – Folder da Justa Trama em parceria com o Instituto Lojas Renner.



Fonte: Digitalizado pelo autor, 2018.

Figura 12 – Folder distribuído na Comunidade onde a Univens está instalada.



Se você mora na Vila Nossa Senhora Aparecida, faz parte da Justa Trama.

Sinta-se convidada (o) a conhecer a nossa força!

A Justa Trama é parceria do bairro Sarandi, tendo sua sede na vila Nossa Senhora Aparecida, em Porto Alegre, onde gera trabalho e renda para as mulheres da comunidade. A marca Justa Trama é referência em economia solidária no Brasil e reconhecida por produzir roupas em algodão orgânico. As peças são criadas pelas mulheres da comunidade, em sistema cooperativo e sem exploração. Venha conhecer e adquirir produtos sustentáveis, acessíveis e de qualidade. Temos algodão orgânico em metro para quem gosta de criar sua própria roupa. Sinta-se parte da JUSTA TRAMA.

IBD
CERTIFICADO ORGANICO

A Central Justa Trama é a maior rede de confecção da economia solidária do Brasil, com 500 cooperados/as associados, em cinco estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ceará e Rondônia. Este processo que inicia no plantio do algodão agroecológico vai até a comercialização de peças de confecção produzidas em Porto Alegre.

A Justa Trama nasceu do sonho de muitas costureiras e artesãs da comunidade. Do começo ao fim, trabalhadoras solidárias fazem a diferença em relação ao seu modo de produção e valorização do trabalho, da qualidade e da preocupação com o meio ambiente.

A Justa Trama colhe frutos e vislumbra um futuro próspero, pois a produção em rede tem se tornado uma estratégia de fortalecimento e sustentabilidade dos empreendimentos envolvidos na produção. Os próprios empreendimentos da cadeia são referência na área de manejo agroecológico.

No espaço da Justa Trama oferecemos oficinas em costura com o objetivo de ampliar as perspectiva de geração de trabalho e renda para a comunidade da Vila Nossa Senhora Aparecida, em Porto Alegre. Venha nos visitar!

A roupa que veste a consciência!

CONHEÇA NOSSA LOJA
Rua Afonso Paulo Feijó, 501
Bairro Sarandi - Porto Alegre - RS
Das 7h às 11 e das 13h às 18

WHATSAPP
55 (51) 9 8478.3175

E-MAIL
contato.justatrama@gmail.com

CASA ECONOMIA SOLIDÁRIA
Rua Vigário José Inácio, 301
Centro Histórico - Porto Alegre - RS

CURTA E COMPARTILHE NOSSO FACE
www.facebook.com/JustaTrama/

CONHEÇA MAIS EM NOSSO SITE
www.justatrama.com.br

justa trama
FIBRA ECOLÓGICA

Fonte: Digitalizado pelo autor, 2018.

Figura 13 – Folder que acompanha os produtos da Justa Trama.



O QUE É

justa trama
FIBRA ECOLÓGICA

É a marca da Cadeia Ecológica do Algodão Solidário, da qual participam trabalhadores(as) organizados(as) que integram todos os elos da cadeia do algodão - do plantio à roupa. Quem está neste processo de produção é também proprietário da marca. Assim ao comprar uma roupa da Justa Trama estamos contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e preocupado com o meio ambiente, em que o último elo da cadeia é você.

Modo de Lavar

- Lavar em água fria ou morna
- Usar sabão neutro
- Secar a sombra
- Passar com ferro brando
- Não usar produtos químicos

Participantes Justa Trama

- ADEC - Ituaí, CE, Brasil
- COOPERTEXIL - Para de Minas, MG, Brasil
- COOPERATIVA FIO NOBRE - Itajaí, SC, Brasil
- COOP. UNIVENS - Porto Alegre, RS, Brasil
- COOPSTILLUS - Santo André, SP, Brasil
- ASS. EM NOME DA ARTE - Porto Alegre, RS, Brasil
- COOPERATIVA AÇAI - Porto Velho, RO, Brasil

Eu faço parte da Cadeia Ecológica do Algodão Solidário.
www.justatrama.com.br

Informações e vendas:
55 51 3344.3454
justatrama@justatrama.com.br

Fonte: Digitalizado pelo autor, 2018.

É possível verificar a partir do histórico, das propagandas e outros documentos disponíveis que a Justa Trama se preocupa com o desenvolvimento sustentável, pois assegura que toda a produção seja realizada através de organizações solidárias, havendo uma preocupação com o meio ambiente, com os cooperados/associados dos empreendimentos e com as comunidades onde cada elo está inserido, além de se preocupar com que cada empreendimento envolvido receba o retorno necessário para sua manutenção e crescimento no negócio. Tal situação vai de encontro com o que Sachs (2002) diz sobre tais empreendimentos, onde deve-se realçar a capacidade dos ecossistemas se autodepurarem, a distribuição justa de renda e igualdade no acesso aos recursos, além do desenvolvimento econômico equilibrado.

O faturamento das vendas dos produtos da Justa Trama são divididos entre cada empreendimento, que faz a gestão de seus próprios recursos financeiros. No caso da Univens, a divisão ocorre da mesma maneira como ocorre com os produtos convencionais. Os valores de cada etapa são decididos democraticamente em assembleias.

A gente quer ter o produto orgânico, quer que cada elo receba um valor justo, e ao mesmo tempo a gente não quer elevar tanto o valor pra que de novo, as pessoas trabalhadoras fiquem excluídas dessa conta. Isso é quase um milagre, né? Então a gente permanentemente tem essa questão: como pagar justo pro trabalho de cada um, mas como não elevar demais, pra que a gente não exclua as pessoas que estão na produção e os que são iguais a gente. Então a gente foi construindo valores, a gente decide juntos qual é o valor que vai se pagar pelo plantio do algodão. É uma decisão de assembleia. Mesma coisa, quanto é que a gente reajusta a cada ano o mesmo produto? É uma decisão de assembleia. Os valores foram definidos pelo tempo que as pessoas se dedicam pra produzir. E é óbvio, que depois na conta final, quando a gente vende o produto, a gente agrega mais um valor, que é o valor de poder sustentar todo esse processo, de poder ter fundos pra que o agricultor não tenha que esperar até que a gente venda a roupa pra receber, as costureiras, os artesãos, todos os que estão envolvidos no processo. Aí, conforme cada um desenvolve sua parte, a Justa Trama faz o processo de comercialização entre um e outro, e ela vai remunerando. Quando chega o final do ano, a gente faz um balanço, parte das sobras a gente divide por igual entre todos os elos (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:11M:06S).

Parte das sobras são reinvestidas em cinco fundos criados e constantes no Estatuto Social da Justa Trama (2013), sendo os dois primeiros obrigatórios conforme rege a Lei n.º 5.764/1971, e os demais definidos coletivamente em assembleia.

Artigo 70 – A COOPERATIVA CENTRAL é obrigada a constituir: I. Fundo de Reserva (FR), de caráter indivisível a qualquer tempo, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituída de 10% (dez por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício. II. Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES), de caráter indivisível a qualquer tempo, destinado à prestação de assistência às afiliadas, constituído de pelo menos 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício. III. Fundo de Investimentos (FI), de caráter indivisível a qualquer tempo, destinado a gerar recursos para capital de giro e investimentos em máquinas, equipamentos e outros bens de interesse para o sistema COOPERATIVA CENTRAL, constituído de 53% (cinquenta e três por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício. IV. Integralização de Capital (IC), destinado à integralização de capital pelas afiliadas, na COOPERATIVA CENTRAL, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício, a fim de fortalecer a empresa, ao mesmo em que atribui às quotas de capital dos interessados um quinhão das sobras que eles ajudaram a construir. V. Sobras para Distribuição (SD), destinado à distribuição para suas afiliadas, constituído de 15% (quinze por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício, como mecanismo para permitir o retorno de parte dos ganhos aos trabalhadores cooperados diretamente envolvidos no sucesso do negócio, bem assim como forma de incentivo para o crescimento da produtividade. VI. Fundo de Solidariedade (FS), de caráter indivisível a qualquer tempo, destinado ao desenvolvimento social e econômico das cooperativas, tanto para as afiliadas da COOPERATIVA CENTRAL, como para a formação e desenvolvimento de outras cooperativas, constituído de 7% (sete por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício. (ESTATUTO SOCIAL DA JUSTA TRAMA, 2013, p. 17).

Tanto a Justa Trama, quanto a Univens individualmente, criaram coletivamente fundos que não são instituídos por Lei, demonstrando novamente a importância da solidariedade, visando o crescimento mútuo. O Fundo de Solidariedade constante no Artigo 70 do Estatuto Social da Justa Trama (2013), para o ano de 2017, ficou decidido em assembleia que seria todo redirecionado para uma das cooperativas associadas, por estar passando por problemas financeiros, fato este confirmado pela Entrevistada E₅:

[...] a gente tem um fundo de solidariedade, que a gente criou, não consigo te dizer agora quanto que é, [...] mas a gente decide pra onde que vai esse fundo. Então, por exemplo, esse ano, a gente viu que esse fundo devia ir pra uma das cooperativas que fazem parte, porque ela teve um problema na questão da gestão, trancou a ata e tal, teve um monte de problemas e a gente decidiu então que o fundo iria ser pra isso. Mas o fundo já foi pra muitas coisas (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:13M:00S).

A tributação das vendas, tanto da Justa Trama quanto da Univens possuem uma característica diferenciada por estarem situadas no Estado do Rio Grande do Sul. No caso da Justa Trama, a Cooperativa Central se encontra no mesmo endereço da Univens, sendo as demais afiliadas de outras regiões,

conforme Estatuto Social (2013). No Estado do Rio Grande do Sul, as cooperativas possuem tributação diferenciada em relação às organizações tradicionais.

Aqui no Rio Grande do Sul, quando teve o governo Tarso Genro, do PT, no último mandato a governador do estado, criou-se uma lei estadual que isenta as cooperativas até um faturamento de cento e setenta mil reais, então até a gente chegar há um faturamento de cento e setenta mil, a gente não paga o ICMS, depois disso, a porcentagem é muito pequena, a gente só chega a ser aos outros estados, por isso que foi bom a Justa Trama estar aqui, a gente só chega a tributação igual aos outros produtos, igual como era antes, quando a gente chegar há um faturamento de quatro milhões, que um dia a gente espera chegar lá... Mas, tá longe pra caramba [risos]. A gente tem isso, mas que foi uma luta, luta das cooperativas, das associações, do campo da economia solidária, da economia familiar, pra poder chegar à essa conquista, que é uma conquista aqui do estado. Fora isso, a gente tem todas as outras tributações, tem ISSQN, tem PIS/COFINS e tal (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:16M:00S).

Esta isenção de ICMS para cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul está prevista no Convênio ICMS 27, de 22 de abril de 2015, que prorroga o disposto do Convênio ICMS 133 de 17 de dezembro de 2003. Tal isenção existe apenas nos Estados do Rio Grande do Sul e de Rondônia, sendo apenas para as movimentações de mercadorias ocorridas dentro do estado. Em movimentações de mercadorias para outros estados, se faz necessário o pagamento da diferença de ICMS de acordo com a legislação vigente em cada estado por onde a mercadoria circulará até chegar ao seu destino final. É possível afirmar com esta situação que se faz necessária maior atuação do Senado Federal sobre a votação do Projeto de Lei 519/2015 (PLS 03/2007) que solicita alteração da legislação que trata de diversos assuntos sobre o cooperativismo, dentre eles a tributação diferenciada para este tipo de empreendimento.

4.5.3 Justa Trama – Rede de Economia Solidária ou Cadeia Produtiva?

A identidade da Justa Trama foi construída valendo-se de aspectos coletivos e pessoais, reorganizados por indivíduos e grupos sociais, através de projetos enraizados em sua própria estrutura (CASTELLS, 2006). Esta identidade pode ser caracterizada tanto como uma identidade de resistência, quanto por uma identidade de projeto.

[Identidade de Resistência]: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência com base

em princípios diferentes, ou mesmo opostos, dos que permeiam as instituições da sociedade. [Identidade de Projeto]: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2006, p. 24).

A identidade de resistência aparece quando as cooperativas individuais que compõe a Justa Trama foram criadas, dentre elas a Univens, que em seu contexto de surgimento, buscava vencer o desemprego das mulheres, principalmente as com mais idade, onde o mercado de trabalho já não absorvia sua mão de obra. Já a identidade de projeto surge quando as cooperativas, já operantes em seus determinados ramos, construíram uma nova forma de atuação, com o ideal de transformar sua estrutura social e posição na sociedade. Outra relação possível de se vislumbrar são as redes formadas pelo modo cooperativo, apresentadas por Laumann, Galaskiewicz e Marsden (1978), onde as organizações, apesar de possuírem suas metas particulares, percebem que terão melhores benefícios se buscarem o alcance de um objetivo maior e coletivo, em oposição às redes formadas pelo modo competitivo, que possuem baixo grau de orientação à coletividade prescrita e baixo nível de controle ambiental sobre as organizações. Por outro lado, determinados níveis de controle podem se tornar uma fraqueza, tendo em vista sua natureza voluntária, a burocratização de organizações solidárias pode subverter a autogestão e autonomia dos empreendimentos individuais. Conforme foi possível perceber nas entrevistas, a Justa Trama separa as atividades de cada empreendimento individual, havendo certo grau de controle apenas sobre os produtos fabricados pela rede, sendo que a gestão dos empreendimentos recai apenas sobre seus respectivos associados/cooperados, até porque os mesmos não produzem exclusivamente para a Justa Trama, atuando também em outras frentes.

Apesar de que uma cadeia produtiva pode ser caracterizada como uma rede, uma vez que se tratam de diferentes negócios que se relacionam entre si (ZACARELLI et al, 2008), e possuindo objetivos comuns, apesar de seu múltiplo escopo de atuação (BALESTRIN e VERSCHOORE, 2016), além dos diversos tipos de redes apresentados anteriormente por Galvão (2017), optou-se para este estudo, a fim de se determinar se a Justa Trama se trata realmente de uma rede de economia solidária, a utilização do modelo proposto por Mance (2002), onde para que o arranjo possa ser chamado de rede, se faz necessário que possua dez propriedades básicas, que são: autopoiese, intensividade, extensividade,

diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação.

A autopoiese ocorre quando a rede tem a capacidade de reproduzir-se a si mesma, sendo capaz de gerar bens, serviços e valores para satisfazer suas próprias demandas e um excedente, permitindo-lhe expandir-se. A Justa Trama atualmente consegue se manter financeiramente, havendo sobras para reinvestimento. Previstas no Artigo 70 de seu Estatuto Social (2013), item III, 53% das sobras são reinvestidas no próprio empreendimento, além da criação de capital de giro para suas operações financeiras. Nas Atas das Assembleias Ordinárias da Justa Trama dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, é possível perceber que apesar de haver grande variação nas sobras líquidas que são destinadas ao Fundo de Investimento, em todos os anos este valor é positivo.

Já a intensividade é a qualidade de envolvimento do maior número possível de pessoas, tanto no labor quanto no consumo solidários. A Justa Trama possui diversas formas de divulgação de seus produtos, desde site, parcerias com lojas em diversos estados brasileiros que vendem seus produtos e que não são exclusivas. A mais nova parceria ocorreu recentemente com o Instituto Lojas Renner, que possui um setor de divulgação de produtos alternativos, sustentáveis e solidários. Ocorrem também divulgações através de mídias tradicionais como televisão e jornais impressos, além da utilização de redes sociais (ENTREVISTADA E₅, 2017). Cada cooperativa afiliada da Justa Trama utiliza suas próprias técnicas de recrutamento para inclusão de pessoas no trabalho solidário, no caso da Univens, que tem como um dos princípios o desenvolvimento da comunidade onde está inserida, o recrutamento é realizado exclusivamente em seu bairro.

A qualidade de gerar novas células laborais em regiões cada vez mais longínquas, visando a promoção do desenvolvimento local e autossustentável é chamado de extensividade. Tendo em vista o fechamento da cooperativa Fionobre, que ficava situada na cidade de Itajaí, no Estado de Santa Catarina e também era uma das responsáveis pela confecção das peças de vestuário da Justa Trama, foi questionada a Entrevistada E₅ (2017), por ser a presidente do empreendimento e por ter maior participação nas discussões para tomada de decisão, se procuravam novos parceiros.

Sim, a gente agora tá buscando parceria em outros empreendimentos que possam estar se agregando, sobre tudo pra essa criação mais artesanal, sabe? Por exemplo, jogos pedagógicos, a gente tem o mesmo de quando a gente criou, então a gente quer muito aproximar um grupo que se proponha a fazer jogos com as peças. A gente quer também um grupo que faça tricô com as nossas... Que é algo que vende super bem, tem uma aceitação super boa. Então a gente tá atento. [...] Pode ser perto, pode ser aqui, pode ser longe. Desde que a gente tenha acesso. Que possa ter acesso e sobretudo, que de fato se apaixone pela ideia e queira abraçar, com as coisas boas e com as dificuldades também (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:26M:57S).

Com este fragmento discursivo, é possível perceber que a Justa Trama não busca necessariamente um empreendimento de confecção, e sim mais empreendimentos solidários que estejam dispostos a fazer parte deste tipo de produção têxtil com matéria-prima agroecológica. Questionada sobre as ações para desenvolvimento local que os empreendimentos desenvolvem, a Entrevistada E₅ (2017) informou que são desenvolvidos projetos, desde cursos profissionalizantes para as comunidades, criação de bancos comunitários de ervas medicinais, profissionalização de dependentes químicos e presidiários(as).

A diversidade é a capacidade de atender as necessidades dos empreendimentos e dos consumidores, buscando produzir aquilo que é consumido do mercado capitalista, gerando maior diversidade possível de bens e produtos. Foi possível observar durante o desenvolvimento deste estudo que os produtos oferecidos pela Justa Trama sofreram alterações, desde lançamento de novos modelos e a supressão de outros, demonstrando que o empreendimento ao realizar tais alterações, se preocupa com as tendências, uma vez que trabalha com roupas da “moda”, conforme afirmado por mais de uma entrevistada. Também realizam customização de produtos, feitos sob encomenda, além da venda do tecido cru para desenvolvimento de outros produtos por terceiros.

Quando cada elo está conectado com os demais, sendo afetado por seu crescimento ou por sua dificuldade, dá-se o nome de integralidade. Por cada empreendimento afiliado não trabalhar exclusivamente na produção das vestimentas da Justa Trama, a questão de ser afetado ocorre indiretamente, principalmente no que diz respeito às dificuldades enfrentadas, ainda mais quando tais dificuldades implicam na desfiliação de algum empreendimento. O fragmento discursivo a seguir demonstra tal preocupação:

De forma indireta todos são afetados. De forma direta, ele acaba te abalando... Que nem agora, a Coopertêxtil tá passando por essa

dificuldade, e ele mexe com a mente da gente. Tudo bem, agora a gente tá buscando um outro elo, porque a cooperativa tá decidindo fechar a parte da produção da fiação do tecido, eles só estão com a parte do acabamento. Aí tem um desgaste, porque tem que buscar um outro parceiro, mas sobretudo te abala afetivamente, por aquilo que tu construiu junto.[...] Por exemplo, deu uma seca lá na ADEC, pô, todo mundo fica abalado, a gente também tem que dar uma organizada na produção, acaba mexendo sim (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:30M:17S).

A realimentação se trata da qualidade de cada célula demandar produtos e serviços de outras. No caso de Justa Trama, toda a produção ocorre em um processo de realimentação, uma vez que a matéria-prima de cada elo corresponde à produção do elo anterior. Atualmente o transporte é realizado por transportadoras convencionais, porém a Justa Trama busca a criação/afiliação de uma cooperativa de transportes para realizar a logística dos produtos semiacabados e produto final.

O fluxo de valor ocorre quando o valor econômico produzido em cada etapa circula por toda a rede. De acordo com a entrevistada E₅ (2017), não é viável para os empreendimentos afiliados aguardar a venda do produto final para então ser remunerado pelo seu trabalho. Para isto, uma das finalidades do Fundo de Investimentos, previsto no Artigo 70 do Estatuto Social da Justa Trama (2013), é a criação e manutenção de um capital de giro para permitir que cada etapa seja remunerada, ao menos parcialmente, durante sua produção.

Então os agricultores plantaram, logo que começa a colher, a gente já repassa, antecipa um valor, porque os agricultores podem ser remunerados pela associação, no caso, de cada lugar. Quando ele entregou no final, “ah não, agora descaroçamos, tá pronto e enfardado, deu tantas toneladas...”, aí a Justa Trama deposita na conta da associação, ela emite a nota, a Justa Trama emite o valor pra que ela possa remunerar todo o serviço que foi feito. [...] A mesma coisa aqui, a Univens, chega no final do mês, vê o que produziu pra Justa Trama, emite a nota, a Justa Trama deposita na conta, pra que a cooperativa singular faça a gestão. E a Justa Trama vai vendendo, vai circulando, vai comercializando essa produção durante o ano todo, pra poder sempre ter um fluxo de caixa que dê conta (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:14M:41S).

Conforme este fragmento discursivo, os valores circulam pela rede durante e após a produção de cada etapa, permitindo que cada afiliada realize sua gestão interna e evitando que seus cooperados sejam prejudicados pela demora ou a não realização de vendas de determinado produto.

Já por fluxo de informação, compreende-se que todo o conhecimento produzido por uma célula produtiva fica disponível para as demais. As informações da Justa Trama são disseminadas entre os empreendimentos afiliados

através das assembleias ordinárias e extraordinárias, realizadas em média duas vezes por ano; em congressos que a Justa Trama participa, o que demanda no encontro dos responsáveis de cada elo, sendo realizadas reuniões quando necessário. Quando ocorrem os encontros da Unisol Brasil, que todos os empreendimentos são filiados, também incorrendo na união dos responsáveis. Diariamente utilizam mecanismos de comunicação via internet, desde e-mails e utilização do aplicativo WhatsApp. Dentre os exemplos desta disseminação de conhecimentos, pode-se citar:

Nossa, quando nós aprendemos a lidar com o tear aqui, a gente mandou pra todo mundo, o pessoal foi também, sabe, vibrando com isso. Tem uma, agora com o pessoal da AÇAÍ, eles tão fazendo um acordo com o Instituto Federal de lá pra trabalhar a extração das tintas, todo mundo vibra, vai tocando junto (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:31M:38S).

Por fluxo de matérias, entende-se que o que é produzido em uma célula pode ser objeto de consumo produtivo por outras células. Assim como a realimentação, este é o principal motivo da existência da Justa Trama. O algodão é produzido pela ADEC e pela AEFAP, que são enviados à COOPERTÊXTIL para fiação e tecelagem, o resultado desta etapa é encaminhada à UNIVENS que realiza o corte, costura e serigrafia, entregando o produto final da Justa Trama. Participa ainda deste processo a AÇAÍ, que com sementes de sua região produzem os ornamentos e os botões das vestimentas. Por fim, os retalhos que sobram da produção são encaminhados à INOVARTE para produção de brinquedos e jogos pedagógicos.

A agregação ocorre quando redes locais interagem em redes regionais e estas em redes internacionais, visando uma rede mundial de colaboração solidária. A Justa Trama, além de suas afiliadas, não faz parte de outras redes de produção têxtil, porém faz parte de outras redes que tem por finalidade a integração entre os empreendimentos de economia solidária.

A Justa Trama participa da Unisol Brasil, que é a nossa rede maior. E a gente participa e tudo que é possível e que tem a ver. Rede de comércio justo, processo de articulação da economia solidária, espaços coletivos de comercialização, a Justa Trama se faz presente. A Justa Trama agora foi reconhecida pela AFAL como a melhor experiência brasileira, pra poder os países pobres do algodão na América Latina, avançarem pra serem implicados com outros países. Então a gente tem um orgulho grande disso tudo, muitos desafios (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:34M:37S).

Vale ressaltar que a Unisol Brasil possui parceiros tanto nacionais como internacionais. Dentre os internacionais, destacam-se a Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo de Argentina, a CGIL (Itália), Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti, a Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay, a Mondragón Corporación Cooperativa (Espanha), entre outros.

Ao analisar as propriedades básicas de uma rede de economia solidária, proposto por Mance (2002), é possível afirmar que a Justa Trama possui as características de uma rede em crescimento, pois algumas das características apresentam-se com maior peso, outras apenas parcialmente, mas que seus objetivos convergem para o aprimoramento da atuação e desenvolvimento dos empreendimentos afiliados, da rede em si, assim como do processo de articulação da economia solidária como um todo.

4.6 VISÃO DE MUNDO

O tema visão de mundo é bastante genérico, e diversas vertentes podem explicar seus significados. Dentre elas destacam-se a Teoria da Complexidade e a Ecologia Profunda. A Complexidade, segundo Morin (2005), seria o tecido de acontecimentos, acasos, determinações, interações, ações e retroações que organiza o mundo, além de compreender indeterminações, incertezas e aleatoriedade dos fenômenos. A proposta da Ecologia Profunda seria uma resposta à visão dominante sobre o uso de recursos naturais. Nesta visão, haveria uma harmonia com a natureza, que possui seu valor intrínseco, não havendo diferença entre espécies, os recursos são limitados etc (GOLDIM, 1999).

Tendo em vista as características da Univens e a sua participação na Justa Trama, que possui esse viés sustentável como uma das principais motivações para seu funcionamento, as entrevistadas foram questionadas sobre sua vivência neste ambiente que se preocupa com a sustentabilidade, como as mesmas entendem a sustentabilidade, e se é possível se manter financeiramente ao atuar em um empreendimento solidário com tais características.

Quando questionadas sobre como é trabalhar em uma organização que se preocupa com a sustentabilidade, diversos tipos de respostas surgiram:

Olha, pra mim, no começo foi muito estranho, porque a gente não tava acostumada a falar sobre ecologia. A gente ia, por exemplo, numa fábrica, costurava, às seis horas batia e a gente saía e ia pra casa e fazia seus trabalhos em casa e, quando eu conheci a Justa Trama aqui, mudou meu pensamento, eu não separava nem lixo em casa. Hoje, além de ser mais bem preparada pra isso, a gente tem que passar pras pessoas também. [...] Hoje a gente separa lixo em casa, que eu não tinha esse costume. Tento passar pras pessoas a importância do nosso trabalho, pela ecologia, pelo nosso planeta, e é isso que a gente faz, nas palestras que a gente faz... (ENTREVISTADA E₁, 2017, TRECHO 0:17M:30S).

[...] é uma coisa muito boa, tem que conscientizar as pessoas de tudo um pouco, que é uma opção que tu tem, que pode trabalhar em casa, tu pode fazer alguma coisa pra ajudar o meio ambiente, que a gente trabalha muito com isso (ENTREVISTADA E₂, 2017, TRECHO 0:12M:27S).

Pra mim melhorou bastante o meu entendimento, porque antes eu não dava muita importância não. Quando tu começa a fazer parte, e ver e ouvir, tu ouve palestras, tu vai em algumas reuniões de fóruns, ou faz alguma viagem que fala. [...] Então, pra mim, me fez me sentir melhor, tanto é no cuidado, no geral em casa, tipo a gente começa ver “bah, mas isso é tão prejudicial pra vida, pro meio ambiente”, tu já começa a separar lixo, tu já começa a dar mais um cuidado... Eu não tinha esse cuidado, tu vai aprendendo a cuidar das pessoas, do meio ambiente no geral, do mundo. Pra mim foi muito bom, me considero melhor hoje como ser humano (ENTREVISTADA E₄, 2017, TRECHO 0:19M:12S).

É maravilhoso! Acho que é o grito do século, sabe? Se a gente não avançar com a economia solidária pra ter esse recorte. [...] Mas, de verdade, que a gente consiga trabalhar com um produto que não contamina o meio ambiente, [...] que faz bem pras pessoas, e poder aproveitar tudo desse produto, até o retalho dele, é algo que a gente se sente muito realizado (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:35M:23S).

Com tais fragmentos discursivos, é possível verificar que apesar de a Justa Trama atuar com o *triple bottom line* da sustentabilidade – econômico, social e ambiental, mesmo que cada um tenha pesos diferentes – a esfera ambiental ainda é a mais visível para as cooperadas, tendo em vista a matéria-prima que é cultivada de maneira agroecológica, sem a utilização de agrotóxicos. Segundo a Entrevistada E₅ (2017), o algodão produzido com as técnicas agrícolas convencionais chega a ter cerca de 25% (vinte e cinco por cento) de agrotóxicos.

Quando questionadas sobre o que as mesmas entendem por sustentabilidade, se destaca novamente a questão da sustentabilidade ambiental:

Sustentabilidade pra mim, é tu trabalhar e ter retorno também. Além de produzir, tu tem que ter o retorno, e o teu trabalho tem que te dar aquela sustentabilidade, tem que te passar um retorno. Pois tu não vai trabalhar de graça também, tu precisa, tu tem as suas obrigações de dona de casa, ainda mais eu que sou sozinha, então todo sustento da minha casa eu tiro daqui (ENTREVISTADA E₁, 2017, TRECHO 0:18M:34S).

Olha, eu acho que isso está em cada pessoa, que nem todo mundo acredita. [...] Você tem que engajar, você tem que lutar, tem que mostrar. As

vezes tu discute com as pessoas, as pessoas não aceitam, isso é muito complicado eu acho, porque isso aí tá em cada um, em aceitar ou não. Mas as pessoas não aceitam, [...] elas acham que é mentira, e por mais que a pessoa saiba que é verdade. [...] Até mesmo nem separam a lixo, tem pessoas que nem reciclam o lixo, nem nada (ENTREVISTADA E₂, 2017, TRECHO 0:13M:20S).

Eu entendo isso, é a gente fazer um produto, trabalhar com uma coisa que faz bem pra saúde, e que também tá se preocupando com o mundo em geral, não só com as pessoas, como pro meio ambiente, e que também nos dê retorno financeiro, porque a gente precisa se sustentar (ENTREVISTADA E₄, 2017, TRECHO 0:20M:16S).

A sustentabilidade, eu acho que ela tem a ver com o negócio que você está tocando, e ela tem a ver com o mundo. A sustentabilidade tem a ver, que ela seja construtiva, que ela sustente o planeta. Que ela tenha esse olhar de poder sustentar, preservar e dar longa vida. E do empreendimento a mesma forma, que ela consiga ir se viabilizando, no sentido de que ela não dependa, que ela não seja frágil. Mas de uma forma justa, porque você pode ter algo sustentável, mas que explora todo mundo que está na sua volta, aí tem um empreendimento que se sustenta mas na sua volta ele mata tudo. A sustentabilidade não, ela tem que fazer que o que ta na volta também cresça junto (ENTREVISTADA E₅, 2017, TRECHO 0:35M:57S).

O que chama mais a atenção em tais fragmentos é que apesar de compreenderem apenas conceitos básicos referentes a sustentabilidade, principalmente a sustentabilidade ambiental, as mesmas não conhecem, ou excetuam, outros modelos/formas de sustentabilidade. Em alguns momentos as mesmas se confundiam com o termo, no sentido de “sustento”, ou seja, segurança alimentar, tanto da pessoa que atua neste tipo de empreendimento quanto do empreendimento em si, havendo necessidade em alguns casos de intervenção por parte do entrevistador. Entretanto, tais visões podem estar relacionadas à sustentabilidade econômica e social, mesmo que inconscientemente, pois as mesmas são necessárias para que a sustentabilidade ambiental ocorra. Em outros momentos, as demais dimensões da sustentabilidade aparecem de maneira tímida, como na fala da Entrevistada E₅, que cita a questão da exploração das pessoas.

Quando questionadas se é possível se manter financeiramente ao trabalhar em um empreendimento solidário com tais características, as respostas de todas era basicamente a mesma. Que é possível sim se manter financeiramente, mas não apenas com os produtos vendidos pela Justa Trama, sendo necessária a manutenção dos uniformes produzidos pela Univens. Outro ponto levantado pelas entrevistadas é que os valores percebidos pelas mesmas atuam como fonte de complementação de renda familiar, sendo que todas possuem cônjuges que também contribuem, e no caso de algumas, há também a contribuição dos filhos. Tal

situação vai de encontro com o descrito nos mapeamentos nacionais de empreendimentos econômicos solidários, que dentre os motivos para participação em empreendimentos solidários, a causa que mais aumentou percentualmente foi a “fonte complementar de renda”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender o processo de organização e desenvolvimento da Univens, empreendimento de confecção integrante da Justa Trama, diante da complexidade de relações internas e externas permeadas por um sistema socioeconômico adverso. Tratou-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, sendo o método utilizado o estudo de caso, com caráter descritivo, pois buscou-se analisar em profundidade a realidade social de um fenômeno contemporâneo, para ilustrar seus aspectos e complexidade de situações. A unidade de análise deste estudo tratou-se do empreendimento de confecção, que além de ser o elo final da rede, configura-se atualmente na cooperativa central da mesma. A coleta de dados se deu através da utilização de três instrumentos: a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e a observação direta. A análise ocorreu através da categorização de acordo com os objetivos da pesquisa, sendo os dados coletados condensados e selecionados, para que se pudessem verificar as conclusões emergentes.

O pensamento neoliberal teve forte impulso da globalização nas décadas finais do século XX, trazendo de volta as ideias do mercado autorregulado que já havia sido dominante anteriormente. Desta forma, ocorreu um crescimento econômico desigual, onde poucas organizações passaram a dominar e criar mercados, eliminando seus concorrentes. No Brasil, retornou-se a garantia de livre associação após a promulgação da Constituição de 1988, quando diversos grupos passaram a ter destaque nos cenários regionais e nacional, principalmente na década de 1990, quando ocorreram diversas mudanças na configuração do mercado de trabalho no país, que enfraqueceram a oferta de trabalho.

O capitalismo ocorre onde as necessidades humanas são satisfeitas através de atividades, tanto industriais como comerciais, porém, há predominância apenas do ponto de vista do crescimento, ignorando quais outros impactos podem ser causados por tal crescimento. Passou-se a ocorrer uma crescente exploração dos recursos naturais em nível global, onde a demanda e consumo necessários colocam em risco a condições de vida na Terra. Com base neste problema de (in)sustentabilidade, ao longo do século XX diversos relatórios e conferências foram elaboradas a fim de se compreender e frear a crise ambiental.

Diante destes problemas sistêmicos produzidos pela economia capitalista, novos modelos organizacionais surgiram como alternativas de produção, destacando-se o cooperativismo e os empreendimentos de economia solidária. Desde seu surgimento até os dias atuais, o cooperativismo se distanciou de seus princípios originais, pois as organizações crescem e passam a se burocratizar. A Economia Solidária trata-se de uma retomada de seus princípios e, apesar de suas experiências serem multiformes, busca-se prevalecer a solidariedade sobre os interesses individuais e adotando-se critérios igualitários, pautando-se em cooperação, autogestão, equidade e sustentabilidade (LAVILLE e GAIGER, 2009).

Para responder ao primeiro objetivo específico, buscou-se levantar características gerais da Univens – Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos, uma das integrantes da Rede Justa Trama, tendo como categorias de análise seu contexto socioeconômico e a criação do empreendimento. Situada na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, trabalha com a confecção de uniformes em geral para organizações privadas e públicas, utilizando material sintético. Localizada no Bairro Sarandi, na região norte da cidade, área predominantemente industrial que foi ocupada na década de 1970 e que ainda possui diversas deficiências, como locais sem iluminação pública ou com instalações elétricas improvisadas, falta de pavimentação em algumas ruas e locais com a presença de esgoto a céu aberto.

A Univens conta atualmente com vinte e duas cooperadas, quantidade esta que se mantém praticamente estável desde sua fundação no ano de 1996. A criação do empreendimento se deu em um período de desemprego para as mulheres da região, sendo que a maioria trabalhava em indústrias têxteis que decretaram falência e, por conta das idades já avançadas de parte das mulheres, o mercado de trabalho não absorvia mais sua mão de obra. A oportunidade de formação de uma cooperativa teve três idealizadoras, sendo que uma delas ainda faz parte do quadro de cooperadas como atual presidente.

Com a forte atuação da associação de moradores do bairro e o advento do orçamento participativo, foram oferecidos cursos de capacitação e empréstimo de equipamentos de trabalho, o que contribuiu para a diminuição das taxas de desemprego, além da criação de uma Incubadora Popular para empreendimentos de Economia Solidária. A Univens utilizou o espaço da

Incubadora Popular por quatro anos, o máximo que poderiam permanecer no local, realizando diversas parcerias com organizações da região e também com organizações internacionais. Também neste período foram economizados recursos financeiros para a compra de um terreno próprio para abrigar a cooperativa, além de doações de instituições de fomento à economia solidária. A atual sede foi inaugurada no ano de 2005.

Buscando entender o processo de gestão do empreendimento considerando os atores internos envolvidos, para o segundo objetivo definiu-se como categorias a serem analisadas o modelo de gestão, o processo produtivo, as dificuldades enfrentadas e as relações internas. A Univens utiliza princípios do modelo de autogestão apresentado por Faria (2009) – mesmo que tal modelo não possa ser implementado completamente em um ambiente capitalista – onde cada cooperada possui sua parcela de responsabilidades sobre seu trabalho e seus atos, e as decisões que envolvem a construção e desenvolvimento das atividades cotidianas são definidas coletivamente, através de assembleias extraordinárias mensais. Quando ocorre a necessidade de tomada de decisão em assuntos pontuais, existem as figuras do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que são órgãos deliberativos, cuja sua existência obrigatória está prevista na legislação vigente sobre o cooperativismo. Os membros de tais conselhos são definidos em assembleia, sendo seus mandatos por prazo determinado, conforme o Estatuto Social do empreendimento. Tais cargos não eximem as cooperadas de realizar as demais atividades da cooperativa, além não haver nenhuma compensação financeira pelos mesmos.

O processo produtivo é dividido em três etapas, que consistem em corte, costura e serigrafia. A partir do momento em que um pedido é realizado, a solicitação é encaminhada para a produção, onde a matéria-prima é cortada nos moldes em que foi realizado o pedido. O tecido cortado é encaminhado ao setor de costura, que realiza o fechamento do produto e seus acabamentos. Por fim, dependendo do tipo de produto solicitado, é realizada a serigrafia com as estampas definidas pelo cliente. Os trabalhos são distribuídos pela gestora, de maneira que nenhuma cooperada permaneça ociosa. Ocorre uma clara divisão do trabalho na Univens, mesmo que esta não seja de caráter imposto ou definitivo, uma vez que a cooperada pode solicitar mudança de função se isto for de seu interesse e atender

as necessidades da cooperativa. Tal situação pode demonstrar que, mesmo havendo o intuito de superar a lógica capitalista, suas práticas – divisão do trabalho, especialização – são incorporadas como uma maneira de otimizar o processo. Este fato pode fazer uma alusão aos tipos ideais de organizações weberianas, pois há a necessidade de responder de maneira competitiva às pressões do mercado (GAIGER, 2003). Os valores recebidos pelos produtos, após a quitação dos custos da produção e das contribuições aos fundos previstos no Estatuto Social, são divididos entre as cooperadas, de acordo com o que foi produzido em cada etapa, sendo os valores de corte e de serigrafia divididos igualmente entre seus respectivos grupos de trabalho, e os valores referentes à costura são pagos individualmente a cada cooperada. Os valores de cada etapa são definidos coletivamente em assembleia.

Quanto as dificuldades enfrentadas, destaca-se a questão da sazonalidade nos pedidos, o que pode prejudicar o retorno financeiro das cooperadas. Outro fator relevante são as relações pessoais entre as cooperadas, que com o passar do tempo podem ficar saturadas, ocasionando problemas na vivência em cooperativa e comprometendo a manutenção da mesma. Outra questão destacada, que apesar de não se apresentar como dificuldade e sim como um desafio, é a necessidade de capacitação de mais pessoas para que possam fazer parte do quadro de cooperadas, uma vez que há a necessidade de ampliação da quantidade de associadas.

Já quanto às relações internas, a necessidade de recrutamento ocorre quando do desligamento de alguma das cooperadas ou aumento quantitativo no volume de trabalho. Todas as cooperadas residem próximo ao local, situação este definido no Estatuto Social da Univens (2012), além de serem respeitadas as necessidades das associadas, uma vez que as mesmas podem trabalhar em casa em determinadas situações, sem comprometer sua atuação em relação às demais. Tal fato demonstra um forte interesse pela comunidade, que se trata de um dos princípios do cooperativismo. As cooperadas entrevistadas sugeriram haver uma forte ligação com a presidente da Univens, sendo ela uma das fundadoras e que sempre atuou neste cargo, mesmo que por mais de uma vez foi aberto às demais para que esta função fosse desempenhada por outra pessoa. É possível notar que o

trabalho é desenvolvido na base da amizade e da solidariedade, e em valores político-sociais.

Diversas organizações, tanto da economia capitalista tradicional, quando dos modelos alternativos, passaram a se organizar em formatos de redes de negócios, que são organizações compostas por um grupo de empresas relacionadas entre si, com objetivos comuns e múltiplo escopo de atuação (BALESTRIN e VERSCHOORE, 2016). Existem diversos tipos de redes, que variam de acordo com seus objetivos e necessidades diante de um ambiente complexo. Surgiram nas últimas décadas diversas redes na esfera da sociedade civil, buscando lutar por liberdades públicas e privadas, individuais e coletivas, como é o exemplo da rede de economia solidária Justa Trama, que espalhada em cinco estados brasileiros e com aproximadamente setecentos trabalhadores, atua na produção de artigos têxteis, utilizando matéria-prima totalmente sustentável e mão de obra através de empreendimentos de economia solidária.

Para responder ao terceiro objetivo específico, buscou-se verificar como ocorre a relação da Univens com os atores da Rede Justa Trama. A criação desta rede foi viabilizada no ano de 2005, quando surgiu a oportunidade de confecção das bolsas do Fórum Social Mundial, sediado naquele ano em Porto Alegre. Após serem superadas diversas dificuldades e a produção do FSM ser realizada, os atores envolvidos decidiram por dar continuidade à produção de peças de vestuário utilizando o algodão agroecológico. A partir da análise das entrevistas realizadas e dos documentos referentes à Justa Trama disponíveis, pode-se afirmar que esta rede tem por base o *triple bottom line* da sustentabilidade – social, econômico e ambiental (este último em maior evidência) – havendo uma preocupação na manutenção do negócio em relação aos envolvidos diretamente no trabalho, pois há a necessidade de segurança alimentar dos mesmos e suas famílias, além da preocupação em que o produto seja acessível às pessoas de estratos sociais mais baixos. Há uma grande atenção com o meio ambiente ao não utilizar agrotóxicos no plantio e ao utilizar técnicas de plantio consorciado que não agredem o solo e nem a biodiversidade da região, além da preocupação em como os consumidores de seus produtos são afetados, uma vez que o algodão comum pode possuir até vinte e cinco por cento de agrotóxicos. Quanto à esfera social, todos os empreendimentos desenvolvem atividades nas regiões em que estão instalados,

visando o crescimento coletivo de suas comunidades. Tais atividades vão da oferta de cursos, tanto para o público interno quanto para o externo, criação de bancos comunitários de ervas medicinais, profissionalização de dependentes químicos e presidiários(as).

Vale ressaltar que a tributação das vendas da Justa Trama possui tratamento diferenciado, uma vez que a cooperativa central da rede está sediada na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Ocorre que neste estado há uma tabela progressiva nas alíquotas de ICMS, prevista no Convênio ICMS 27/2015, onde o valor do imposto será igual ao de organizações tradicionais quando o faturamento ultrapassar quatro milhões de reais.

Ao analisar a Justa Trama, foi utilizado o modelo de Mance (2002), onde para o arranjo produtivo ser caracterizado como uma rede de economia solidária, o mesmo deve possuir dez propriedades básicas: autopoiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação. Apesar de este modelo ser baseado predominantemente em redes fechadas, todas estas propriedades estão presentes na Justa Trama, sendo que algumas possuem maior evidência ao verificar os dados coletados, destacando-se principalmente a autopoiese e o fluxo de matérias.

Quanto ao quarto e último objetivo específico, buscou-se identificar a visão de mundo, analisando certos construtos sobre a realidade vivenciada pela Univens. Tendo em vista o viés sustentável que possui a Justa Trama, foi possível constatar que apesar de as cooperadas compreenderem os conceitos básicos de sustentabilidade, a esfera ambiental ainda é a que mais se sobressai para os atores envolvidos. Entretanto, apesar da vivência das mesmas neste ambiente, pouco é a compreensão sobre o conceito de sustentabilidade e suas diferentes dimensões. As produções da Univens e da Justa Trama são desenvolvidas concomitantemente, não havendo uma separação específica entre as mesmas. As cooperadas demonstraram que é possível se manter financeiramente ao atuar em um empreendimento solidário, porém não apenas com a produção da Justa Trama, sendo necessária a manutenção da produção de uniformes da Univens. Seus ganhos representam uma parcela da renda familiar, indo de encontro com os mapeamentos nacionais dos

empreendimentos de economia solidária, que informa que a motivação “fonte complementar de renda” é a principal causa da atuação nestas organizações.

A criação da Justa Trama trouxe pra a Univens a possibilidade de maior valor agregado ao trabalho da cooperativa, uma vez que passaram a trabalhar não apenas com produtos feitos sob encomenda. Também foi a solução parcial para o problema da sazonalidade da produção de uniformes, pois nos períodos em que há menor quantidade de encomendas destes produtos, são repostos os estoques das vestimentas da Justa Trama. Outro fator, não apenas para a Univens e sim para todos os empreendimentos envolvidos, foi a maior visibilidade para o trabalho desenvolvido pelos mesmos, através dos Fóruns e Congressos em que participam, em conjunto com a Unisol Brasil.

Dentre os principais desafios/limitações enfrentados pela Univens, destaca-se a dificuldade de encontrar pessoas que possuam o interesse em trabalhar em um empreendimento de economia solidária, que atenda as especificações previstas no Estatuto Social da Univens (2012), além do interesse em se manter em constante aprendizado/capacitação para um melhor desenvolvimento do trabalho. Já para a Justa Trama, os principais desafios consistem no envolvimento de maior número de pessoas nos processos de criação, produção e gestão do empreendimento, além de se tentar minimizar as distâncias, através de uma comunicação mais efetiva. Outro obstáculo enfrentado se trata da consolidação dos espaços de comercialização, para possibilitar aos clientes um produto saudável, com um preço acessível, e de maneira que as pessoas envolvidas na produção também possam ser melhor remuneradas.

REFERÊNCIAS

- ANPAD, 2017. Disponível em <http://www.anpad.org.br/~anpad/pesquisa_resultado.php> Acesso em 21.abr.2017.
- ARCOVERDE, A. C. B.; SOUZA, I. L.; FRAGOSO, N. M. Economia solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social. In: MONTE, P. A.; MOREIRA, I. T. (Orgs.). *Dinâmicas de mercado de trabalho do Nordeste*. João Pessoa: Editora Universitária, 2009. p. 249-266.
- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. *Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOEIRA, S. L.; VIEIRA, P. F. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 17-51.
- BORINELLI, B. *et al.* Políticas públicas e a aventura da comercialização na economia solidária. In: LUZIO-DOS-SANTOS, L. M. (org.). *Economia solidária numa pluralidade de perspectivas*. Londrina: Eduel, 2011. p. 197-216.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 10.fev.2017.
- BRASIL. Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971. *Define a política nacional do cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Brasília/DF. Disponível em , http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm> Acesso em 02.fev.2018.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L.H. *Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas, 1999.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2) 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, C. J. Sustainable development: mainstream and critical perspectives. In: *Organizations & Environment*. Vol. 17. No. 2. Jun.2004. p. 195-225.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONFAZ. Conselho Nacional de Política Fazendária. *Convênio ICMS 27 de 22 de abril de 2015*. Brasília, DF: Ministério da Fazenda. Disponível em < https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2015/cv027_15 > Acesso em 13.fev.2018.

DOVERS, S. R. Sustainability: demands on policy. In: *Journal of Public Policy*, Vol. 16, No. 3, 1997, p. 303-318.

DOWBOR, L. *Democracia econômica: alternativas da gestão social*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ERNST, D. *Inter-firm networks and market structure: driving forces barriers and patterns of control*. Los Angeles: University of California, 1994.

FARIA, J. H. *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRARI FILHO, F. As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes. In: *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 10(2), mai./ago. 2006, p. 213-236.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Tradução Marise Manoel. Campinas, Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul/dez. 2003.

GALVÃO, F. F. Redes de cooperação: traçando um novo mapa conceitual. In: *Congresso Internacional de Administração – Conhecimento: a alavanca do desenvolvimento*. Ponta Grossa, 2017.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. In: *The Academy of Management Review*. 1995, Vol. 20, No. 4, 874-907.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115-146.

GOLDIM, J. R. *Ecologia Profunda*. 1999. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/bioetica/ecoprof.htm>> Acesso em 12.fev.2018.

GÓMEZ, J.M. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, P. (org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2008.

GOOGLE MAPS. [*Beco Recanto do Chimarrão, Sarandi, Porto Alegre-RS, Brasil*]. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-29.9901108,51.1128406,3a,75y,1.54h,90t/data=!3m6!1e1!3m4!1sz9lLtSjMz0j9ck81s9UsrQ!2e0!7i13312!8i6656>> Acesso em 16.jan.2018.

_____. [*Rua Affonso Paulo Feijó, Sarandi, Porto Alegre-RS, Brasil*]. Disponível em <<https://www.google.com.br/maps/@-29.9876494,-51.1135549,3a,75y,114.7h,99.17t/data=!3m6!1e1!3m4!1swSUKOegEIZE0aYSFDkDzHA!2e0!7i13312!8i6656>> Acesso em 16.jan.2018.

GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm network: antecedents, mechanisms and forms. 1995. In: AMATO NETO, João. *Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas*. São Paulo: Atlas, 2000.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. In: *Cadernos Cedes*. Ano XXI, n.º 55, novembro/2001, p. 30-41.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. In: *Sustainable development*. Vol. 13. No. 1. 2005. p. 38-52.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 6.jan.2018.

IBICT. *Instituto brasileiro de informação em ciência e tecnologia*. 2017. Disponível em <<http://bdtd.ibict.br>> Acesso em 18.abr.2017.

IPEA. *Os novos dados do mapeamento da economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf> Acesso em 15.Fev.2017.

JUSTA TRAMA (Cooperativa Central Justa Trama), 2012. *Ata de Assembleia Geral Ordinária*. Porto Alegre: Justa Trama/RS.

_____, 2013. *Estatuto Social*. Porto Alegre: Justa Trama/RS.

_____, 2013. *Ata de Assembleia Geral Ordinária*. Porto Alegre: Justa Trama/RS.

_____, 2014. *Ata de Assembleia Geral Ordinária*. Porto Alegre: Justa Trama/RS.

_____, 2015. *Ata de Assembleia Geral Ordinária*. Porto Alegre: Justa Trama/RS.

_____, 2016. *Ata de Assembleia Geral Ordinária*. Porto Alegre: Justa Trama/RS.

_____, 2017. *Ata de Assembleia Geral Ordinária*. Porto Alegre: Justa Trama/RS.

LAUMANN, E. O.; GALASKIEWICZ, J.; MARSDEN, P. V. Community structure as interorganizational linkages. *Annual Review of Sociology*, v. 4, 1978.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David *et al* (org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina Brasil, 2009. p. 96-102.

LEWIS, J. *Alianças estratégicas: estruturando e administrando parcerias para o aumento da lucratividade*. São Paulo: Pioneira, 1992.

LUZIO-DOS-SANTOS, L. M. *Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate*. São Paulo: Atlas, 2014.

MACHADO, P. T. A. *Centros Públicos de Economia Solidária no estado do Paraná: uma análise temporal de 2007 a 2015*. 2016. 136 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

MANCE, E. A. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p. 219-225.

_____ (org.). *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, iFiL, 2003b.

MELLO, J. P. *Negócios Sociais em Contexto Brasileiro: Contradições e Potencialidades como Alternativa Socioeconômica*. 2016. 109 fls. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. *Qualitative data analysis: a methods sourcebook*. 3ª ed. Arizona State University: Sage Publications, Inc. 2014.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. Causes of failure in networks organizations. *California management Review*. California, v. 33, n. 4, p. 53-72, Summer 1992.

MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 31 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NAMORADO, R. Cooperativismo. In: CATTANI, A. D. *et al* (org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina Brasil, 2009. p. 96-102.

NESPOLO, N. I. F. *Tramando certezas e esperanças: a história não para...* São Leopoldo: Oikos, 2014.

OCB. *Agenda institucional do cooperativismo: edição 2016*. Disponível em <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ocb_congresso/downloads/Agenda_2016.pdf> Acesso em 07.mar.2017.

_____. *O que é cooperativismo*. Disponível em <<http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/o-que-e-cooperativismo>> Acesso em 07.mar.2017.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: _____. *Ecología política, naturaleza, sociedad y utopía*. 2002. p. 27-52.

OLIVEIRA, M. C. S. B.; ZANIN, M. Economia solidária: uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. In: *Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, v. 2, 2011, p. 181-193.

O'RIORDAN, T. The challenge of environmentalism. In: PEET, R.; THRIFT, N. (orgs.). *New Models in Geography*. Unwin Hyman: Londres, 1989, p. 77-102.

PERIÓDICOS CAPES, 2017. Disponível em <<http://www.periodicos.capes.gov.br>> Acesso em 18.abr.2017.

PIERRI, N. El proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In: PIERRI, Naína; FOLADORI, Guillermo. *¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Montevideo: Baltgráfica, 2001. p. 27-75.

PINHEIRO, D. C. O estado da arte da produção científica em economia solidária. In: *Administração Pública e Gestão Social*, 8(2), abr-jun. 2016, 95-103.

PIRES, L. L. *Negócios sociais em contexto brasileiro: estudo de casos múltiplos*. 2017. 135 fls. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/> Acesso em 17.jan.2018.

PROCEMPA, 2018. *Companhia de processamento de dados do município de Porto Alegre*. Disponível em <<http://www.procempa.com.br/default.php>> Acesso em 16.jan.2018.

PROJETO SIES. *Atlas digital da economia solidária*. 2014. Disponível em <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em 06.mar.2017.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998. p. 61-98.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. – 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. G. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. In: *e-Cadernos Ces*, 02-2008. Disponível em <<https://eces.revues.org/1260>> Acesso em 07.mar.2017.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 63-72.

SCIELO, 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>> Acesso em 21.abr.2017.

SEGHEZZO, L. The five dimensions of sustainability. In: *Environmental Politics*, Vol. 18, No. 4, Jul., 2009, p. 539-556.

SENAES/MTE. *Atlas da economia solidária (consolidado 2005/2007)* Brasília, 2007. Disponível em <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasESmenu.html>> Acesso em 30.mar.2017.

SENAES/MTE. *Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010*. Brasília, 2012. Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%202003_2010.pdf> Acesso em 26.Fev.2017.

SIMON, V. S. P. Análise crítica do discurso sobre economia solidária nas publicações da área de administração. In: *Encontro da ANPAD, XXXVII*, 2013, Rio de Janeiro (Anais). p. 1-15.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

SMTE. Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego de Porto Alegre, RG, Brasil. *Comissão de emprego apresenta dados da economia solidária*. 2015. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smte/default.php?p_noticia=181450&COMISSAO+DE+EMPREGO+APRESENTA+DADOS+DA+ECONOMIA+SOLIDARIA> Acesso em 25.fev.2018.

SOUSA-SANTOS, Boaventura de. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Tradução: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOUSA-SANTOS, B.; RODRÍGUEZ, C. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos. In: SOUSA-SANTOS, Boaventura de (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-77.

SPELL. *Scientific periodicals electronic library*. 2017. Disponível em <<http://www.spell.org.br>> Acesso em 18.abr.2017.

UNISOL. *Brasil reduziu a pobreza em suas várias dimensões, revelou estudo do Banco Mundial*. 2014. Disponível em <<http://www.unisolbrasil.org.br/brasil-reduziu-a-pobreza-em-suas-varias-dimensoes-revelou-estudo-do-banco-mundial/>> Acesso em 06.mar.2017.

UNIVENS (Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos), 2012. *Estatuto Social*. Porto Alegre: Univens/RS.

_____, 2014. *Ata de Assembleia Geral Ordinária*. Porto Alegre: Univens/RS.

WEB OF SCIENCE, 2017. Disponível em <http://apps-webofknowledge.ez78.periodicos.capes.gov.br/Search.do?product=WOS&SID=2BgHqplrkpw6fD8LEQH&search_mode=GeneralSearch&prID=a3622e6b-675e-4054-967c-78a9d3164c10> Acesso em 30.mar.2017.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, E. (org.). *Sociologia da Burocracia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *A gênese do capitalismo moderno*. Organização e comentários Jesse Souza; tradução Rainer Domschke. São Paulo: Ática, 2006.

WEBSITE DA JUSTA TRAMA. Disponível em <<http://www.justatrama.com.br>> Acesso em 21.set.2016.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YUNUS, M. *Um mundo sem pobreza*. São Paulo, Ática, 2008.

ZACCARELLI, S. B. et al. *Clusters e redes de negócios: uma nova visão para a gestão dos negócios*. São Paulo: Atlas, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS GESTORES
DOS EMPREENDIMENTOS

Caracterização do entrevistado

- 1) Nome
- 2) Escolaridade/Formação
- 3) Como veio a trabalhar no empreendimento? Tempo de atuação no mesmo.
- 4) Qual sua trajetória até exercer esta função no empreendimento?

Características do empreendimento

- 5) Fale-me sobre o surgimento do empreendimento... Qual o contexto/conjuntura da sociedade que levou à criação do mesmo?
- 6) Descreva-me o processo produtivo e de comercialização da organização.
- 7) Como o faturamento das vendas são distribuídos na organização? Existem sobras?
- 8) O empreendimento possui algum tipo de parceria?
- 9) Como os associados do empreendimento são recrutados?
- 10) Como ocorre a relação do gestor(a) com os demais associados?
- 11) Existe algum programa de educação ou aperfeiçoamento para os associados?
- 12) Fale-me sobre as dificuldades que o empreendimento já enfrentou ou ainda enfrenta.

Característica do empreendimento enquanto participante de uma rede

- 13) Quem são as pessoas-chave da organização?
- 14) Fale-me sobre a relação deste empreendimento com os demais.
- 15) Como é realizada a logística dos materiais e troca de informações entre os empreendimentos?
- 16) Existe alguma rotina para encontros entre os gestores e/ou associados de um empreendimento com outros?

Visão de mundo

- 17) Como é trabalhar em uma organização que se preocupa com a sustentabilidade?
- 18) O que você entende por sustentabilidade?
- 19) É possível se manter financeiramente ao gerir um empreendimento solidário?
- 20) Há algo que deseja complementar/acrescentar?

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS ASSOCIADOS
DOS EMPREENDIMENTOS

Caracterização do entrevistado

- 1) Nome
- 2) Escolaridade
- 3) Como veio a trabalhar no empreendimento? Tempo de atuação no mesmo.
- 4) Você possui outra fonte de renda?

Características do empreendimento

- 5) Quais os produtos são comercializados pelo empreendimento?
- 6) Como as decisões são tomadas?
- 7) O empreendimento possui algum tipo de parceria?
- 8) Descreva-me o processo produtivo e de comercialização da organização.
- 9) Como o faturamento das vendas são distribuídos na organização?
- 10) Como ocorre a relação dos associados com o gestor? Existe alguma hierarquia entre os associados?
- 11) Existe algum programa de educação ou aperfeiçoamento para os associados?
- 12) Fale-me sobre as dificuldades que o empreendimento já enfrentou ou ainda enfrenta.

Característica do empreendimento enquanto participante de uma rede

- 13) Quem são as pessoas-chave da organização?
- 14) Fale-me sobre a relação deste empreendimento com os demais.
- 15) De que forma ocorre a troca de informações entre os empreendimentos?
- 16) Existe alguma rotina para encontros entre os gestores e/ou associados de um empreendimento com outros?

Visão de mundo

- 17) Como é trabalhar em uma organização que se preocupa com a sustentabilidade?
- 18) O que você entende por sustentabilidade?
- 19) É possível se manter financeiramente ao atuar em um empreendimento solidário?

- 20) Há algo que deseja complementar/acrescentar?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) senhor(a) _____, agradecemos desde já a sua disposição em nos encontrar. Convidamos o(a) senhor(a) a colaborar na realização da pesquisa descrita neste formulário. Por favor, leia o texto que segue. Antes de tomar a decisão final sobre sua colaboração, não hesite em fazer à equipe de pesquisa todas as perguntas que julgar necessárias. Se o(a) senhor(a) aceitar participar da pesquisa, a equipe de pesquisa conservará consigo o original deste formulário assinado e lhe enviará uma cópia.

Sua participação é muito importante e se dará por meio de entrevista semiestruturada com gravação de áudio para posterior transcrição e análise do material. Além disso, contaremos com análise documental e observações do cotidiano do empreendimento. Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Portanto, o senhor não pagará e nem será remunerado por sua participação. Esclarecemos também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Tema da Pesquisa: ECONOMIA SOLIDÁRIA

Composição da equipe de pesquisa: **Lucas Henrique de Souza**, discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. Correio eletrônico: lucassouza1987@yahoo.com.br

Descrição da Pesquisa:

Esta pesquisa tem por tema: **REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO DA JUSTA TRAMA.**

Objetivo:

Compreender o processo de organização e desenvolvimento do empreendimento de confecção integrante da rede de economia solidária Justa Trama diante da complexidade de relações internas e externas permeadas por um sistema socioeconômico adverso.

Têm-se ainda como objetivos específicos:

- 1) Levantar as características gerais do empreendimento de confecção que compõe a rede Justa Trama;
- 2) Entender o processo de gestão do empreendimento, considerando os atores internos envolvidos;
- 3) Verificar como ocorrem as relações com os diferentes atores da rede;
- 4) Identificar a visão de mundo deste empreendimento.

Não hesite em entrar em contato diretamente conosco sobre toda e qualquer questão a respeito desta pesquisa.

Muito obrigado!

Lucas Henrique de Souza

Consentimento a assinar:

Participação na entrevista (para assinar antes da entrevista)

Após ter lido e entendido o texto precedente e ter tido a oportunidade de receber informações complementares sobre o estudo, eu aceito, de livre e espontânea vontade, participar da(s) entrevista(s) de coleta de dados para esta pesquisa para o discente **Lucas Henrique de Souza**.

Eu sei que eu posso me recusar a responder uma ou outra das questões se eu assim decidir. Entendo também que eu posso pedir o cancelamento da entrevista, o que anulará meu aceite de participação e proibirá o pesquisador de utilizar as informações obtidas comigo até então.

Local: _____	<u>Pessoa entrevistada:</u> Nome: _____ _____ Assinatura: _____
Data: ____/____/____	<u>Entrevistador:</u> Nome: Lucas Henrique de Souza Assinatura: _____

Autorização de citação do nome de minha organização:

Eu autorizo **Lucas Henrique de Souza** a revelar o nome de minha empresa nos artigos, textos e dissertação que redigirão a partir da pesquisa da qual se trata este formulário de consentimento.

Nome do participante: _____

Nome da empresa: _____

Função do participante: _____

Assinatura do participante: _____ Data: _____

Este texto tem por finalidade assegurar os direitos dos colaboradores na pesquisa quanto a questões éticas. Qualquer sugestão, reclamação ou solicitação pode ser diretamente encaminhada à equipe de pesquisa. Para contato com o programa: telefone (43) 3371-4693.